

**Universidade Federal da Bahia – UFBA
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB
Doutorado em Ensino, Filosofia e História da Ciência**

RÔMULO DE ARAÚJO LIMA

**A LUZ QUE NÃO SE APAGA:
a Escola Politécnica da Paraíba e a formação de um campo
científico-tecnológico**

**Salvador
2009**

RÔMULO DE ARAÚJO LIMA

**A LUZ QUE NÃO SE APAGA:
a Escola Politécnica da Paraíba e a formação de um campo
científico-tecnológico**

**Tese apresentada à Banca Examinadora do
Projeto DINTER UFBA/UEFS – UEPB, como
exigência parcial para a obtenção do grau de
Doutor em Ensino, Filosofia e História das
Ciências.**

Orientador: Prof. Dr. Olival Freire Júnior

**Salvador
2009**

RÔMULO DE ARAÚJO LIMA

**A LUZ QUE NÃO SE APAGA:
a Escola Politécnica da Paraíba e a formação de um campo
científico-tecnológico**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Olival Freire Júnior (Orientador)

Prof. Dr. Antonio Augusto Passos Videira

Prof. Dr. André Luiz Mattedi Dias

Prof. Dr. Cidoval Moraes

Prof. Dr. José Rodorval Ramalho

**Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro –
Suplente**

Prof. Dr. Aurino Ribeiro Filho – Suplente

**Salvador
2009**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
§ 1º História das instituições no Brasil e na Paraíba	14
§ 2º O objeto de estudo	16
§ 3º A Importância de Campina Grande no cenário regional	23
§ 4º Escorço teórico-metodológico	28
§ 5º Coleta e tratamento dos dados	42
 CAPÍTULO I	
DE TROPEIRO A MESTRE-ESCOLA	46
§ 1º Surge um povoado na grande campina	46
§ 2º A civilização do gado	50
§ 3º A rua e o mato	52
§ 4º O surgimento do comércio	55
§ 5º A ocupação do espaço social de Campina Grande	57
§ 6º Uma cidade diferente	59
§ 7º Campina Grande no contexto nordestino	65
 CAPÍTULO II	
PARA OS TROPEIROS, LER É UM BOM NEGÓCIO	74
§ 1º Apontamentos acerca da revolução científica	74
§ 2º Notas sobre as ciências no Brasil	79
§ 3º A Escola de Engenharia de Pernambuco	87
§ 4º O ensino superior na Paraíba	92
§ 5º Campina Grande apta para o ensino superior	96
 CAPÍTULO III	
DO APITO DA FÁBRICA À SINETA ESCOLAR	102
§ 1º A União Universitária Campinense	102
§ 2º O Clube Politécnico	107
§ 3º A criação da Escola Politécnica da Paraíba	110
§ 4º A Politécnica inicia as suas atividades	117
§ 5º O campo começa a ser formado	120
§ 6º Os arautos do campo	125
 CAPÍTULO IV	
OS TROPEIROS PRODUZEM CONHECIMENTO	136
§ 1º O Governo de Elpídio de Almeida e a FUNDACT	136
§ 2º O projeto dos pioneiros e Lynaldo Cavalcanti	145
§ 3º O investimento na qualificação	150

§ 4º A ATECEL	153
§ 5º O projeto de Edvaldo do Ó e a FURNe	157
CAPÍTULO V (Epílogo)	
PARA ONDE VÃO OS TROPEIROS?	164
§ 1º A Pós-Graduação	164
§ 2º A APEL	171
§ 3º A Light Infocon	174
§ 4º A Fundação Parque Tecnológico	178
CONSIDERAÇÕES FINAIS	185
REFERÊNCIAS	189

SIGLAS UTILIZADAS

ANPROTEC	– Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores
APEL	– Aplicações Eletrônicas Limitada
ATECEL	– Associação Técnico-Científica Ernesto Luiz de Oliveira
BNDES	– Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEC	– Centro Estudantal Campinense
CEFET	– Centro Federal de Ensino Tecnológico
CNPq	– Conselho Nacional de Pesquisas – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COSUPI	– Comissão Supervisora do Plano dos Institutos
DER	– Departamento Estadual de Estradas de Rodagem
DNER	– Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DNOCS	– Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DNPM	– Departamento Nacional de Produção Mineral
EMFA	– Estado Maior das Forças Armadas
EPUP	– Escola Politécnica da Universidade da Paraíba
ESG	– Escola Superior de Guerra
FACE	– Faculdade de Ciências Econômicas
FIEP	– Federação das Indústrias do Estado da Paraíba
FUNDACT	– Fundação para o desenvolvimento da Ciência e da Técnica
FURNE	– Fundação Universidade Regional do Nordeste
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ITA	– Instituto Técnico de Aeronáutica
ITP	– Instituto Tecnológico da Paraíba
LIGHT INFOCON	– Light infocon Tecnologia Ltda.
POLI	– Escola Politécnica da Paraíba
SEBRAE	– Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SESC	– Serviço Social do Comércio
SENAC	– Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	– Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SUDENE	– Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UFCG	– Universidade Federal de Campina Grande
UFPB	– Universidade Federal da Paraíba
UP	– Universidade da Paraíba
URNE	– Universidade Regional do Nordeste
UUC	– União Universitária Campinense

RESUMO

A LUZ QUE NÃO S APAGA (A escola Politécnica da Paraíba e a formação de um campo científico-tecnológico). Tese de Doutorado defendida por Rômulo de Araújo Lima no Doutorado de Ensino, Filosofia e História das Ciências, ministrado pelas Universidade Federal da Bahia – UFBA/Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. romuloaraujolina@superig.com.br.

Apresento aqui o resultado de minhas investigações sobre uma escola de engenharia localizada no Nordeste do Brasil, a Escola Politécnica da Paraíba, criada por lei estadual em 1952, que exerceu sobre a sociedade na qual se inseriu, a cidade de Campina Grande, influência perene. O período coberto pela pesquisa estende-se da fundação da POLI, em 1952, até à fundação da Universidade Regional do Nordeste – URNe, em 1966. O motivo explícito para fundação da Escola politécnica é a constituição de um espaço para desenvolver a ciência e a tecnologia. A pesquisa buscou avaliar o papel exercido pela criação, desenvolvimento e consolidação da Escola Politécnica da Paraíba, para a formação de um campo científico-tecnológico em Campina Grande e no Estado da Paraíba. A cidade, na época, era sede de inúmeras empresas industriais, assim como de bancos privados. Havia, pois, uma elite capaz de perceber a necessidade de assimilar os avanços científicos e tecnológicos como forma de aquisição e exercício do poder. A capital do Estado, João Pessoa, conhece uma elite política formada por grandes proprietários fundiários, funcionários públicos graduados e uma classe média formada por profissionais liberais associados à elite rural. A criação da Escola Politécnica da Paraíba possibilitou a formação de um pólo de pensamento e difusão da ciência e de tecnologia. Longe de pretender reduzir o processo de estruturação desse campo científico-tecnológico a uma suposta tendência histórica inexorável e exógena, o que justifica esta pesquisa é, justamente, a análise do caso em questão, buscando as recorrências e especificidades do processo. As objetividades estruturais podem ser captadas por diferentes procedimentos metodológicos já as expressões da subjetividade podem ser por procedimentos hermenêuticos. O importante é estar ciente da necessidade de pensar relacionalmente, comparando campos e reconhecendo os capitais em disputa. Procedi a um levantamento da documentação que criou a instituição pesquisada e, como complementação da empiria, foi colhida a história oral dos remanescentes da fundação da Escola. Foram, também, reunidas referências e informações impressas e recuperados os discursos dos agentes na imprensa local.

Palavras chave: Engenharia. História da Engenharia. História da Educação. Ciência e Tecnologia. Campo Científico-Tecnológico.

ABSTRACT

A LUZ QUE NÃO S APAGA (A escola Politécnica da Paraíba e a formação de um campo científico-tecnológico). Tese de Doutorado defendida por Rômulo de Araújo Lima no Doutorado de Ensino, Filosofia e História das Ciências, ministrado pelas Universidade Federal da Bahia – UFBA/Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. romuloaraujolima@superig.com.br.

I present here the results of my research of an engineering school located in northeastern Brazil, the Escola Politécnica da Paraíba, created by state law in 1952, which held on the society in which it was inserted, the city of Campina Grande, perennial influence. The period covered by the search extends from the POLI foundation in 1952 until the founding of the University of the Northeast Regional - URNe, in 1966. The explicit reason for founding the polytechnic school is the creation of a space to develop the science and technology. The research aimed to evaluate the role played by the creation, development and consolidation of the Escola Politécnica da Paraíba, for the formation of a scientific-technological field in Campina Grande and in the State of Paraíba. The city, at the time, was the cradle of many industrial companies as well as private banks. There was therefore an elite capable of understanding the need to assimilate the scientific and technological advances as a mean of acquiring and wielding power. In the state capital, João Pessoa, is home of a political elite formed by large landowners, government officials and a senior middle class composed of professionals associated with the rural elite. The creation of the Escola Politécnica da Paraíba allowed the formation of a pole of thinkers and dissemination of science and technology. Far from intending to reduce the process of structuring the scientific-technological field to a supposed inexorable and exogenous historical trend, what justifies this research is precisely the analysis of the case, seeking the recurrence and characteristics of the process. The structural objectivity can be captured by different methodological procedures since the expressions of subjectivity may be hermeneutic procedures. The important thing is to be aware of the need to think relationally, comparing fields and recognizing the wads in dispute. I Conducted a survey of the documents that created the institution studied, and complementation of empirical, was taken from oral history of the remainings of the School's foundation. References and printed information were also collected and speeches of the agents in the local press recovered.

RESUMEN

A LUZ QUE NÃO S APAGA (A escola Politécnica da Paraíba e a formação de um campo científico-tecnológico). Tese de Doutorado defendida por Rômulo de Araújo Lima no Doutorado de Ensino, Filosofia e História das Ciências, ministrado pelas Universidade Federal da Bahia – UFBA/Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. romuloaraujolima@superig.com.br.

Presento aquí los resultados de mi investigación en una escuela de ingeniería situada en el Nordeste de Brasil, la Escuela Politécnica de Paraíba, creada por la ley estatal en el año de 1952, quien se desempeñó en la sociedad en la que se inserto, en la ciudad de Campina Grande, una influencia duradera. El período cubierto por la investigación se extiende de la fundación de la Politécnica, en 1952, hasta la fundación de la Universidad Regional del Nordeste - URNE, en 1966. La razón explícita para la fundación de la Escuela Politécnica de Paraíba fué crear un espacio para desarrollar la ciencia y la tecnología. La investigación tuvo como objetivo evaluar el papel desempeñado por la creación, desarrollo y consolidación de la Escola Politécnica da Paraíba, para la formación de un campo científico-tecnológico en Campina Grande, Estado de Paraíba. La ciudad, a la vez fue el hogar de muchas empresas industriales, así como los bancos privados. Así pues, había una élite capaz de darse cuenta de la necesidad de asimilar los avances científicos y tecnológicos como un medio de adquirir y ejercer el poder. La capital del Estado, João Pessoa, conoce a una elite política formada por los grandes terratenientes, funcionarios públicos y la clase media superior compuesta por profesionales relacionados con la elite rural. La creación de la Escuela Politécnica de Paraíba la formación de un centro de pensamiento y de difusión de la ciencia y la tecnología. Lejos de tratar de reducir el proceso de estructuración de uno campo científico-tecnológico a la tendencia histórica supuestamente inexorable y exógena, lo que justifica esta investigación es precisamente el análisis del caso, buscando la repetición y las características del proceso. La objetividad estructural puede ser capturada por diferentes procedimientos metodológicos como expresiones de la subjetividad puede ser una hermenéutica de los procedimientos. Lo importante es ser consciente de la necesidad de pensar relacional, comparando el terreno y el reconocimiento de la capital de la controversia. Procedió a un estudio de la documentación que creó la institución de investigación y como complemento del empirismo, hemos recopilado la historia oral de los restos de la fundación de la Escuela. También se recogieron las referencias y la información impresa y se recuperaron los discursos de los agentes en la prensa local.

Estou procurando dar à Capital energia elétrica e iluminação pública. Mas a Campina Grande darei mais: dar-vos-ei uma luz que não se apaga. **(José Américo de Almeida)**

Os homens fazem a sua própria história mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. **(Karl Marx)**

AGRADECIMENTOS

Qualquer trabalho intelectual traz, indelevelmente, gravada em si a marca do coletivo. Todo aquele que inicia a jornada do conhecer, busca em seus antecessores e em seus contemporâneos o apoio necessário para a partida. Este trabalho não poderia buscar melhor sorte que esta: a de contar com o generoso e incondicional apoio da comunidade em que se insere seu autor. Assim, o registro, se não de todos, pelo menos dos mais significativos apoios recebidos é uma obrigação a que não pude fugir. Registre-se o agradecimento

à Profª Drª Marlene Alves, Magnífica Reitora da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, líder incontestada da revolução em curso na UEPB, que, nos limites de suas possibilidades, me ensinou a oportunidade de fazer meus estudos doutorais;

à Profª Drª Marcionila Fernandes, Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, que teve participação decisiva na escolha do tema da presente Tese;

aos professores do Doutorado Interinstitucional em Ensino, Filosofia e História da Ciência, cujos ensinamentos possibilitaram que eu chegasse à conclusão da Tese;

ao Prof. Dr. Olival Freire Júnior, meu orientador, que transformou a orientação em um espaço democrático onde, sem perda do rigor científico, eu pudesse expressar meu pensamento;

ao Prof. Dr. André Luiz Mattedi Dias, que de forma gentil aceitou participar da Banca de Qualificação e por suas contribuições oferecidas durante o curso e o exame;

à Profª Drª Rosilene Dias Montenegro, coordenadora do Projeto Memória: ciência e tecnologia em Campina Grande, que, de forma generosa, me deu acesso aos arquivos do Projeto e permitiu que a Tese fosse produzida em tempo recorde;

ao Prof. Dr. José Rodorval Ramalho, que me ouviu e aconselhou, pacientemente, antes, durante e depois da elaboração da Tese;

ao Prof. Dr. José Octávio de Arruda Melo, que me forneceu literatura sobre a Paraíba e sobre o ensino na Paraíba;

ao Prof. Humberto Mello, que me forneceu o livro de seu pai José Baptista de Mello, há muito esgotado, sobre o ensino na Paraíba;

ao Prof. Dr. Cláudio José Lopes Rodrigues, que me ofereceu um exemplar de seu livro sobre a UFPB, fruto de sua Tese de Doutorado;

ao Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro, pela forma gentil como me recebeu em seu gabinete de trabalho na UFPE, cedendo-me os livros de sua autoria sobre a Escola de Engenharia de Pernambuco e por participar de minha qualificação, contribuindo sobremaneira para melhorar o meu trabalho;

ao Prof. Nilson Feitosa, Superintendente da ATECEL, pela forma cordial, simpática e amiga com que me atendeu e forneceu dados sobre a associação;

à Prof^a Marisa Braga, colega da URNe e da UFCG, pela simpatia, solidariedade e amizade com que me forneceu elementos para meu trabalho;

a Wellington Lucena Bandeira, sempre amigo, pela inestimável colaboração com seus conhecimentos de informática para que esse trabalho chegasse ao final;

à Prof^a Dr^a Lúcia de Fátima Guerra, Pró-Reitora para Assuntos Comunitários da UFPB, pelas essenciais indicações para a coleta de informações e documentos;

a Elenice Costa (Salvador) e Daniella Adelino (Campina Grande), secretárias do DINTER, que de forma solícita socorreram-me em momentos dramáticos;

aos colegas do DINTER, cujas discussões riquíssimas, foram ocasiões de crescimento para mim, especialmente Severino Bezerra, Pedro Falcão, Carlos Lyra e José Nilton, pela ajuda em momentos decisivos de minha caminhada;

a Ronaldo Roberto de Andrade, do Catalivros, que catou livros e boletins necessários à redação da Tese;

a Luiz Geraldo Sena de Oliveira Régis e ao Prof. José Ivan Carnaúba Accioly, que me forneceram os dados sobre a APEL;

a Alexandre José Beltrão Moura e Reginaldo Pereira Lima, que me abasteceram com os dados da Light Infocon;

a Geneceuda Monteiro, Vicente Araújo e Francilene Garcia, pela presteza com que me repassaram informações essenciais da Fundação Parque Tecnológico da Paraíba;

a José Guedes da Rocha, amigo fiel, que garimpou para mim livros e documentos essenciais para o estudo e a redação da tese;

a José Edmilson Rodrigues, o poetinha, que roubou tempo da elaboração de sua Dissertação de Mestrado para fuçar arquivos em busca de documentos para mim;

a Noaldo Souza Ribeiro, amigo de há muito, pela gentileza de ceder-me o vídeo “A Saga da Escola Politécnica”, retirando-o de seu acervo particular;

Félix Araújo Sobrinho, Secretário da Mesa da Assembléia Legislativa do estado da Paraíba, que me fraqueou os arquivos da casa;

à minha irmã Dr^a Rosângela de Araújo Lima (Rosinha), que comigo sofreu as angústias da gestação, elaboração e nascimento da Tese;

a Anninha, minha esposa, que suportou durante meses meu discurso moncórdico sobre a Poli, Campina Grande, Universidade, campo científico, e quejandos;

a Julinha, meu pequeno tesouro, que a muito custo abriu mão da companhia de seu “peinha” para que eu pudesse redigir esta Tese;

claro que nenhum deles, embora sua participação tenha sido essencial ao bom êxito a que cheguei, pode ser responsabilizado pelos equívocos, erros, omissões e demais falhas que, certamente, o trabalho contém. Esses eu assumo em toda a sua totalidade.

Dedico este trabalho

a **Deus**, cujos sonhos não morrem jamais, que me deu saúde e tempo para sonhar;

ao **Dr. Lavoisier Fragoso**, que me disse para sonhar em meio às adversidades;

ao **Dr. Gilson do Vale**, que me recomendou fazer planos para mais vinte anos, pelo menos;

à **Dr^a Andréa Barros**, anjo amigo, que, na curva do tempo, ajudou-me a sonhar;

a **Cássio Cunha Lima**, com quem sonhei uma Paraíba melhor;

a **Flammarion Leite, José Neummane e Márcio Vilar**, na companhia de quem sonhei sonhos de liberdade;

a **Rodorval Ramalho**, que me ajudou a ver o sonho realizar-se;

à **Geração** que fundou a Escola Politécnica e que sonhou um futuro melhor para Campina Grande;

a **Ruth Lopes, Luciana Chianca, Socorro Oliveira, Nerize Ramos, Tânia Régia, Elisabeth Cristina, Xênia Hiluey, Cléa Rosa, Conceição Cardoso (Lola), Mônica Cristina, Maria do Carmo (Carminha) e Tâmará Oliveira**, com quem compartilho sonhos de bem-querer;

a **Fernando Barroso**, com quem, havendo consideração, pode-se sonhar;

a **Cauby Dantas**, que embala sonhos em canções de Roberto;

à geração, que sonhou comigo na **Esquina do Grude**;

a **Sebastião Ferreira**, meu pai, que me deixou para sempre, dizendo-me para sempre sonhar;

a **Nilo Feitosa**, sogro e amigo, que, apesar de tudo, ainda pode sonhar;

a **Rosinha**, minha irmã, que pensa na morte e sonha com a vida;

a **Gustavo**, meu filho, cujos sonhos assemelham-se aos meus;

a **Aninha**, com quem alinhavo sonhos e costuro esperanças, tecendo, na trama dos fios, a nossa história;

a **Natália e Júlia**, os melhores sonhos que realizei;

e...

ao **Tempo**, que me permite sonhar e realizar sonhos.

INTRODUÇÃO

§ 1º História das instituições no Brasil e na Paraíba

O processo de desenvolvimento de uma cultura científica e tecnológica no Brasil tem-se constituído em um objeto de pesquisa instigante para parcela cada vez mais importante dos setores acadêmicos. Ao mesmo tempo, chama à atenção a tendência, também crescente, de irradiação dessas iniciativas para espaços universitários situados em áreas distantes dos centros hegemônicos do campo científico no país.

Todavia, é necessário pontuar que o interesse pela história das instituições tem sido muito recente, conforme assinala Dantes (2001). Poucos são os estudos produzidos sobre as diversas instituições científicas (DANTES, 2001). Por ser emblemático, convém anotar que a História da Engenharia no Brasil, de Pedro Carlos da Silva Telles (1994), que continua como referência por ser das raras abordagens globais da história da engenharia brasileira de que se tem notícia, silencia sobre a criação da Escola Politécnica da Paraíba, em 1952, e faz referência, tão somente à criação, no mesmo ano, da Escola Politécnica do Espírito Santo. Iniciativas recentes, especificamente, na pós-graduação têm-se voltado para registrar o desenvolvimento de inúmeras instituições, entre elas as escolas de engenharia (DANTES, 2001; CARVALHO, 2002).

Como anota Dantes (2001) é secundária a atenção que as instituições científicas têm recebido dos historiadores das ciências. Suas vistas e preocupações estão voltadas para o estudo do desenvolvimento conceitual das diversas disciplinas. A opção encontra justificativa no fato de que esse desenvolvimento é encarado como autônomo. Nesse sentido, as

instituições são vistas como resultantes da luta dos cientistas por encontrarem espaços onde exercitarem as suas atividades. As qualidades intrínsecas ao conhecimento científico implicariam a criação desses espaços. Portanto, a atenção às instituições como objeto de pesquisa só se estabelece de forma secundária, no curso do estudo da evolução conceitual das disciplinas científicas.

Por outro lado, mesmo no que tange à História da Ciência os estudos somente se iniciam, no Brasil, e são produzidos em volume significativo a partir da década de 1980 (DANTES, 2001). Ademais, esses estudos, além de recentes, voltam-se, sobretudo, para as instituições do sul do país. A produção anterior, de cunho memorialístico, deve-se, em sua grande maioria, a cientistas, que buscavam registrar suas trajetórias pessoais. Em alguns casos, buscava-se marcar o percurso de institutos, associações e escolas (DANTES, 2001).

De resto, os estudos existem e se acumulam, porém estão voltados para instituições do Rio de Janeiro e São Paulo: o Rio de Janeiro, por ter acolhido a Corte e por haver sido a capital federal; São Paulo, por sediar importantes instituições de pesquisa e por contar com expressivo número de pesquisadores. Todavia, nos últimos anos começam a aparecer textos sobre instituições de outras regiões fora do sudeste do país, como é o caso da tese doutoral de Dias (2002), que trata da Escola Politécnica da Bahia.

No caso específico da Paraíba, as três universidades públicas (UEPB, UFCG, UEPB) têm sido, ao longo dos anos, objeto da atenção de inúmeros estudiosos (DO Ó, [1991]; DO Ó, 1986; DO Ó, 1994; MONTENEGRO, 1983; SILVA, 1996; VIEIRA, 1997; VIEIRA, 1988; ALBUQUERQUE, 1979; MELO, 2003; LOPES, 1992; PORFÍRIO, 2008). Encontra-se, ainda, excelente trabalho sobre a história do Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria – SENAI (LOPES, 1992) que, embora dedicado à instituição em nível nacional traz importantes informações sobre o SENAI na Paraíba. Por outro lado, inúmeras foram as dissertações de mestrado dedicadas à Universidade Regional do Nordeste e à Universidade

Estadual da Paraíba.¹ Vale ainda ressaltar a contribuição de alguns alunos de graduação envolvidos no Projeto Memória, da Universidade Federal de Campina Grande, que produziram trabalhos sobre a Escola Politécnica da Paraíba (SILVA, [2005]; NUNES, [2005]; TORRES, (2007).

§ 2º O objeto de estudo

Apresento aqui o resultado de minhas investigações sobre a história de uma escola de engenharia localizada no Nordeste do Brasil, a Escola Politécnica da Paraíba, criada por lei estadual em 1952, que exerceu sobre a sociedade na qual se inseriu, a cidade de Campina Grande, significativa influência. O período coberto pela pesquisa estende-se da criação da POLI, em 1952, até à fundação da Universidade Regional do Nordeste – URNE, em 1966, momento em que dois projetos distintos de universidade manifestam-se de forma nítida: o dos pioneiros da Escola Politécnica, corporificado na pessoa de Lynaldo Cavalcanti e o de Edvaldo de Souza do Ó, conforme será visto adiante.

Além disso, algumas questões nortearam a pesquisa. Por que em uma cidade do interior do Nordeste (por mais importante que fosse) a idéia de estruturação de um campo científico-tecnológico, viceja e encontra respaldo nas elites econômicas de então? Por que a criação de um campo científico em Campina Grande é articulada no momento mesmo em que a principal agência de fomento da pesquisa científica nacional (o CNPq) é criada e busca consolidação? Quais os mecanismos que articulam os movimentos da elite econômica campinense aos que são empreendidos em outros centros mais desenvolvidos do país? Essas, entre outras, são perguntas que instigam a investigação.

De resto, a questão fundamental, que busco demonstrar é que a Escola Politécnica da Paraíba, ao contribuir para a criação de um campo científico-tecnológico, foi de fundamental

¹ Ver, por exemplo, BARBOSA, 1996; CAVALCANTI, 1990.

importância dentro do processo histórico que levou à solidificação e multiplicação do desenvolvimento científico-tecnológico em Campina Grande e na Paraíba. Por fim, busco responder à pergunta: qual a magnitude da criação da Escola Politécnica da Paraíba?

Os objetivos que subsidiam a demonstração da tese são os adiante destacados:

GERAL – Narrar e descrever o processo de criação da Escola Politécnica da Paraíba, analisando a sua relevância para a formação de um campo científico-tecnológico em Campina Grande, significativo para a compreensão do desenvolvimento da ciência e da tecnologia no Brasil.

ESPECÍFICOS

- Investigar as condições históricas das estruturas e agentes que precederam a criação da Escola Politécnica da Paraíba;
- Traçar um perfil do que pensavam os pioneiros, destacando as influências educacionais, científicas e tecnológicas que sofreram;
- Verificar os percursos acadêmicos para implantar a pós-graduação na Escola Politécnica da Paraíba;
- Identificar a interlocução da Escola Politécnica com outras Instituições de Ensino Superior (IES) e com agências de fomento à pesquisa;
- Examinar a relevância da produção científica da Escola Politécnica enquanto retorno social.

Eleito, em 1950, Governador do Estado da Paraíba, José Américo de Almeida, cômico dos problemas do Estado, tinha interesse na criação de uma escola de nível superior em Campina Grande, como forma de retribuir a consagrada vitória que alcançou na cidade no pleito que o elegeu. A própria cidade já se mobilizava para ver instaladas escolas de ensino superior.

Havia, em curso, uma Campanha Pró-Fundação dessas Escolas Superiores, encabeçada pela União Universitária Campinense – UUC, liderada pelo estudante de

economia Edvaldo de Souza do Ó², filho do industrial Izaías do Ó, que foi lançada oficialmente em 20 de agosto de 1952, após reunião realizada na sede social do Campinense Clube.

O Chefe da Casa Civil do Governo do Estado vai a uma reunião, ocorrida em 31 de agosto, e responde positivamente ao pleito suscitado pela UUC. Nesse encontro, realizado em uma das salas de aula da Sociedade Franco-Brasileira, além do representante governamental, estiveram presentes o Professor Milton Paiva, diretor do Colégio Estadual de Campina Grande, e os técnicos Antonio da Silva Moraes, José Marques de Almeida Júnior, Valdes Cunha Cavalcanti, Austro de França Costa, Josemir de Castro, Giuseppe Gióia, Lindalva Farias e o estudante de economia Edvaldo de Souza do Ó. A pauta da reunião foi, exatamente, a possibilidade de criação, pelo Governo do Estado, de uma Escola de Ensino Superior em Campina Grande.

O Professor Lopes de Andrade, Chefe da Casa Civil propôs em nome do Governador a criação de uma Faculdade de Engenharia Química. Naquela época, existia em Campina Grande um laboratório de Análise Mineral bem aparelhado e com pessoal de excelente nível³. Muitos deles participaram da reunião. A opinião geral foi a de que deveria ser criada uma Escola Politécnica, que aproveitasse a experiência do Laboratório de Solos e Concreto do Departamento Nacional Obras Contra as Secas (DNOCS) e a dos Departamentos Nacionais de Estrada de Ferro e de Rodagem bem como a experiência dos engenheiros independentes, que exerciam sua profissão na cidade. O Chefe da Casa Civil deu a conhecer ao Governador do Estado as reivindicações da comunidade campinense como também comunicou que fora constituída uma comissão encarregada de agilizar medidas para viabilizar a idéia.

² Como tantos outros jovens estudantes campinenses, Edvaldo de Souza do Ó estudava na cidade do Recife, cursava Economia na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Católica de Pernambuco.

³ O Laboratório de Análise Mineral do Departamento Nacional de Produção Mineral, em virtude da importância assumida por Campina Grande como centro exportador de minérios, além de bem equipado, reunia os melhores técnicos da região. Foi instalado, ainda na época da Segunda Guerra, conforme será visto adiante.

O Governador do Estado enviou Mensagem e Projeto de Lei à Assembléia Legislativa do Estado e, em 6 de outubro de 1952, foi sancionada solenemente a Lei nº 792, criando a Escola Politécnica da Paraíba, com sede em Campina Grande. Momento emblemático para produção do conhecimento científico-tecnológico na segunda maior cidade do Estado.

Uma vez criada a Escola Politécnica, veio o empenho na busca da autorização pelo Ministério da Educação para o seu funcionamento. A Escola Politécnica teve seu funcionamento autorizado pelo Decreto Presidencial nº 33.286, de 14 de julho de 1953. Todavia, as suas aulas somente foram iniciadas em março de 1954. A luta fora ganha, tratava-se agora de viabilizar a nova Escola e assegurar o cumprimento dos objetivos para que fora criada.

No entanto, é importante contextualizar os momentos históricos que antecederam a criação da Escola Politécnica, pois o Governo Vargas promovia uma política educacional voltada para a indústria (ensino técnico profissionalizante), que se destinava à formação de mão de obra qualificada, mediante a oferta de ensino técnico para as classes menos favorecidas⁴, que deveria atender à demanda nascente promovida pela industrialização do País, mesmo que incipiente. A criação de um curso superior nessa área vai de encontro a essas políticas públicas implementadas em nível federal.

Por outro lado, essa industrialização propiciou o surgimento, nacional e localmente, de uma burguesia emergente, que era portadora de um potencial econômico significativo e que, historicamente, gerou uma ideologia desenvolvimentista ensejadora de novas concepções

⁴ Utilizo o conceito de classe social no sentido em que Lênin o definiu: “As classes sociais são grandes grupos de homens que se diferenciam entre si pelo lugar que ocupam num sistema de produção social historicamente determinado, pelas relações em que se encontram com respeito aos meios de produção (relações que as leis referendam e, em grande parte), pelo papel que desempenham na organização social do trabalho e, consequentemente, pela maneira e pela proporção em que percebem a parte da riqueza social que dispõem. As classes são grupos humanos, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro por ocupar postos diferentes num regime determinado de economia social.” (LENIN, 1968, p. 76).

sobre o processo educacional. Esse processo vai ser coroado no governo Juscelino Kubistchek. São inúmeras as iniciativas nesse campo, na criação de escolas de excelência para capacitar os filhos dessa burguesia ao ingresso em escolas de nível superior. No que diz respeito às classes subalternas, o espaço educacional que lhes era reservado constituía-se das escolas técnicas federais e daquelas mantidas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC.

Nesse contexto, afigura-se necessário avaliar o papel exercido pela criação, desenvolvimento e consolidação da Escola Politécnica, para a formação de um campo científico-tecnológico em Campina Grande e no Estado da Paraíba.

Acredita-se, aqui, na indubitável eficiência das ações dos agentes e estruturas que precederam à formação da Escola Politécnica da Paraíba, dentro do processo histórico que levou à solidificação e reduplicação do desenvolvimento científico-tecnológico em que se encontrava a Paraíba, mais especificamente, Campina Grande.

Todavia, as dificuldades eram muitas. O envolvimento dos profissionais com o ensino superior realizava-se de forma precária, em virtude dos salários ofertados. Para a elite⁵ de Campina Grande, a Universidade e o ensino superior devem-se colocar a serviço da comunidade, o que não ocorreu em João Pessoa. A elite campinense tinha da educação um entendimento pragmático, enquanto a de João Pessoa inseria-se no modelo beletista e bacharelesco dominante entre os senhores de terras. Esta é uma das razões, entre outras, pelas quais se forma um pólo de pensamento e difusão de ciência e de tecnologia em Campina Grande e não em João Pessoa. É da ideologia produzida na cidade de Campina Grande a busca de soluções permanentes e funcionais. Esse parece constituir um traço permanente, oriundo de sua formação histórica.

⁵ O conceito de elite é operacionalizado para designar o conjunto de classes e frações de classe hegemônicas econômica, política e culturalmente, no seio da sociedade campinense. Elite, pois, é o “conjunto dos grupos sociais que dominam a sociedade mediante sua influência, seu prestígio, suas riquezas, seu poder econômico, cultural, político” (BURGUIÈRE, 1993, p. 283).

A Escola Politécnica contou, pois, em seu nascedouro, com o apoio decisivo da comunidade campinense. Os mais representativos líderes empresariais ajudaram, de diversas formas, a nascente instituição. O melhor exemplo dessa ajuda configura-se na construção do prédio em que se instalou definitivamente a Escola, em Bodocongó⁶. Por outro lado, nem só da ajuda da comunidade viveu a POLI. Os seus fundadores, especialmente, o Professor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, Diretor entre 1963 e 1970, para assegurarem a sobrevivência da instituição, buscaram recursos junto às agências nacionais de fomento à pesquisa, quando não no exterior.

Assim, a criatividade foi a marca dos pioneiros e dos que contribuíram para consolidar a Escola Politécnica como centro de excelência no ensino da engenharia civil, primeiro, e, depois, da engenharia elétrica, em 1963, cujo programa de pós-graduação (mestrado e doutorado) situa-se entre os cinco melhores do Brasil.

Ao lado da Universidade da Paraíba, criada pela Lei nº 1.366, de 2 de dezembro de 1955, surgem em Campina Grande algumas faculdades ligadas à Igreja Católica. Ao mesmo tempo o Município institui a Fundação Para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica – FUNDACT, que será a matriz de onde surge a Fundação Universidade Regional do Nordeste - FURNe, hoje Universidade Estadual da Paraíba.

Em meados da década de 1970, o Prof. Lynaldo Cavalcanti é designado Reitor da Universidade Regional do Nordeste, tendo como Vice-Reitor o Prof. José Luiz de Almeida. Seu reitorado estendeu-se de 09 de abril de 1972 a 19 de dezembro de 1975. Licenciou-se da FURNE para assumir o Departamento de Assuntos Universitários, hoje SESU, do Ministério da Educação. Em 1975, assume a Reitoria da UFPB, que dirige com os olhos voltados para constituir, por um lado, um forte núcleo de produção científica, através da criação de

⁶ Toda a madeira para a construção do prédio da Poli, por exemplo, foi fornecida pelo SENAI, de acordo com as informações de Lopes (2004).

inúmeros cursos de pós-graduação e, por outro, para federalizar o ensino superior em Campina Grande.

Essa quadra se caracteriza pelo *boom* da pós-graduação da UFPB e gera as condições para a criação da Universidade Federal de Campina Grande. É nesse momento que a universidade consegue cumprir os objetivos que os seus idealizadores tinham em mente quando da criação da Escola Politécnica da Paraíba. Hoje, a Paraíba conta com um número expressivo de agências de fomento à pesquisa e com inúmeras empresas de base tecnológica que foram gestadas a partir da universidade.

O estudo da história da Escola Politécnica da Paraíba — dos lances decisivos de seu desenvolvimento e consolidação — implica a necessidade de pensar os vínculos orgânicos entre a intelectualidade campinense e as classes sociais *in presença* no seio da sociedade, perquirindo as condicionantes pelas quais a constituição de um campo científico-tecnológico em Campina Grande resulta da simbiose entre poder político e classes sociais. Os intelectuais constituíam, nesse caso, a amálgama que vinculava o primeiro às segundas.

Com efeito, a partir dos finais dos anos 1930, embora continuassem buscando a Faculdade de Direito do Recife, os filhos das classes abastadas de Campina Grande passam a buscar, igualmente, outras faculdades, especialmente de Economia e Engenharia. As elites campinenses formam seus intelectuais orgânicos.

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc. (GRAMSCI, 1978, p. 3-4).

No mesmo sentido é pertinente anotar que os mecanismos produtores da luta pelo ensino superior parecem resultar da característica peculiar de Campina Grande, que reflete, com certa similaridade, os ciclos de prosperidade e depressão da economia nacional.

Em certo momento da história, a intelectualidade campinense, não por acaso vinculada às classes econômica e politicamente dominantes, vislumbra o estreito vínculo existente entre ciência e tecnologia, por um lado, e desenvolvimento econômico, por outro. Anote-se, ainda, que a percepção pioneira de que ciência e tecnologia constituíam o caminho a trilhar para estar atrelado à locomotiva do progresso não é fruto de mero acaso, mas decorre da particular evolução de uma cidade que precisa ser criativa para sobreviver, como se verá adiante.

Ao perceber na educação superior um veio a ser explorado a fim de que fossem ampliados os horizontes econômicos da cidade, sua elite intelectual possibilitou o surgimento e a consolidação de um espaço de reprodução social, que permitiu enfrentar os tempos difíceis do declínio do algodão e do sisal, como produtos de ponta, e do comércio a esses produtos vinculados, como atividade economicamente relevante para que, em um ambiente socioeconômico hostil, a cidade pudesse preservar sua identidade de pólo de desenvolvimento regional. A educação superior cumpre esse papel. O mérito, pois, é dos pioneiros, que souberam perceber os sinais da crise que se aproximava e vendo na educação superior uma saída perseguiram seu objetivo com determinação.

§ 3º A importância de Campina Grande no cenário regional

Desde a sua criação em 1697, Campina Grande tem-se constituído em um pólo regional de certa importância (CARDOSO, 1963). Primeiramente, edificando-se em um cruzamento de caminhos, constitui-se em florescente feira de gado. Depois, sob os influxos

dos tropeiros, em importante centro comercial. Nos anos de 1940, em virtude da cultura do algodão e a eclosão da Segunda Grande Guerra, vem a ser a terceira praça algodoeira do mundo, atrás de Manchester na Inglaterra. Nos anos 1950, o capital financeiro nativo organiza-se em inúmeros estabelecimentos bancários. Nesta época, conforme dados do IBGE, a cidade encontrava-se entre as dez cidades mais importantes do país, excetuadas as capitais.

As duas principais cidades do Estado da Paraíba, João Pessoa e Campina Grande, guardam características próprias que as tornam bastante diferentes. Campina Grande, sede de inúmeras empresas industriais, assim como de bancos privados, tem uma florescente elite comercial e financeira capaz de perceber a necessidade de assimilar os avanços científicos e tecnológicos como forma de aquisição e exercício do poder. João Pessoa conhece uma elite política formada por grandes proprietários fundiários, funcionários públicos graduados e uma classe média formada por profissionais liberais associados à burguesia rural (MELLO, 2008).

Para Campina Grande, a universidade e o ensino superior têm um viés funcional, que não assumem em João Pessoa. Talvez por essa razão em Campina Grande se forme um pólo de pensamento e difusão da ciência e de tecnologia.

A década de 1950 é, também, o início da industrialização do Estado da Paraíba, que se corporifica na criação, em meados da década de 60, dos Distritos Industriais de João Pessoa e Campina Grande, na esteira dos incentivos fiscais do Governo Federal geridos pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. O Estado da Paraíba começa a conhecer um incipiente desenvolvimento econômico e a constituição de uma classe dominante, qualitativamente diferente.

Por outro lado, cumpre ressaltar que o final da Segunda Guerra implica, para Campina Grande, a busca de novos campos de investimento. O algodão, cujo fastígio atinge seu ápice no período da guerra, quando Campina assumiu posição privilegiada no cenário regional, vê seu ocaso aproximar-se aceleradamente. A industrialização iniciada durante a

ditadura do Estado Novo desloca, de forma definitiva, para o centro-sul do país as bases da economia.

Até o final dos anos 1930, o Brasil era um país agroexportador. Nesse sentido, o café, a cana-de-açúcar e o algodão equivaliam-se. As oligarquias cafeeiras, açucareiras e algodoeiras estavam no mesmo pé de igualdade. Não havia diferenças políticas essenciais. Os latifundiários nordestinos dividiam com os barões do café o poder da República. Não é à toa que o candidato a Vice-Presidente na chapa da Aliança Liberal era um nordestino, o paraibano João Pessoa, com vínculos de parentesco com a oligarquia dos Pessoa de Queiroz de Pernambuco.⁷

A industrialização, alterando substancialmente o quadro econômico, produz mudanças de grande alcance no cenário político nacional e altera a correlação de forças regionais.

Conforme os dados do IBGE, em 1940, a população urbana do Brasil representava 30,24% do total. Em 1950, esse número passa para 36,16%. Percebe-se que os anos da guerra implicaram uma urbanização acelerada, fruto dos maciços investimentos estatais na indústria de base. Os números avançam nos anos 50, para alcançar em 1960 45,08% da população vivendo em cidades. No que tange ao Nordeste os números são similares (IBGE, 2009).⁸ Nos anos 50 está em curso um processo de urbanização acelerado que encontra seu momento culminante no governo de Juscelino Kubistchek.

Não se pode esquecer, por outro lado, que o Nordeste foi, ao longo de mais de dois séculos, o centro político e econômico da vida nacional. Não é por outra razão que os

⁷ Skidmore (2007) chama a atenção para o processo de declínio do poder de Pernambuco e da Bahia, em virtude da industrialização e, conseqüente urbanização, do Brasil. Diz ele textualmente: “Desde 1889 a política nacional tinha sido prerrogativa dos líderes dos Estados — Províncias no Império — mais poderosos. Minas Gerais e São Paulo foram líderes neste sistema, com o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro crescendo de importância e a Bahia e Pernambuco declinando em poder relativo.” (p. 58). Em 1950, esse processo ainda não havia chegado ao seu final.

⁸ Informações disponíveis no site www.ibge.gov.br/. Acessado no dia 31 de março de 2009 as 21 horas e 47 minutos.

movimentos emancipacionistas mais consistentes nele se concentram, especialmente, na cidade do Recife, em Pernambuco.

No final dos anos 20 e inícios dos anos 30 as usinas começam a substituir os engenhos no Nordeste. A economia canavieira, baseada no engenho, cede lugar à usina, grandes plantas fabris, que transformam os fundamentos da economia nordestina, principiando a efetiva industrialização do campo. No agreste, cariri e sertão, antes dominados pela economia pastoril, fruto da colonização, realizada no passo das boiadas vindas da Bahia, margeando o São Francisco, as fazendas de gado dividem as atenções com culturas agrícolas, como o algodão e o sisal.

O algodão, principalmente, faz surgir no interior nordestino, especialmente, na Paraíba um estrato de classe burguês, constituído pelos coronéis-comerciantes. Campina Grande, que a rigor não plantava nenhum pé de algodão, transforma-se, gradualmente, em centro comercial de grande importância na região nordestina. Em primeiro lugar, porque concentra o comércio do algodão, depois, porque fornece os insumos para o plantio e manutenção das usinas de algodão. Em pouco tempo, vai sediar grandes prensas de algodão, montadas com capital endógeno e, em seguida, por capitais estrangeiros.

Campina Grande não fica imune a esse processo. O final dos anos trinta e início dos anos quarenta conhecem um surto de transformação da realidade econômica campinense. Os fazendeiros-comerciantes em estreita ligação com empresas multinacionais como a SANBRA e a ANDERSON-CLAYTON assumem a hegemonia comercial do algodão, que transforma Campina Grande em uma das principais praças algodoeiras do mundo.

Na totalidade do Nordeste, foi esse o processo de redefinição econômica da estrutura produtiva, o que implicou transformações de profundidade na estrutura de classes e de poder. Em Campina Grande o processo foi similar. Uma diferença pode, contudo, ser identificada, os fazendeiros-comerciantes não cumpriram de maneira informal a função de financiar o

segmento produtivo. O capital financeiro estrutura-se em sua forma mais conspícua, o sistema bancário.

Em seu conjunto, as transformações das estruturas produtivas e das superestruturas políticas implicam um novo desenho da divisão regional do trabalho e, por via de consequência, uma nova composição do bloco dominante. Francisco de Oliveira conclui que a “conversão da ‘região’ do café em ‘região’ da indústria começa a redefinir a própria divisão regional do trabalho em todo o conjunto nacional” (OLIVEIRA, 1977).

Ao longo do processo de transformação econômico-social do Nordeste, Campina Grande, por suas elites, guarda uma característica que a distingue de quantas outras cidades do Nordeste e do Brasil: a capacidade de perceber os sinais das crises e a direção provável em que se encontra a saída para elas.⁹ É como se a cidade tivesse a percepção de que mudanças estão por vir e que é necessário buscar novos rumos.

As elites campinenses conseguem perceber a iminência do perigo e buscam maneiras de sobreviver. É certo, todavia, que os intelectuais encontram formas de verbalizar essas apreensões no sentido de guiar as elites que representam para novos tempos.

Ao final da Segunda Guerra, o mundo ingressa em um momento novo. A democracia assume um valor universal. É um ponto de referência essencial. Porém, do ponto de vista econômico uma nova realidade emerge. A ciência, durante a guerra, vincula-se estreitamente à engenharia e o esforço de tornar práticos princípios científicos leva à produção de inúmeros artefatos comerciais. Por outro lado, o domínio da energia atômica e, por conseguinte, da bomba, coloca na ordem do dia a ciência e a tecnologia, ao mesmo tempo, como instrumentos econômicos e de poder. Começa a Guerra Fria.

No Brasil, inicia-se a discussão para a criação de uma agência de fomento à pesquisa, que pudesse constituir-se em núcleo catalisador do desenvolvimento científico e tecnológico

⁹ Essa questão será mais bem discutida no Capítulo III, onde o vínculo entre os intelectuais e as elites, principalmente nos anos 1950, é estudado mais detidamente, em especial o papel exercido pela Federação das Indústrias do Estado da Paraíba.

do país (ANDRADE, 1999). Essa discussão não passa ao largo de Campina Grande. Durante os anos precedentes havia-se constituído um razoável pólo minerador na cidade. As obras empreendidas pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS levam à instalação na cidade de um moderno laboratório de solos e concreto. Por outro lado, a ocorrência de minerais na área do Curimataú, do Cariri e do Sertão, implicou a instalação na cidade de Departamento Nacional da Produção Mineral – DNPM, com um avançado laboratório de análises minerais. Ademais, no final dos anos 1940 foi criado o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e o primeiro plano rodoviário estadual.¹⁰ Havia, assim, um nascente pólo técnico, reunindo profissionais das mais diversas formações, o que possibilitou que o movimento para criação de escolas de nível superior de caráter técnico-científico tomasse vulto.

É nesse quadro, princípios dos anos 1950, que tem início a movimentação para que se criasse o ensino superior em Campina Grande. Primeiramente, com a fundação da União Universitária Campinense e, depois, com o movimento pró-criação da Escola Politécnica.

§ 4º Escorço teórico-metodológico

A fim de atender aos objetivos que desejo alcançar nesta pesquisa e encontrar as respostas para a questão que constitui a tese a ser demonstrada, exponho o instrumental teórico e metodológico que passo a descrever.

Embora o par opositivo centro-periferia aplicado à pesquisa do desenvolvimento científico mereça, do ponto de vista heurístico, todas as ressalvas possíveis, o que dizer, entretanto, acerca do desenvolvimento da ciência na “periferia da periferia”? É assim que, muitas vezes, o estudo da evolução das instituições científicas nordestinas é encarado.

¹⁰ O Departamento de Estradas de Rodagem do Estado da Paraíba –**DER/PB** foi criado no Governo do Interventor Federal na Paraíba Odon Bezerra Cavalcanti através do Decreto Lei n.º 832 de 26 de junho de 1946. Na mesma oportunidade, foi lançado o Plano Rodoviário do Estado da Paraíba.

Todavia, nesse ponto, é preciso ressaltar que considerar o Nordeste como periferia nos anos 50 pode levar o pesquisador a incorrer no grave pecado do anacronismo. Meus estudos revelaram que tal afirmativa, feita de forma enfática em relação ao Nordeste, pode não ser verdadeira.¹¹

De fato, naquele período o Brasil constituía uma sociedade em transição. Em outras palavras, buscava romper com a dependência do campo e industrializar-se. Quer dizer, buscava a urbanização *tout court*. Desde a Revolução de 1930, a sociedade brasileira conheceu um movimento de urbanização crescente, mesmo sem a realização de uma reforma agrária tendente a criar um mercado interno. Esta, por sinal, é uma reivindicação recorrente nos documentos dos partidos políticos à esquerda, desde a fundação do Partido Comunista em 25 de março de 1922.

Assim, poucos eram os núcleos urbanos dignos de nota e exercendo real influência na sociedade brasileira. Anote-se que naquele momento a sociedade nordestina pouco ficava a dever aos centros como Rio de Janeiro e São Paulo. Algumas capitais nordestinas, em especial Recife, Salvador e Fortaleza, constituíam florescentes centros culturais, exercendo forte influência em toda região. Do mesmo modo, Campina Grande, por sua posição e as especificidades de seu desenvolvimento, representava um centro comercial em crescente expansão, constituindo-se na mais importante cidade da região nordestina.

Ademais, havia uma dependência econômica e, sobretudo, cultural da cidade paraibana à capital de Pernambuco. Afinal, era para a cidade do Recife que se dirigiam os filhos das principais famílias campinenses para adquirir formação superior.¹²

¹¹ Nesse sentido, convém consultar SANTOS, Alex Vieira dos. **A Bahia na periferia da produção científica durante a segunda metade do século XX: percepção de pesquisadores nas ciências naturais**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, das Universidade Federal da Bahia – UFBA e Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, sob a orientação do Prof. Amílcar Baiardi.

¹² Mello (2008, p. 160) registra que Campina Grande, desde a primeira década do século XX, após a chegada da ferrovia, torna-se a mais pernambucana das cidades da Paraíba.

A realidade brasileira, nesse diapasão, tem sido objeto de muitas reflexões que nos mostram que o caminho do desenvolvimento da ciência brasileira nem sempre segue as mesmas trilhas de suas similares européias ou norte-americanas.

No presente estudo, procuro encontrar respaldo, entre outros motivos, no esforço de compreensão da gênese e estruturação de um campo científico em ambiente econômico, político e social que, hoje, pode-se denominar de periferia do campo científico.

Nesse sentido, o meu principal objetivo, como já salientado acima, é analisar a criação e consolidação da Escola Politécnica como um dos momentos do processo de estruturação de um campo científico-tecnológico na cidade de Campina Grande e no Estado da Paraíba.

A pesquisa sobre os processos de estruturação das instituições científicas e da difusão das suas práticas de formação e de pesquisa pode ser um importante esforço de compreensão não somente do desenvolvimento de cada um dos campos específicos, dos itinerários teórico-metodológicos e das formas de transmissão da cultura científica e tecnológica. Esse tipo de pesquisa possibilita, igualmente, uma compreensão do próprio processo histórico de modernização das sociedades como uma tendência à racionalização e ao desencantamento do mundo.

Longe de pretender reduzir o processo de estruturação do campo científico-tecnológico em Campina Grande a uma suposta tendência histórica inexorável e exógena, o que justifica a pesquisa é, justamente, *a análise do caso* em questão buscando suas aproximações e suas especificidades que, porventura, existam.

Assim, é necessário estar atento para a dimensão regional do fenômeno que orienta para proceder a uma “diferenciação temporal, espacial ou espaço-temporal de regiões dentro de ou entre locais; a regionalização é uma importante noção para contrabalançar a suposição

de que as sociedades são sempre sistemas homogêneos, unificados.” (GIDDENS, 2003, p. 444).

Com efeito, para Giddens (1991), também se justifica a incursão nesse universo empírico em razão da estruturação do que ele denomina de sistemas peritos na cultura moderna, como sistemas de excelência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje.

Por outro lado, como observa Schwartzman (2008) essas instituições de ensino superior para satisfazer às expectativas da sociedade — ao qualificar a força de trabalho, pesquisar, prestar serviços e criar oportunidades de mobilidade social — são, frequentemente, avaliadas em termos da sua habilidade para alcançar tais metas. Porém, elas são também instituições com histórias peculiares e tradições próprias. É conveniente que se entenda os modos diferentes que elas têm de responder a essas demandas; e que se entenda bem o contexto histórico e cultural em que elas surgiram.

Por fim, os estudos sobre a História da Ciência e da Tecnologia na Paraíba ainda são incipientes. Procuro, pois, analisar o processo de formação do campo através de suas práticas e valores, a concorrência entre os agentes, suas relações com outros campos e com a vida social do mundo exterior, uma vez que as instituições científicas de cada sociedade correspondem a suas necessidades, conforme observa Bourdieu (1989). Para o sociólogo francês, campo é

(...) o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas obedece a leis sociais mais ou menos específicas (BOURDIEU, 2004, p. 20).

Segundo Weber (1999), podem ser encontradas manifestações isoladas e descontínuas de racionalização em momentos muito anteriores ao moderno, assim são

evitadas afirmações que confirmem o estatuto de "novidade histórica absoluta" para tais fenômenos na modernidade. Para tal, indica algumas evidências desse fenômeno na Índia antiga e nos seus primeiros sistemas religiosos racionais. Aliás, um dos traços da engenhosa sociologia histórica weberiana é essa busca em culturas antigas de expressões isoladas de fenômenos que só viriam a se solidificar no mundo moderno.

Esse procedimento metodológico sugere que a modernidade conseguiu ser, entre outras coisas, uma espécie de síntese dessas experiências pontuais anteriores. Tal argumento pode ser reforçado pelas eruditas incursões do autor no universo do mundo antigo – suas cidades, religiões, disciplina militar, economia, Estado etc. — encontradas à farta nos textos desse sociólogo alemão que, desde muito cedo, foi um estudioso minucioso da história antiga e medieval (WEBER, 1999).

Logo nas primeiras páginas da obra "A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo", Weber (1999) desenvolve um amplo diagnóstico do processo de racionalização do mundo moderno. Segundo o sociólogo alemão, conhecimento e observação também existiram em civilizações como a Índia, a China e a Babilônia, mas sem a fundamentação matemática e o método experimental modernos.

Na história e na política, no direito e na música, na arquitetura e nas artes plásticas, nas empresas e no estado, nas escolas e nas guerras, a ação individual ocidental moderna tendeu a ser baseada em cálculos e não mais em adivinhações, tradições, crenças ou convenções. O Ocidente moderno potencializou essa herança da Antigüidade e imprimiu, crescentemente, essa marca nos espaços de ação social dos indivíduos.

No caso da empresa capitalista, mais do que uma busca do lucro e da acumulação, encontra-se, como característica distintiva, a ascendência da racionalização através da calculabilidade precisa dos seus fatores técnicos, expressa na emergência de três realidades

importantes: a separação entre a empresa e a economia doméstica, o trabalho livre e a contabilidade racional.

Basicamente, o que se observa de comum nesses fenômenos é uma busca incessante de eficácia da ação desenvolvida, uma demanda pela perfeita adequação dos meios aos fins, uma tentativa de controle das variáveis que permitiriam a realização dos fins desejados e uma busca de maximização dos resultados da ação baseada numa avaliação de custo-benefício.

É importante enfatizar que tais processos não se apresentam mais como “momentos culturais isolados” como em civilizações anteriores. Mas, ao contrário, o processo de racionalização, paulatinamente, engloba todas as esferas sociais: cotidiano, economia, política, ciências, ética e estética. Aqui se encontra a matriz de um novo enfoque da história como disciplina científica.

Nesse diapasão, a historiografia francesa sofreu profundas mudanças com a entrada em cena de Marc Bloch e Lucien Febvre no final da década de 1920. Esses autores foram decisivos para a desvinculação da historiografia voltada para a narrativa do factual. A partir desse período, e com a ajuda de outros pesquisadores, novos objetos e novas metodologias foram propostos, e as fronteiras disciplinares que afastavam a disciplina das demais ciências sociais foram flexibilizadas e a história explicitou o seu diálogo com a sociologia, a antropologia, a geografia, a economia, a psicanálise, entre outras disciplinas científicas.

O brasileiro que contribuiu para a consolidação desse novo método foi Freyre (1977), reconhecido pelos historiadores dos *Annales*, como um dos seus fundadores. A obra freyriana é uma manifestação hiperbólica dessas novas fontes. A iconografia, os números estatísticos, a pictografia, os diários, os testamentos, a culinária, os relatos orais e os objetos do cotidiano passaram a ser tratados como documentos também.

O diálogo entre a Sociologia e a História sempre foi apresentado como um diálogo de surdos por aqueles que se prendiam a *acontecimentos* e por outros que se fixavam nas

estruturas. Mas, não há esse abismo entre os autores clássicos e em muitos contemporâneos. Essas falsas polarizações entre *singularizações* e *generalizações*, *sincronias* e *diacronias*, têm sido combatidas na obra de muitos autores, como Bloch (1987; 1993), Ginzburg (1989), Weber (1981; 1999), Marx (1968; 1974; 2007), Elias (1994), Bourdieu (1974; 1983; 1989; 1990; 1996; 2004), Burke (1991).

Provavelmente, o conceito de *verstehen*, destacado pela tradição alemã seja um dos pontos que contribuíram para um diálogo mais consistente entre historiadores e sociólogos, reforçando o que é chamado de história social ou de sociologia histórica. A possibilidade de *compreensão* e não de *julgamento* do outro é o que interessará à historiografia que tento seguir nessa pesquisa (BURKE, 1991).

Aqui, convém pontuar a contribuição de Karl Marx à compreensão da História como um processo. Embora não me filie à ortodoxia marxista, minha análise não deixa de pagar um tributo à tradição marxiana de considerar as estruturas sociais em permanente mudança e de buscar nos conflitos entre as classes *in presença* no seio da sociedade uma, entre outras, das motivações diretas ou remotas dos fatos sociais estudados. Assim, pois, a epígrafe do presente trabalho não se coloca no pórtico para ilustrar à toa o texto. É, de fato, uma declaração de princípios no sentido de que os indivíduos constroem o presente e estruturam o futuro sobre os alicerces do passado e em condições sobre as quais não têm controle.

Uma das possibilidades atuais mais interessantes de se estudar o passado, realizada pela história social e pela história cultural, tem sido justamente a utilização da produção cultural de uma determinada época e sociedade como instrumento de compreensão da história desta mesma época e sociedade. O esforço, aqui, é conseguir relacionar um evento a uma estrutura social mais ampla, contextualizando um determinado tempo.

Como afirmou o historiador francês fundador da Escola dos Annales, “o atual não é jamais completamente explicável senão pelo remoto” (BLOCH, 1993). Em outras palavras, o

passado não se modifica, mas o conhecimento que temos dele é algo sempre em potencial desenvolvimento.

A história das ciências sociais, em sentido lato, é povoada por dualidades, oposições, polaridades etc. Entre elas, contam-se, indivíduo/sociedade; micro/macro; sociedade/comunidade; quantitativo/qualitativo; compreensão/explicação; sujeito/estrutura; materialismo/culturalismo. Um dos desafios desta pesquisa foi fugir dessas polaridades, pois compreendo que o obstáculo ao diálogo entre conceitos e métodos originariamente distintos não é lógico, mas sociológico. Em outras palavras, constitui a disputa (legítima) de interesses existentes no interior do campo acadêmico, conforme afirma, claramente, Bourdieu (1983).

Não se pode fazer a ciência avançar, e não apenas em um caso, a não ser sob a condição de fazer com que teorias opostas se comuniquem, teorias que muitas vezes se constituíram umas contra as outras. Não se trata de operar essas falsas sínteses ecléticas que tanto já grassaram na sociologia. É possível afirmar de passagem que a condenação do ecletismo frequentemente, conforme observa Bourdieu (1983), serviu de alibi à incultura: é tão fácil e confortável se encerrar numa tradição!

Com relação às bases documentais o mestre dos *Annales* afirma que elas são vestígios, ou seja, “marcas, perceptíveis pelos sentidos, deixadas por um fenômeno impossível de captar em si mesmo” (BLOCH, 1993, p. 54). Continua o mestre francês:

(...) os documentos não surgem aqui ou acolá por artes mágicas. A sua presença ou a sua ausência, em determinado fundo de arquivo, em determinada biblioteca, em determinado terreno, depende de causas humanas que de maneira alguma escapam à análise; e os problemas que a sua transmissão levanta, longe de se encontrarem somente ao alcance dos exercícios de técnicos, respeitam, eles mesmos, o mais íntimo da vida do passado, porque aquilo que se encontra afinal em jogo não é nem mais nem menos do que a passagem da memória das coisas através das gerações (p. 66).

Por seu turno, Ginzburg (1989) opera a partir do paradigma indiciário. Ele vai buscar na crítica da arte, mas também na própria natureza cognitiva humana, o que denominará de método indiciário.

Por milênios o homem foi caçador. (...) Aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios de barba. Aprendeu a fazer operações mentais complexas com rapidez fulminante, no interior de um denso bosque ou numa clareira cheia de ciladas. (...) Gerações e gerações de caçadores enriqueceram e transmitiram esse patrimônio cognoscitivo (GINZBURG, 1989, p. 151).

A ideia central desse procedimento metodológico é partir de dados aparentemente irrelevantes e construir as teias de significação do fenômeno estudado articulando-o com dimensões mais amplas das configurações históricas. Esse método é adequado em vários momentos da pesquisa, inclusive naqueles em que a insuficiência dos dados empíricos obrigam o pesquisador a uma abordagem interpretativa que requer elementos “heterodoxos”, como é o caso da intuição. É o que Ginzburg (1989) refere como *firasa*. O termo tem origem no vocabulário da seita islâmica *sufi* e era usado para designar as intuições místicas e outras formas de discernimento, como a intuição. Define, pois, a capacidade de passar do conhecido ao desconhecido a partir de pequenos indícios.

A dificuldade central da pesquisa residiu no fato de que sou, ao mesmo tempo, autor e ator. Muitos dos lances narrados, os fatos, em muitos casos foram efetivamente vividos por mim. Este óbice está colocado no caminho de todos quantos voltam suas vistas para a história do tempo presente. No caso, não somente presente, mas vivido. Muitas vezes fui obrigado a narrar, ou fundamentar análises, sobre fatos que foram vividos por mim. Em muitos casos, não há possibilidade de comprovação imediata de tais fatos; eles tiveram que ser deduzidos de indícios contidos na literatura, ou nos documentos.

Da mesma forma que Bourdieu (1983) tentei contornar a lei de ferro da “regularidade das estruturas” ou a valorização excessiva dos sujeitos individuais. Esse tipo de abordagem sociológica tem como pedra-de-toque de sua análise a práxis dos agentes, uma reflexão sobre e a partir das práticas sociais existentes no interior dos campos de ação.

De maneira simplificada, o *locus* empírico, como conceituado por Bourdieu (1983), foi por mim considerado como um espaço socialmente construído, no qual ocorre a disputa por determinados capitais — materiais e simbólicos — e para que esta disputa se viabilize é necessário que existam as tais práticas que, segundo Bourdieu (1983) resultam, exatamente, de uma situação concreta (um campo de ação social) e um *habitus* (conjunto de disposições dos agentes para se comportarem de determinada maneira).

Duas frases, utilizadas pelo autor para expressar esse *modus operandi* dos indivíduos são: a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade (frase sartreana) ou estruturas estruturadas com disposição para se tornarem estruturas estruturantes. As duas apontam para a mesma questão: há uma dialética na relação dos indivíduos com o meio.

Se for verdade que determinadas objetividades estruturais podem ser captadas com procedimentos estatísticos e expressões da subjetividade podem ser captadas com procedimentos hermenêuticos, também nos parece razoável que numa mesma pesquisa possamos combinar os dois procedimentos. O importante é que se esteja ciente da necessidade de pensarmos relacionalmente (comparando campos, reconhecendo os capitais em disputas).

Outra dificuldade que enfrentei e precisei evitar foi a objetivação do objeto. Em outras palavras, evitar a confusão entre importância social e importância sociológica para não negligenciar os interesses em questão. Do mesmo modo, foi preciso afastar o pensamento duto — aquelas concessões ensaísticas ao humanismo da filosofia social (embora seja essencial conhecê-lo). Outra exigência que tive de atender foi a de superar a objetivação participante, estranhando o “bom senso” e as convicções anteriores do pesquisador. Além

disso, a produção do conhecimento do real, além de apontar para a probabilidade e provisoriedade, só se realizará se houver interesse em produzi-lo e capacidade para realizá-lo (BOURDIEU, 1989).

O principal equívoco do rigorismo metodológico é imaginar que é possível descobrir um “meio” ou um “caminho” que, sendo seguido, leva o pesquisador ao cerne da realidade do objeto pesquisado. Esse tipo de essencialismo leva a imaginar que os dados da pesquisa estão à disposição do pesquisador de forma objetiva e não que são construídos pelos procedimentos de pesquisa, variando de acordo com os métodos utilizados.

Com efeito, o método de procedimento comparativo mostrou-se pertinente para o estudo, tendo em vista os fins a serem alcançados. Trata-se de uma via que permite o diálogo entre o historiador e o sociólogo. Esse procedimento tanto pode ser um precioso auxílio quando se comparam sociedades distantes entre si, como ao estudar configurações mais próximas. Comparações podem esclarecer tanto as variações quanto as permanências ocorridas em processos similares. Além disso, através dele podem-se preencher certos vácuos documentais de forma probabilística (BLOCH, 1993).

Bourdieu tenta fugir dessas polaridades afirmando que o obstáculo ao diálogo entre conceito e métodos originariamente distintos não é lógico, mas sociológico. Em outras palavras, é a disputa (legítima) de interesses existentes no interior do campo acadêmico. Nesse sentido, afirma, claramente, o seguinte:

Não se pode fazer a ciências avançar, e não apenas em um caso, a não ser à condição de fazer com que teorias opostas se comuniquem, teorias que muitas vezes se constituíram umas contra as outras. Não se trata de operar essas falsas sínteses ecléticas que tanto já grassaram na sociologia. Digamos de passagem que a condenação do ecletismo freqüentemente serviu de álibi à incultura: é tão fácil e confortável se encerrar numa tradição. (BOURDIEU, 1983, p. 22).

Como já assinalado, campo é o nome dado por Bourdieu (1990) ao espaço social onde as posições dos agentes se encontram *a priori* fixadas. O campo é um espaço de luta por capitais materiais e simbólicos, ou seja, os agentes desenvolvem suas ações num campo socialmente determinado. A eficácia da ação se encontra, assim, prefigurada. Nesse sentido, o agente encontra-se condicionado a realizar apenas aquelas ações que ele realmente pode efetivar. Assim,

O campo é um espaço social no interior do qual está em jogo um tipo particular de alvos sociais, interesses que podem ser absolutamente desinteressantes do ponto de vista de quem está fora do campo. Assim, campos e interesses existem quase ao infinito. A magia do social pode construir praticamente tudo como interessante, e assim, instituí-lo como alvo de lutas. (BOURDEIU, 1990, p. 115).

Com efeito, no interior do campo, a disputa ocorre de forma acirrada. Os agentes concorrem aos mesmos espaços. Buscam realizar seus objetivos e ocupar espaços opondo-se uns aos outros. Esse processo, com suas contradições, tem como resultado a constituição do campo. Sua definição em termos definitivos, sua constituição.

O campo e aquilo que está em jogo nele, produzem investimentos de tempo, dinheiro, trabalho etc. Em outros termos, o interesse é simultaneamente condição de funcionamento de um campo, na medida em que isso é o que estimula as pessoas, o que as faz concorrer, rivalizar, lutar, e o produto de funcionamento do campo. (BOURDIEU, 1990, p. 127)

De fato, essa é uma característica comum aos campos. Em seu seio, os agentes conflitam-se no sentido de buscar afirmação pessoal. Assim agindo, contribuem a seu modo para a configuração do campo.

Todos os campos têm traços estruturalmente idênticos: disputa de poder de nomeação, de falar publicamente, de conquistar capitais materiais e simbólicos, ou seja, com a noção de campo podemos apreender a

particularidade na generalidade e a generalidade na particularidade. (BOURDIEU, 1990, p. 136).

O que leva, em última instância à caracterização do campo é a conduta dos agentes. Em outras palavras, o campo está em dependência do *habitus* de seus agentes, que pode ser definido como o

(...) sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e representações que podem ser objetivamente ‘regulamentadas’ e ‘reguladas’ sem que por isso sejam o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade de projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingí-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um regente. (BOURDIEU, 1983, p. 61).

Assim, o *habitus* corresponde à conduta, reiterativamente, repetida e contumaz dos agentes em busca de realizar seus próprios objetivos em consonância com as características do campo.

O *habitus* é sempre dotado de uma intenção ativa, inventiva. Aqui, insisto nas capacidades geradoras das disposições, ficando claro que são disposições adquiridas, socialmente construídas. É o primado da razão prática. (BOURDIEU, 1990, p. 79).

O *habitus* leva à produção de uma infinidade de atos, que se encontram inscritos na própria constituição biológica dos indivíduos na forma de possibilidades. Assim, as coações e as exigências do jogo, ainda que não estejam reunidas num código de regras, impõem àqueles e só àqueles que, por terem o sentido do jogo estão preparados para percebê-las e realizá-las.

Nesse sentido, como sistema de disposições para a prática, o *habitus* é um fundamento objetivo de condutas regulares. Assim, está ligado à espontaneidade geradora, afirmada em confronto improvisado com situações constantemente renovadas. Não há, pois,

que procurar, nas produções do *habitus* mais lógica do que existem nelas. O *habitus* é princípio de invenção, mas até certo limite (BOURDIEU, 1990).

Uma das características do campo de ação social é o seu policentrismo, o que permite, além de uma variação de práticas no seu interior, uma disputa permanente pelos seus capitais materiais e simbólicos. Essa dinâmica interna ao campo sugere uma "operacionalidade pactuada". Em outras palavras, todos os agentes participantes do campo têm interesses fundamentais em comum, que são aqueles que viabilizarão a produção e reprodução do campo.

Com efeito, encontra-se, mesmo no que for diversidade, uma cumplicidade subjacente a todos esses conflitos e diferenças. Portanto, a operacionalização do campo dependerá permanentemente desses acordos do que merece ser disputado e é nessa dinâmica que se afirmarão as relações de força, os monopólios de capitais específicos, as estratégias de conservação (os ortodoxos), bem como, as estratégias de resistência e de mudança (os heterodoxos). (BOURDIEU, 1983; 1989; 1996).

É importante enfatizar que os ortodoxos são aqueles que tomam as iniciativas políticas do campo; que conduzem os contatos com os outros campos sociais; que produzem ou sintetizam os discursos oficiais do campo, enfim, aqueles que ocupam um lugar importante na preservação da memória do campo, no poder de nomeação e na seleção das questões a serem discutidas. Isto não quer dizer que os demais agentes apenas sigam tais "deliberações", afinal os caminhos do campo não são traçados de forma conspirativa, mas significa dizer que há uma dinâmica que permite a algumas a iniciativa, a direção, mas em um processo de disputa e de debate, nada como decreto ou como "lei" *a priori*.

§ 5º Coleta e tratamento dos dados

Esta pesquisa classifica-se, quanto ao seu objetivo geral e procedimento técnico, em, respectivamente, pesquisa exploratória, documental e bibliográfica. Isto porque a análise, a reflexão, o pensamento constituíram as bases para a análise do material coletado. Além disso, a análise do material coletado seguiu quatro fases distintas: identificação, localização, compilação e fichamento. Marconi e Lakatos (1986) ajudam a delimitar essas fases, informando que a identificação “é a fase de reconhecimento do assunto pertinente ao tema em estudo e que pode ser feito lançando-se mão de catálogos das bibliotecas, das bibliografias, dos índices e *abstracts* especializados” (p. 58).`

Levei a efeito um levantamento da documentação que criou a Escola Politécnica da Paraíba e, como complementação da empiria, a história oral de inúmeros professores, dada a representatividade no processo de construção da Escola. Foi obtida mediante consulta às entrevistas realizadas pelos integrantes do Projeto Memória da Universidade Federal de Campina Grande, cedidas pela Coordenadora do projeto Profª Drª Rosilene Dias Montenegro.

Em seguida, consoante preconizam Marconi e Lakatos (1986) passei à localização das fichas bibliográficas, a fim de se obter outras informações consideradas necessárias. Isso foi possível de ser levado a cabo através de pesquisas com os sistemas de busca e bibliotecas convencionais. Foram, igualmente, mapeadas as instituições ligadas, direta ou indiretamente, ao universo científico na cidade de Campina Grande.

Por outro lado, convém ressaltar que as fontes utilizadas consistiram de documentos contemporâneos dos primeiros anos da Escola Politécnica da Paraíba preservados no Arquivo Geral da Universidade Federal de Campina Grande. Ademais, toda uma literatura secundária foi consultada. Seja sobre a história de Campina Grande e da Paraíba, seja sobre questões teóricas e metodológicas.

No terceiro momento, foram reunidas, sistematicamente, referências e informações impressas. A obtenção do material deu-se por meio de fotocópias e de fichas, nas bibliotecas particulares e públicas de Campina Grande e João Pessoa. Por outro lado, o discurso dos agentes foi recuperado na imprensa local e nos arquivos da instituição, especialmente do Projeto Memória – Ciência e Tecnologia em Campina Grande.

Na fase do fichamento, além da transcrição das entrevistas, que foram cedidas pela Coordenação do Projeto Memória, foram elaborados resumos de dados em fichas bibliográficas, com o máximo de exatidão e cuidado, conforme lição de Marconi e Lakatos (1986), atentando para a sua real importância, seu grau de autenticidade e veracidade. Neste momento, foi examinada a composição do perfil sócio-econômico e acadêmico dos agentes envolvidos, assim como verificada a origem e quantificação dos investimentos financeiros envolvidos e analisada a produção memorialística referente à instituição pesquisada.

Quanto ao conjunto de processos de que se serviu a pesquisa, explorou-se, também, a técnica da documentação indireta, quando não disponível a documentação em fontes primárias. Com vistas ao alcance dos propósitos aqui expressos, levantou-se o material em fontes secundárias, fazendo uso de toda bibliografia já publicada sobre o tema — livros e artigos. A leitura de obras analíticas e remissivas foram uma constante.

O trabalho compreende uma introdução, cinco capítulos e as considerações finais. No primeiro capítulo, busquei traçar o perfil de Campina Grande, sua origem, desenvolvimento histórico, classes sociais, situação econômica, a fim de permitir ao leitor o conhecimento do espaço social em que foi criada e instalada a Escola Politécnica da Paraíba. Não pretendo com esse capítulo narrar de modo exaustivo a história de Campina Grande. Procuro, tão somente, traçar o quadro em que surge e se desenvolve a Poli. No segundo capítulo, tratei das bases históricas para a criação da Escola Politécnica da Paraíba, enfocando os precedentes imediatos e a discussão posta na ordem do dia sobre ciência e tecnologia como instrumentos de poder e desenvolvimento econômico. O terceiro capítulo foi dedicado, especificamente, à fundação da

Escola Politécnica da Paraíba, à formação do campo e ao papel desempenhado pelos principais intelectuais. No quarto capítulo, busquei apresentar os principais desdobramentos da criação da Escola Politécnica. Por fim, no quinto capítulo, a título de epílogo, tratei dos mais expressivos frutos do campo científico-tecnológico criado a partir da fundação da Escola Politécnica.

Por último, saliente-se que o fio metodológico que segui é tributário de Marx (1968; 1974; 2007), de Weber (1981; 1993) e de Bourdieu (1974; 1983; 1989; 1990; 1996; 2004). No que tange aos dois primeiros quanto à compreensão da História como processo passível de compreensão e o último no que respeita à utilização do conceito de campo. Autores como Bloch (1987; 1993), Burke (1991) e Elias (1994) são referidos seja para pontuar a inexistência de fronteiras rígidas entre a História e a Sociologia, seja para salientar a importância dos fatos passados para a compreensão dos presentes. Por outro lado, Guinzburg (1989) é utilizado para explicar inúmeras lacunas que os documentos não conseguem preencher.

Chamo atenção, ainda, que fujo das polaridades, dos dualismos, conforme expresso *supra* (pp. 34 e 35). Entretanto, cabe realçar, que busco superar a dualidade entre micro-história e macro-história, com a utilização do conceito de campo, tal como definido por Bourdieu (1990). Embora as fontes utilizadas em alguns casos remetam para a abordagem atinente à micro-história, em outros, tais fontes são, digamos, específicas da macro-história. Isto, entretanto, não configura nenhum ecletismo metodológico. Mas, busca a melhor forma de dar conta do objeto estudado.

Saliente-se mais, por sua pertinência, que há uma distinção clara entre o método de pesquisa e o método de exposição, como acentua Marx (1968). Assim, procurei expor os resultados de minha pesquisa, utilizando o recurso formal da espiral ascendente, no qual as matérias são apresentadas de maneira repetida, seguindo um curso que vai do mais simples ao mais complexo. Em outras palavras, os blocos narrativos são organizados de forma a se

entrelaçarem, compondo um todo estruturado logicamente. O meu objetivo foi o de reconstituir o passado, no qual se encontra a Escola Politécnica, e apresentá-lo ao leitor conforme minha visão. Não pretendo haver encontrado a “verdade” sobre o período estudado nem sobre a Poli. O que pretendi foi apreendê-lo em suas conexões e apresentá-lo ao leitor atual e futuro.¹³

É importante ressaltar, no entanto, que se é verdade que o método não é razão suficiente para um bom desempenho da pesquisa, é também verdade que sem método não há como realizá-la. A questão resume-se a não aprisionar o objeto metodologicamente e sim usar tudo que estiver à disposição e que possa ajudar na formulação das respostas. Foi o que tentei fazer.

¹³ No Posfácio à segunda edição de O Capital, Marx faz a seguinte observação: “É mister, sem dúvida, distinguir, formalmente, o método de exposição do método de pesquisa. A investigação tem de apoderar-se da matéria, em pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho, é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção a priori” (MARX, 1968, p. 16).

CAPÍTULO I

DE TROPEIRO A MESTRE-ESCOLA

§ 1º Surge um povoado na grande campina

Câmara (1943) e Almeida (1964), os principais estudiosos da história de Campina Grande, afirmam em sintonia que 1697 foi o ano da fundação do povoado que deu origem à cidade. É certo que naquele ano o Capitão-Mor Teodósio de Oliveira Ledo estabelece um aldeamento de índios Ariús¹⁴ na grande campina que se espraia no sopé da Serra de Bodopitá. Este fato, entretanto, não elide algumas dificuldades.

As terras entre Fagundes e Bruxaxá eram desconhecidas, o único registro que se tem de um avanço na direção norte, partindo da Serra de Bodopitá é o do Capitão-Mor Teodósio de Oliveira Ledo (CÂMARA, 1943, p. 6). É quase impossível de indicar com precisão as razões que levaram Teodósio de Oliveira Ledo a afastar-se de sua trilha original para seguir rumo ao Norte. Câmara (1943) chega mesmo a afirmar que “não é fácil apreciar” esses motivos. Equivoca-se, por outro lado, ao fazer do aldeamento o marco inicial da denominação local. Antes de Teodósio de Oliveira Ledo e seus Ariús a localidade já era conhecida por Campina Grande, (BORGES, 1982; MELLO, 1984).

Para esses autores, antes da chegada de Teodósio de Oliveira Ledo o povoado já estava constituído. O que o Capitão-Mor fez foi consolidá-lo e desenvolvê-lo. As razões

¹⁴ Os Ariús eram Tapuias e, provavelmente, foram feitos prisioneiros durante a chamada Guerra dos Bárbaros em que o Capitão-Mor Teodósio de Oliveira Ledo envolveu-se nos vales dos rios Piranhas e Piancó, espécie de limpeza étnica que recebeu críticas até do rei de Portugal, que em Carta Régia de 16 de setembro de 1699, estranhou “mui severamente o que obrou Theodosio de Oliveira Ledo em matar a sangue frio muitos dos índios que tomou na guerra”, conforme registra PINTO (1977, p. 93).

do empreendimento residiram no fato de que as populações sertanejas necessitavam de um ponto de união entre o Sertão e o Litoral. Entre a civilização da cana e a do gado, a fim de que o intercâmbio de mercadorias pudesse realizar-se. Campina Grande foi este ponto.

Câmara (1943) dá conta de que em torno de 1670 padres jesuítas instalaram-se na Serra de Bodopitá, hoje Fagundes, onde aldearam índios Cariris e desenvolveram o cultivo de cereais. No ano de 1670, deixam a Serra de Bodopitá e vão para a Vila do Pilar, onde voltam a aldear os mesmos índios, que, possivelmente, eram escravizados.

O próprio Epaminondas é quem diz “os primeiros povoadores da região”. É de supor-se que algo ficara desse núcleo inicial. Restara algo do trabalho pioneiro dos jesuítas. Mesmo porque este ano marca a chegada de Antonio de Oliveira Ledo no Boqueirão da Serra de Carnoió, onde funda uma aldeia.

Comentando o polêmico assunto, Mello (1984) tece algumas considerações bastante pertinentes. Não a respeito das motivações de Teodósio, mas sobre a data de fundação do povoado.

A primeira das datas é desconhecida e praticamente impossível de ser determinada. É a data da fundação do povoado. Nem o ano se pode precisar. É certo que quase todos os historiadores dizem ser 1697, com base na carta enviada pelo Governador da Capitania da Paraíba, Manoel Soares de Albergaria, ao Rei de Portugal. Trata-se de documento conhecido, transcrito por diversos autores,— Irineo Joffily, Irineo Pinto, Elpídio de Almeida, entre outros. Nele se afirma que “no dia 1 ° de dezembro de 1697 fora àquela cidade (Nossa Senhora das Neves da Paraíba) o Capitão-Mor das Piranhas e Piancó, Teodósio de Oliveira Ledo, e o informara... que trouxera consigo uma nação de Tapuias, chamados Ariús, que estão aldeados junto dos Cariris, onde chamam a Campina Grande... (MELLO, 1984).

Vê-se, pois, que a denominação Campina Grande já era de uso comum quando da chegada de Teodósio e seus Ariús. Por outro lado, o que é mais importante, pode-se

inferir que já existia uma povoação que foi reforçada com os indígenas trazidos pelo Capitão-Mor. Parece evidente que os Ariús não eram Cariris e que Campina Grande já era uma povoação conhecida. A publicação em 1698, na Europa, de um mapa constando a Campina Grande, aponta para isso. É difícil acreditar que um ano após fundada a povoação ela já figurasse em um mapa publicado na Europa (MELLO, 1984).

Borges (1982), em artigo publicado no Anuário de Campina Grande, ano de 1982, parece concordar com a conclusão, ao anotar que na “carta de ALBERGARIA, vemos que TEODÓSIO ‘aldeiou os ARIÚS, junto dos Cariris, onde chamam a Campina Grande’. Isso indica que os Cariris ocupavam anteriormente a Região.”

De resto, Almeida (1964) dá conta do mapa referido por Mello, embora para reforçar seu entendimento de que a povoação foi assentada em 1697. De fato, anota Almeida (1964, p. 35) que um ano “após o aldeamento já figurava como povoação no mapa Andreas Horiatiy, aproveitado por Giuseppe de Santa Teresa em *Istoria delle guerre del Regno del Brasile*, publicada em Roma, 1698.”

Todavia, o próprio Almeida (1964, p. 35) não sabe precisar os motivos que levaram Teodósio a descer a Serra de Bodopitá em direção ao Norte e aldear os Ariús às margens do Riacho das Piabas, antes de seguir viagem para a capital da Província. Anota em sua História de Campina Grande que “sem que se saiba o motivo, antes de descer a Borborema, aldeou-os (os Ariús) numa grande campina, nos limites orientais da região dos cariris.”

Essa discussão acerca do ano em que a povoação foi instalada é relevante na medida em que a aceitação, pura e simples, da versão corrente de que o povoado foi fundado em 1697, por Teodósio, pode levar à conclusão de que a importância de Campina Grande no cenário regional é fruto, precípuo, da sua privilegiada posição geográfica, o que não é, de todo, certo.

Note-se que uma coisa é afirmar que a posição geográfica de Campina Grande contribuiu para o seu desenvolvimento e outra coisa, completamente distinta, é afirmar que foi essa posição geográfica a causa primeira desse mesmo desenvolvimento.

É certo que a privilegiada geografia de Campina Grande, situada no grande vale que separa o Agreste do Brejo, banhada por inúmeros riachos, com clima ameno e terras férteis, foi fator preponderante para sua fixação e seu, posterior, desenvolvimento. Entretanto, este não é um fato fortuito. O aldeamento surge no passo das boiadas e no curso da tentativa de ligar o Litoral ao Sertão. Ademais, quando o interesse era alcançar a cidade do Recife, a posição de Campina Grande é, igualmente, privilegiada.

Com efeito, assim entendendo, as motivações do Capitão-Mor tornam-se cristalinas. Busca-se um sítio passível de tornar-se cruzamento de estradas, onde existam água e alimento para homens e alimárias. A grande campina que se espalhava aos pés da Serra de Bodopitá a isso se prestava maravilhosamente. É assim que surge a povoação: sob a égide da expansão das atividades econômicas e, o que é um corolário disto, sob o império do comércio.

De fato, a posição geográfica, o clima, o relevo, a qualidade das terras e todas as virtudes topográficas da nova povoação seriam insuficientes para explicar a importância alcançada por Campina Grande ao longo dos anos, se não se pusessem a serviço da expansão da atividade econômica. Foi, portanto, a pecuária, em primeiro lugar e, depois, o algodão, aliados ao comércio e à pequena produção, que possibilitaram o desenvolvimento da povoação fundada pelo Capitão-Mor Teodósio de Oliveira Ledo.

§ 2º A civilização do gado

Os primeiros núcleos colonizadores da Paraíba situaram-se, basicamente, no Litoral. Várias razões para isto contribuíram. Em primeiro lugar, a ferrenha resistência oposta ao colonizador lusitano por Tabajaras e Potiguaras. Em segundo lugar, no período da invasão holandesa, em virtude da tenaz oposição dos pernambucanos, os efetivos batavos ficaram aquartelados no litoral, onde eram mais necessários.

Tudo isso teve como consequência o abandono do interior da Paraíba, que ficou virgem das passadas colonizadoras até meados do século XVII, quando bandeirantes ligados à Casa da Torre, que pastoreavam gado seguindo as margens do rio São Francisco, chegaram à Serra do Carnoió, primeiro, e ao Sertão dos Coremas e Piancó, depois.

Uns após outros, iam chegando aos chapadões da Borborema, na zona dos Cariris Velhos, colonos da ribeira do São Francisco. Os campos paraibanos mostravam-se favoráveis à criação de gado e cada um, já chegava com seus rebanhos. Depressa a vida ali se desenvolveu nas atividades da pecuária, menos exaustivas do que a de fazer moer um engenho de açúcar, como observa Almeida (1975).

Isso aconteceu, basicamente, em virtude de haver a terra paraibana ficado devastada após a ocupação holandesa. Havia tal escassez de braços e instrumentos que os anos seguintes à rendição holandesa foram levados na recuperação de engenhos e currais de gado no litoral. Restava pouco tempo para a preparação de bandeiras que adentrassem o território paraibano, conforme observa o mesmo autor.

O território paraibano, pois, começa a ser colonizado por duas frentes independentes entre si: a litorânea e a sertaneja. A primeira, vinculada à cana de açúcar e à agricultura de subsistência, a segunda ao pastoreio do gado (CÂMARA, 1943, p. 5).

Por seu turno, observa Almeida (1980) que a população litorânea teve seus intentos colonizadores frustrados pela invasão holandesa. Os esforços de guerra frustraram as tentativas de adentrar no território da Paraíba em direção oeste. Finda a guerra contra o inimigo holandês, aberto estava o interior paraibano às incursões dos mais decididos. E os mais decididos eram os criadores de gado que, margeando os rios, vinham desde a Bahia colonizando o interior nordestino, como de fato o fizeram.

Foram os Oliveira Ledo que, deixando as margens do São Francisco, buscaram terras virgens para ocupar com seus rebanhos e, depois de chegados ao Rio Grande do Norte, fixaram-se no platô da Borborema onde se tornaram responsáveis pelo surgimento de várias povoações (ALMEIDA, 1980, p. 23).

Fixados na chapada oriental da Borborema, os Oliveira Ledo foram responsáveis pelo desbravamento dos Sertões da Paraíba. Por onde passaram, fundaram povoações, expulsaram ou escravizaram os gentios e instalaram currais. Tudo no passo das boiadas e ao som dos aboios.

O encontro das duas frentes colonizadoras ocorre nos finais do século XVII quando é fundada a povoação de Campina Grande. Daí poder-se concluir que a fundação do povoado e seu desenvolvimento não foram um puro e fortuito lance de sorte é um passo. Com efeito, essa circunstância parece indicar que os Oliveira Ledo, já instalados com seus currais no Cariri e no Sertão, buscam estabelecer um contato permanente com o litoral e necessitavam de um entreposto onde descansar homens e animais (ALMEIDA, 1978, p. 4).

Os primeiros anos são de fixação no solo. Inúmeros são os pedidos de sesmarias feitos a fim de obter terras para criação. Todas concedidas. Surgem os grandes latifúndios pecuários e, à sua sombra, o minifúndio policultor dedicado à agricultura de subsistência.

O gado precisava de grandes extensões. A agricultura, subordinada ao ramo produtivo original, foi desenvolvendo-se modestamente, à sombra dos currais, até a segunda metade do século XVIII, quando teve início o ciclo do algodão, que passou a ser uma agricultura de todos e que, segundo alguns, superou periodicamente a pecuária em importância, devido ao mercado externo e à relativa simplicidade de produção (LIRA, 1983, p. 21).

A casa grande da fazenda é o núcleo povoador. Simples e sem a ostentação dos barões do açúcar, a aristocracia pecuária tem hábitos morigerados e ascéticos. Sua única fome é a de terras para seus rebanhos. A importância do fazendeiro está na quantidade de terras que possui. Não se conta o gado, conta-se a terra. É neste quadro que surge Campina Grande e sua gente.

§ 3º A rua e o mato

O senso comum muitas vezes caminha paralelamente ao pensamento científico. Desta sorte, as populações interioranas do Nordeste, a fim de melhor conceituar o espaço ocupado por elas, elaboraram duas categorias que dão conta da distribuição espacial da população. Embora não tenham o rigor de categorias como rural e urbano, os conceitos “rua” e “mato” permitem pensar com bastante segurança os espaços sócio-econômicos do interior nordestino.

Com efeito, “rua” é qualquer aglomerado de casas onde periodicamente as pessoas se encontram com o objetivo de trocar suas mercadorias, ouvir as novidades ou, simplesmente, “prosear”. Por seu turno, o “mato” é um espaço econômico de produção, consiste naquilo que se pode denominar por zona rural, como, aliás, procede Câmara (1943).

Nos primórdios de Campina Grande, a “rua” nada mais era do que um amontoado disforme de casas de taipa entregues aos aventureiros que nela pousavam.

Campina começou quando a Capital já contava cento e doze anos de existência.

Começou desajustada, desordenada, crescendo vagarosamente. E conto povoação esperou noventa e três anos para conseguir a emancipação municipal. Sofreu neste período daqueles que por ela mais deviam se interessar — os homens do campo — o abandono e o sarcasmo. O pouco que nela foi feito materialmente devemos ao forasteiro pobre, ao mercador de cereais, aos aventureiros. A primeira rua sofreu o abandono até da própria capela que lhe deu as costas. E os negociantes, que por natureza não visavam ruas, mas pontos comerciais, acorreram em tempo, cercando a igreja de casebres e forçando a mudança da feira para a nova artéria. (CÂMARA, 1947, p. 9).

Embora analista arguto da evolução sócio-histórica de Campina Grande, Epaminondas Câmara, nesse trecho, deixa transparecer certo grau de ingenuidade e romantismo. Razão porque não percebe que o universo do homem do campo é o “mato”. A “rua” é apenas o local de encontro e de troca das mercadorias produzidas. Esta mercadoria é especificamente o gado, que é negociado na feira semanal. Daí porque não viam necessidade de fazer evoluir urbanisticamente o povoado. No mais, além de centro de trocas, a “rua” somente interessava enquanto centro político, onde se exercia a influência dos fazendeiros. Esta a razão do descaso pela “rua”, que deixavam entregue aos forasteiros.

Diferentemente dos grandes proprietários da várzea do Paraíba, os grandes fazendeiros do Cariri não se interessavam por construir grandes solares. Uma vez construída a casa-grande da fazenda, não mais passava por reforma. Os esforços dos fazendeiros dirigiam-se para a aquisição de gado e de escravos. O mais eram fantasias que nada construíam (CÂMARA, 1947, p. 10).

Essa era a psicologia do matuto, o homem do campo, o primeiro habitante de Campina Grande. Descendente dos Oliveira Ledo era cioso de seu sangue e de seus rebanhos. O campo era seu império, o mato, as brenhas, como chamavam. A “rua”, deixavam para a “gentinha”, para os forasteiros, para os “pés de poeira” que nada tinham de que se orgulhar senão a posse de um ponto comercial e algumas patacas guardadas lá no fundo do baú. Entre esses dois extremos oscilava o universo da povoação nascente.

Essa foi a fase mais importante do povoado. A fase da fixação de seus habitantes, de constituição de um núcleo permanente de edificações. Regulariza-se a vida econômica do povoado. As feiras se constituem e normalizam. Tornam-se pontos de referência necessários. Consolida-se a povoação. É, no dizer de Epaminondas Câmara, a fase de atração. Para Campina fluem o almocreve e o tropeiro, o boiadeiro e o tangerino. Nasce um mercado (CÂMARA, 1943, p. 10-11).

O arruamento iniciado no Sítio das Barrocas às margens do Riacho das Piabas dependia em tudo e por tudo das fazendas de criação, dos engenhos e dos sítios das redondezas. Era das fazendas de onde vinha o gado negociado nas feiras, ou para onde iam as reses vindas do sertão. Os engenhos e os sítios forneciam as canadas de aguardente, os engradados de rapadura, os cereais, a farinha de pau e demais produtos que, no lombo de burros, eram levados para o sertão pelos tropeiros e almocreves. A feira da cidade, portanto, era o ponto de intercâmbio, em estreita dependência política e econômica do campo, do “mato”.

Sob a influência do comércio, a cada dia mais forte, o povoado ascende à vila, em 1790, e à cidade, em 1864. Todavia, são os antigos, os grandes fazendeiros, em aliança temporária com os forasteiros, que fortalecem a municipalidade nascente. São os descendentes dos Oliveira Ledo que constituem o núcleo do poder municipal. Entretanto, com a emancipação municipal os forasteiros começam a ter alguma importância.

Constituem o partido conservador, que disputa a hegemonia política com os liberais, constituídos pelos fazendeiros. Inicia-se o ciclo urbano.

Até então a fazenda predominava política e socialmente. A elevação a cidade marcou o seu declínio. Campina, quando povoado ou vila, entendia-se pela sua vida rural, pelo seu populoso município. O fazendeiro, o senhor de engenho, o coronel, o agricultor, o escravo; a casa grande, o engenho, a casa de farinha, a senzala, etc., constituíam a mais flagrante expressão do progresso. Os foros da cidade, porém, lançaram estes elementos básicos de sua formação histórica num plano secundário, à medida que o bacharel e o vigário, o negociante e o farmacêutico, reivindicaram para ela o direito de centralização municipal. Esta a razão porque a história campinense não se poderá escrever sem se tomar em consideração estes dois aspectos, estas duas fases: Aldeia, povoamento e vila absorção da “rua” pelas fazendas; cidade — absorção das fazendas pela “rua”. (CÂMARA, 1943, p. V).

Com efeito, a partir da emancipação municipal, ocorrida em 1864, o núcleo urbano passou a ter maior importância. Entretanto, isto não significou o declínio do poderio dos grandes proprietários fundiários, dos antigos. Muda-se, tão somente, o centro das decisões em função do deslocamento de parte dos fazendeiros para o cultivo e a comercialização do algodão, o que implica uma permanência mais constante na “rua”. Todavia, marca o crescimento da importância dos comerciantes.

§ 4º O surgimento do comércio

Já se disse que Campina Grande nasceu sob o signo do comércio. Entretanto, esta não é uma afirmação verdadeira. O comércio, antes de ser fator de crescimento econômico, apenas expressa a ampliação das atividades produtivas com a transformação do excedente produzido em mercadoria. Entender o surgimento do comércio em Campina Grande é necessariamente entender como a agricultura, nascida sob o império da civilização pastoril, assume gradativamente autonomia.

Assentadas as primeiras fazendas de gado na região, o abastecimento das populações envolvidas na atividade pastoril passou a ser necessário. A fim de prover a subsistência de seus escravos e agregados, os fazendeiros faziam plantar, principalmente por parceiros, “roças” de subsistência. Gradativamente, pequenos agricultores passaram a plantar “roças” de mandioca, daí surgindo as “casas de farinha”.

As condições climáticas em muito contribuíram para a gradativa ampliação da atividade agrícola. Por outro lado, a crescente procura de produtos agrícolas por parte dos tropeiros e almocreves faz com que a agricultura sofra um desenvolvimento sem precedentes.

Como esclareceu Epaminondas Câmara, não foi somente a excelente posição geográfica, o clima propício, que levou os colonos ao cultivo da mandioca. Por um lado, o difícil acesso à terra e, por outro, os custos elevados para a manutenção de rebanhos é que leva o colono pobre a voltar-se para a atividade agrícola.

Entretanto, não foi somente pelo fato de haver uma produção considerável de farinha que o povoado progrediu. É que a farinha provoca o surgimento do minifúndio, o verdadeiro responsável pelo crescimento do núcleo urbano de Campina Grande no primeiro século de sua história. Foram os pequenos agricultores os que, em primeiro lugar, deram importância ao arruamento nascente. Foram eles com seus garajaus de rapadura e cargas de farinha que constituíram a feira que tanto atraía os tropeiros, almocreves, mascates e boiadeiros. Foram eles os responsáveis pelo estabelecimento do comércio com o sertão (CÂMARA, 1943, p. 9).

A atividade econômica campinense, por esta época inicia uma diferenciação, cujo entendimento é sobremaneira importante. A par das categorias “mato” e “rua”, que são utilizadas pela sua pertinência, é necessário destacar que o “mato” compreendia o grande latifúndio pecuário, o minifúndio policultor, o engenho rapadureiro e aguardenteiro e as

casas de farinha, que se vinculavam, tanto aos grandes latifúndios, quanto às pequenas propriedades. Por seu turno, a “rua” compreendia as feiras e o pequeno comércio, em um primeiro momento, e as feiras e o grande comércio, em um segundo momento.

A chamada vocação comercial de Campina Grande é fruto de uma longa e árdua luta entre os antigos, os latifundiários descendentes dos Oliveira Ledo, e os forasteiros, pequenos agricultores e comerciantes. Ademais, transitando entre grandes e pequenos proprietários, entre fazendeiros e comerciantes de gado, está a figura do boiadeiro, o condutor de grandes rebanhos. É do encontro desses três elementos dispares (o fazendeiro, o pequeno agricultor e o boiadeiro) que surge o comércio campinense e, através dos tempos, se fortalece.

§ 5º A ocupação do espaço social de Campina Grande

Foi Epaminondas Câmara quem, até o momento, melhor estudou a formação das classes sociais em Campina Grande. Embora sem ser sociólogo, ou mesmo historiador de formação acadêmica, Epaminondas Câmara, dotado de uma rara lucidez analítica, conseguiu, como ninguém até agora, traçar o perfil sócio-histórico de Campina Grande, desenhando-lhe a estrutura social com uma argúcia de causar inveja.

Utilizando as categorias “mato” e “rua” como recurso complementar aos conceitos de urbano e rural, conseguiu penetrar os meandros da estrutura social campinense, determinar-lhe as conexões e definir-lhe as classes.

Desta sorte, nos primeiros anos da colonização o “mato” é estruturado sobre o tripé latifúndio pastoril, minifúndio policultor e engenhos rapadureiros e aguardenteiros. Esta divisão espacial da propriedade implica uma divisão social do trabalho onde surgem compondo as classes dominantes os fazendeiros, os senhores de

engenho e os pequenos agricultores a eles associados. Do mesmo modo, subordinados à fazenda são encontrados o vaqueiro, o escravo e o morador que, em muitos casos é também parceiro. No mesmo sentido, em subordinação ao engenho encontram-se o escravo, o feitor e o morador. Como categoria autônoma, mas na órbita de influência dos grandes proprietários, estão os pequenos agricultores. Vinculadas à pequena propriedade e ao grande latifúndio pecuário estão as casas de farinha, ou engenhos de farinha de pau. Esta a estrutura do “mato”.

No que respeita à “rua”, estruturada em torno das feiras (de cereais, de gado e de couro), vê-se compondo a classe economicamente dominante fundamentalmente o comerciante, que subordina uma série de estratos tais como o caixeiro e o peão, o mascate, o feirante, o almocreve e o artesão, o boiadeiro, o tangerino, os marchantes e os arrobadores¹⁵.

Ocupando posição intermediária entre as duas categorias sociais fundamentais, os fazendeiros e os comerciantes, encontram-se os componentes da burocracia local e os profissionais liberais.

A originalidade de Epaminondas Câmara está em ter encontrado, na composição de classes de Campina Grande, a distinção entre os dois segmentos da classe dominante que se disputavam mutuamente a hegemonia sócio-política: a burguesia rural e a burguesia urbana.

Os primeiros, descendentes dos primitivos colonizadores, eram fazendeiros, ligados ao partido liberal, gente retrógrada, responsáveis em grande medida pelo atraso de Campina Grande enquanto detiveram o poder político. Os últimos eram

¹⁵ Os arrobadores eram profissionais responsáveis pela avaliação do peso do gado em arrobas (15kg) negociado na feira. Na ausência de balanças, os arrobadores, apenas com o olhar, atribuíam peso às reses.

negociantes, gente nova, sem nenhum vínculo com o surgimento da povoação, ligados ao Partido Conservador¹⁶.

Eram (os) burgueses divididos em dois grupos. A Profissão, o credo político, o habitat, a tradição familiar, conduziam-nos a esta distinção, a estes compartimentos estanques:

Burguesia urbana - conservadores, negociantes, gente de fora.

Burguesia rural - liberais, fazendeiros, descendentes das famílias antigas.

Ironia do destino! Os homens identificados à terra pela tradição, pelos sentimentos domésticos, pelas condições mesológicas; os de índole virtualmente conservadora, pertenciam ao Partido Liberal. Entretanto, na corrente conservadora se encontravam os que não tinham ligação familiar nem estavam vinculados à terra; os que, por princípio e por hábitos, possuíam as mais recentes idéias renovadoras e as mais puras tendências liberais. (CÂMARA, 1943, p. 69).

A política do povoado oscilava entre os “antigos” e os de “fora”, entre os liberais e os conservadores e, na medida em que oscilava o mando político, oscilava a localização da feira. Com os conservadores a feira deslocava-se para o mercado novo, construído por Alexandrino Cavalcanti, com os liberais deslocava-se para a alpendrada de Baltazar Luna.

§ 6º Uma cidade diferente

Intrinsecamente ligada à história da cidade de Campina Grande está a sua burguesia comercial. Se não se pode afirmar que a cidade é resultado da atuação dessa classe social, pode-se afirmar, todavia, ser a ela devida muito da pujança campinense.

Fundado o aldeamento Ariús por Teodósio de Oliveira Ledo, estabelecidas as bases de expansão do latifúndio pecuário na região, o arruamento foi deixado à mercê de sua

¹⁶ O bipartidarismo gera situações incongruentes. É o que anota Epaminondas Câmara. As camadas mais retrógradas de Campina Grande estavam filiadas ao Partido Liberal. Não tinham com os liberais nenhuma afinidade. Todavia, alinhavam-se politicamente com eles. Mesmo sabendo que suas posições políticas eram antagônicas. Do mesmo modo, os conservadores. As injunções políticas da Província assim o determinavam.

própria sorte. Foram os tropeiros e os almocreves, os boiadeiros e tangerinos, os mascates e os marchantes, os responsáveis pelo estabelecimento dos vínculos comerciais entre a povoação nascente e o restante da Capitania, primeiro, da Província, depois.

A burguesia comercial conservou-se arredia de princípio, hostilizada pela aristocracia fundiária, a burguesia rural, como refere Câmara (1943). Eram os “antigos” contra os “novos”, os forasteiros. A burguesia comercial firma-se pela luta. Contra os preconceitos dos “antigos” e contra as dificuldades da mercância. Fez-se proprietária de terra para angariar respeito, mas, gradativamente, fez-se senhora da povoação. É a ela que se deve a elevação da vila à condição de cidade.

A origem da burguesia comercial campinense encontra-se nos velhos tropeiros, no almocreve, no comerciante de gado. De outro modo, Campina Grande teria o mesmo destino de Travessia (hoje São João do Cariri) núcleo próspero inicialmente mas que logo perdeu sua posição para a povoação da grande campina, ou então o destino de Areia, evoluído centro comercial que o deixou de ser, entre outras razões, por não haver compreendido a importância do forasteiro rude e sem educação que por ela transitava.

Campina Grande reflete de forma bastante expressiva e singular os ciclos de estagnação e prosperidade da economia nacional. As causas dessa particularidade hão que ser buscadas na forma pela qual as classes se manifestam no seio da sociedade.

Por outro lado, Campina Grande é a única cidade brasileira a sediar a Federação das Indústrias do Estado. Esse fato não pode ser explicado a partir do “indomável espírito campinense” nem, muito menos, pela barganha entre os diversos grupos políticos na busca de “ganhar” o segundo maior colégio eleitoral do Estado da Paraíba.

Com efeito, as explicações devem ser buscadas na forma pela qual se articulam os agentes sociais no seio da comunidade. A importância político-social da cidade, nesse caso, é fruto de seu próprio desenvolvimento e da atuação das classes sociais.

Cidade mais importante do interior do Nordeste, sua influência não se cinge à microrregião em que está situada ou, mesmo, ao Estado da Paraíba. Exercendo a função de cidade-mercado polariza uma vasta região através do papel de centro distribuidor e absorvedor de matéria prima ultrapassando inclusive os limites do Estado. Para o norte, a função de redistribuição atinge os estados do Piauí, Ceará e Maranhão. Somam-se, ainda, regiões do interior pernambucano e da Bahia. Cardoso observa com propriedade que Campina Grande é, de fato, diferente.

Campina Grande é, no quadro urbano nordestino, um fenômeno que impressiona profundamente aqueles que se interessam, de alguma maneira, pelo estudo do fato urbano no Brasil. Todos são levados a reconhecer que existe algo nesta aglomeração que a distingue das demais cidades da região. Sobressai ela não só pela organização de seu espaço urbano, pois se apresenta como verdadeira urbe, mas, principalmente, no papel que desempenha na vida regional, tendo a si subordinada uma extensa área do interior nordestino.

À semelhança de São Paulo que do planalto paulista domina no campo econômico todo o sul e parte do sudeste e centro-oeste do país, Campina grande, embora em menores proporções, do alto da Borborema irradia sua atuação por extensa área do sertão, contrastando assim, com a grande maioria dos centros urbanos nordestinos, que vivem apenas em função da área rural da própria comuna. (CARDOSO, 1963, p. 3).

Em 1888, Campina Grande era considerada a mais populosa e próspera localidade do interior paraibano, com cerca de 4.000 habitantes. Em 1892, possuía aproximadamente, 400 prédios; no final do século, cerca de 500, continuando seu crescimento vagaroso até atingir 731 prédios, em 1907, quando o primeiro trem chega à cidade. O comércio, ressurgiu rapidamente, sobrepujando outras praças do Brejo paraibano, especialmente Itabaiana.

Em 1920, com uma população de 70.806 habitantes, é inaugurada a iluminação pública das principais áreas da cidade. Em 1936, Campina Grande já era a principal cidade do interior nordestino, contando com 14.575 prédios e uma população de cerca de

100.000 habitantes, possuindo aproximadamente 15 indústrias e 5 estabelecimentos bancários, com capital nativo.

O entreposto comercial de Campina Grande começou a ser abastecido com culturas alimentares, que teria segura colocação no sertão, como a farinha de mandioca. As culturas de subsistência tinham o seu lugar no brejo da própria Campina Grande e no chamado Agreste Alto. A rapadura do brejo também tinha saída neste mercado.

O desenvolvimento da cotonicultura, que chegou a competir com a cana de açúcar, em muito contribuiu para o comércio da cidade. É o algodão, ao substituir o gado como principal produto comercializado na praça de Campina Grande, que muda a feição da cidade.

Muito embora, já nos anos de 1920, Campina Grande ocupasse posição de destaque no seio da economia paraibana, sua representação política era desproporcional à sua importância econômica. Note-se, mais, que a chegada da estrada de ferro à cidade, em 1907, torna mais acessível o intercâmbio com a cidade do Recife, mais importante centro econômico e cultural da região Nordeste. Tal intercâmbio opera-se em detrimento de maior interação com a capital do Estado da Paraíba. É em Recife que Campina Grande busca bens e serviços, inclusive na área da educação e cultura.

Entretanto, essa pujança econômica repousava na agropecuária. Até o final dos anos 1920, Campina Grande, como de resto o Nordeste e o Brasil, é um núcleo urbano dependente da produção agropecuária. Mesmo seu comércio encontra-se fundamentado na atividade rural. A cidade, pois, não passa por maiores avanços. A partir dos anos 1930, sobretudo a partir de 1940, é que a cidade conhece seu maior desenvolvimento.

Coincidindo com a abertura de algumas rodovias e melhoria de outras, de capital interesse para a posição da cidade, Campina grande a partir de 1940 entra numa fase de extraordinário desenvolvimento, que se reflete na notável expansão de seu espaço urbano, nas obras de

saneamento e na inauguração do serviço de abastecimento d'água. (CARDOSO, 1963, p. 6).

Escoando e comercializando a produção de gêneros alimentícios e beneficiando o algodão, entregue em caroços pelos produtores e saindo em pluma para os portos exportadores, Campina Grande transforma-se, já nos fins do século XIX, na principal cidade do interior nordestino.

O comércio era feito no lombo de burros. A construção do ramal ferroviário Itabaiana-Campina Grande e a consequente chegada do trem de ferro, em 1907, somente veio a incrementar a importância do comércio da cidade. Estação terminal durante muitos anos, as tropas de burro do interior vinham deixar em Campina inúmeros produtos e voltavam carregados de insumos básicos que eram vendidos em seu comércio.

Os fardos de algodão ocupavam as ruas, esperando a sua vez para serem embarcados. Uma incipiente infra-estrutura esperava os tropeiros: casas de hospedagem, cabarés famosos, onde atuavam orquestras importadas do exterior.

No período que precedeu à Segunda Guerra Mundial, Campina Grande ascendeu à posição de terceira praça algodoeira do mundo. É neste período que os comerciantes campinenses entram em sua fase financeira: existem na cidade bancos com capitais locais.

Os bancos privados locais, com matriz em Campina Grande e filiais em várias cidades do Estado (inclusive a Capital do Estado) e de Estados vizinhos, cessaram de existir na década de 60. Alguns poucos sobreviveram até a década de 70, quando foram absorvidos por estabelecimentos financeiros nacionais.

Entre 1940 e 1950 se dera um verdadeiro *rush* no desenvolvimento da cidade, com a abertura de novas estradas e de amplo mercado de

trabalho, principalmente nas numerosas construções, na instalação ou ampliação de casas comerciais, na fundação de estabelecimentos fabris. (CARDOSO, 1963, p. 9).

Findo o fastígio do algodão e do sisal, Campina Grande passou a desenvolver seu comércio atacadista. Com uma atuação extraordinária no desenvolvimento da cidade, o comércio atacadista volta-se para a circulação de implementos agrícolas. A prova da vitalidade do comércio campinense está no número de falências e concordatas no setor, que é baixíssimo.

Não se pode pretender estudar os agentes sociais “in presença” na cidade de Campina Grande descurando o capital comercial. Muito embora seja o orgulho da cidade afirmar seu parque industrial, é seu comércio o grande responsável pelo crescimento e importância de Campina Grande no Estado da Paraíba.

Já estão distantes os tempos em que o relógio das populações pobres, e mesmo dos ricos, era o apito da fábrica. Com a decadência do algodão e do sisal, as multinacionais como a SANBRA e a Anderson Clayton fecharam suas unidades industriais. Desta sorte, restou somente o Distrito Industrial fundado na década de 1960.

A importância de Campina Grande no contexto paraibano e nordestino não resulta mais da pujança de seu comércio, ou de suas indústrias. O avanço da telecomunicação e a pavimentação de quase todas as estradas do interior nordestino, tornaram supérflua a existência de Campina Grande como centro abastecedor, conforme será explicitado mais adiante. Surgiu, todavia, um novo rumo para a cidade e sua elite: a educação. A sineta escolar toma o lugar do apito da fábrica como forma anunciadora do tempo.

Entretanto, o comércio, assim como a prosperidade econômica, forja necessidades culturais. Isso implica, a demanda por escolas. Durante os anos de declínio da economia, Campina transforma-se em centro universitário. A Universidade Federal de Campina Grande e a Universidade Estadual da Paraíba abrigam universitários de todo o Nordeste.

Um número expressivo de escolas superiores isoladas e até centros universitários, vinculados à iniciativa privada, elevam o contingente da clientela atendida.

Por outro lado, o avanço da pesquisa acadêmica faz surgir a partir dos anos 1970 vários cursos de pós-graduação em Campina Grande, o que traz inúmeros profissionais para atuar no seio da universidade. Na esteira da pesquisa acadêmica, surgem as empresas de base tecnológica.

Desta sorte, o apito da fábrica vai, gradativamente, cedendo lugar à sineta escolar como força propulsora do crescimento da cidade. O setor de serviços, especialmente os educacionais, passa a ser o principal motor do desenvolvimento de Campina Grande.

§ 7º Campina Grande no contexto nordestino

Desde a sua fundação, Campina Grande tem-se constituído em um pólo regional de certa relevância. Primeiramente, edificando-se em um cruzamento de caminhos, constitui-se em florescente feira de gado. Depois, sob os influxos dos tropeiros, em importante centro comercial. Nos anos 40, em virtude da cultura do algodão e a eclosão da Segunda Grande Guerra, vem a ser a terceira praça algodoeira do mundo.

(...) os capitais que passaram a intervir no beneficiamento do produto antes da sua exportação (descaroçamento e enfardamento) foram norte-americanos. Eles controlaram boa parte da produção. (...)

A cidade cresceu, torna-se moderna. Em 1936 já era a terceira praça algodoeira mundial. Tinha 4 prensas de beneficiamento, três fábricas de tecidos, 3 de sabão e um grande curtume. E, dado importante, os comerciantes campinenses entravam na etapa financeira: existem na cidade bancos de capitais locais. (BRASIL, 1980, p. 163).

O capital financeiro nativo organiza-se em inúmeros estabelecimentos bancários. Nesta época, a cidade encontrava-se entre as dez cidades mais importantes do país, excetuadas as capitais (LIMA, 1992). Em 1956, existiam na cidade 13 estabelecimentos de crédito.

Dos 13 estabelecimentos de crédito existentes em Campina Grande, 6 são matrizes dos seguintes bancos: Banco do Comércio de Campina Grande S. A., Banco Auxiliar do Povo, Banco Industrial de Campina Grande S. A., Cooperativa do Banco Mercantil Ltda., Cooperativa Banco Agrícola de Campina Grande Ltda. e Cooperativa Agrícola de Campina Grande Ltda., bem como 1 Metropolitana do Banco Industrial de Campina Grande S. A., localizada no Bairro do mercado. (IBGE, 1960, p. 240)

A composição de classes explica as diferenças entre Campina Grande e João Pessoa. Muito embora João Pessoa sedie o Governo do Estado, é Campina Grande quem dita os rumos políticos e econômicos que a Paraíba deve seguir.

A década de 1950 está marcada por grandes obras públicas como a construção do ramal ferroviário Campina Grande-Patos, a construção do Açude Eptácio Pessoa (Boqueirão), a extensão das linhas de energia de Paulo Afonso até Campina Grande, entre outras, realizadas no Estado da Paraíba e no Nordeste. Esse fato conduz ao incremento do comércio campinense em suas duas formas: o grossista e o varejista.

A atuação comercial de Campina Grande, principalmente através dos grossistas, é extraordinária. Ultrapassando os limites da Paraíba penetra folgadoamente nos estados vizinhos do Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco e, em escala mais reduzida, atinge, também, os estados do Maranhão e Piauí, onde as vendas alcançam Bacabal, Pedreiras e São Domingos do Maranhão. Em direção ao sul, apesar da presença de Recife no litoral pernambucano, Campina Grande aparece vendendo, também, para algumas praças do sertão de Pernambuco e do interior de Alagoas, mormente Arapiraca e Santana de Ipanema. (CARDOSO, 1963, p. 11).

Por outro lado, o Nordeste que fora durante dois séculos o centro político e econômico do Brasil deixara de sê-lo, ao longo dos anos de 1930, em virtude da mudança de

ênfase do Governo Federal nos rumos econômicos que o Brasil deveria tomar. Apesar de ser um dos centros mais importantes das conspirações que redundaram na Revolução de 1930, o Nordeste não colheu, por suas elites, os frutos econômicos, políticos e sociais que esperou alcançar.

Comentando esse processo, Oliveira (1977) assim o descreve:

Enquanto o Nordeste “açucareiro” semiburguês tinha sua expansão cortada pela simbiose dialética da constituição de outra “região” com o capital internacional, um outro Nordeste emergia gradualmente, submetido e reiterado pelas mesmas leis de determinação de sua relação com o capital internacional: o Nordeste “algodoeiro-pecuário”. Sem penetrar na esfera da produção, o capital internacional apropriou-se da esfera da circulação, da comercialização, e por esse fato, a política econômica do Segundo Império e da República Velha, que centrava suas atenções na manutenção de uma taxa de câmbio que era simultaneamente condição da reprodução e forma da apropriação internacional de parte do produto social compatibilizava os interesses da reprodução do capital na “região” do café e na “região” — no novo Nordeste — do algodão-pecuária. (OLIVEIRA, 1977, p. 35).

Concluindo por afirmar que

Não é sem razão que tanto o controle político da Nação começou a escapar das mãos da burguesia açucareira do “velho” Nordeste, quanto o controle político interno do “velho” e do “novo” Nordeste começou a passar às mãos da classe latifundiária que comandava o processo produtivo algodoeiro-pecuário, reiterado pela sua subordinação aos interesses do capital comercial e financeiro inglês e norte-americano. (OLIVEIRA, 1977, p. 35).

Por outro lado, a cultura algodoeira logo caiu sob o domínio do capital internacional. Os poucos empresários locais com capital suficiente para continuar no ramo diversificaram suas aplicações, vivendo uma simbiose com as grandes empresas internacionais.

O capital internacional, sob a égide das “três irmãs”, SANBRA, CLAYTON e MACHINE COTTON, realiza, internacionalmente, sob seu controle, o valor dessa mercadoria. E cria, aproveitando a estrutura de reprodução do latifúndio-minifúndio, um intermediário comercial que vai desempenhar a

tarefa de recoletar, das milhares de pequenas plantações de algodão, os resultados da colheita: os fazendeiros, principalmente os grandes, convertem-se nesse intermediário comercial, que faz as vezes também de intermediário-financeiro, por contra própria ou com recursos das “três-irmãs”, para financiar as entre-safras, ou o período morto que medeia entre uma e outra colheita. (OLIVEIRA, 1977, p. 48).

Durante os governos de Vergniaud Wanderley (1935-1937 e 1940-1945) a cidade passa por uma verdadeira revolução urbana. O prefeito não se contenta em abrir novas ruas e avenidas. Os prédios urbanos são redesenhados e reconstruídos. O que havia de arquitetura colonial é, literalmente, destruído para ver surgir em seu lugar modernos prédios em *art deco*. Amorim (2000), assim se refere ao empreendimento:

Em Campina grande, o moderno foi vivenciado com a demolição do patrimônio histórico, através de falas elaboradas em falsidade ideológica, em nome do “bem comum”, apagando o passado, esmagando a história, sem respeito à sensibilidade humana, ao cotidiano citadino...

As falas da cidade seguiam, sem dúvida, a própria fala nacional que determinava “crime” ser contra o progresso. O conservadorismo deveria ser substituído pelo avanço do novo, interferindo, num acinte à memória, até nas vidas das pessoas.

O poder público municipal, como dono exclusivo das verbas, monopolizador de recursos, empreendeu em Campina Grande, uma reforma urbana nos moldes nacionais do Estado Novo, que cheirava, então, a Nazismo.

A cidade campinense entrou na modernidade arquitetônica pelas ruas, palcos perceptivos de tensões entre a ordem e o progresso. A urbe deveria ter largas avenidas, bem limpas; muitas lojas com vitrines vistosas; muita luz a anúncios luminosos; pessoas em abundância no vaivém das compras. (AMORIM, 2000, p. 142-143).

O que a autora não conseguiu perceber é que a modernização urbana reflete a modernização das relações sociais. A estrutura agrária imperante até então com o consequente poder político nas mãos dos oligarcas agrários transmuda-se para as mãos da burguesia comercial e urbana. Essa mesma burguesia conhece momentos de transição. O capital começa a tratar da produção industrial, mesmo que de forma incipiente. Ademais, a

revolução urbana deflagrada por Vergniaud Wanderley produz em sua esteira o surgimento de uma florescente indústria da construção civil.

A transformação urbana operada pelo prefeito Vergniaud Wanderley reflete a tentativa da elite burguesa campinense de reproduzir o que ocorria na cidade do Recife, referência cultural e econômica de Campina Grande. Vergniaud Wanderley indagado por Dinoá (1993) sobre os motivos da revolução urbana de Campina Grande deixa entrever essa verdade.

Foi o desejo de ver a cidade deixar de ser um burgo pobre, para se transformar na primeira comunidade do interior do Norte do País. Por isso, enfrentei as resistências com obstinação e energia, não dando ouvido às ameaças e resistência por parte daqueles que se julgavam prejudicados. Fiz cumprir uma lei existente e não aplicada anteriormente. Sobre o gabarito dos prédios do centro da cidade, desapropriei, comprei, botei e prendi, a tal ponto que me chamavam de violento, mas diz Sorel, o homem da teoria da Violência, e que só conheço por leitura: “Sou um homem do Direito que em si mesmo encerra a idéia de força, sem a qual no dizer de Hering (sic), transformar-se-ia na importância da Lei. (DINOÁ, 1993, p. 206).

Vergniaud Wanderley chega ao poder municipal no momento em que a agricultura, em geral, e a cotonicultura, em particular, recebem do Governo do Estado da Paraíba considerável apoio, conforme registra Mariz (1978). É Governador do Estado, Argemiro de Figueiredo, filho de Campina Grande. Não somente isso, o Governo do Estado incentiva, igualmente, a instalação de modernas prensas de algodão, afinal este é o principal produto de exportação do Estado.

Em junho de 35, o atual Interventor, então governador Argemiro de Figueiredo, favoreceu com algumas isenções a instalação de novas usinas de beneficiamento. No fim deste ano aqui estavam estabelecidas Anderson Clayton & Cia. Ltda. e a Sanbra, duas poderosas organizações da indústria e do comércio algodoeiros. (MARIZ, 1978, p. 119).

O resultado da atuação das duas gigantes multinacionais fez-se sentir de imediato. Elas instalaram-se em Campina Grande e, ato contínuo, o capital regional movimentou-se. As transnacionais não dominam sozinhas o comércio e a prensagem do algodão. Surgem empresas locais para com elas concorrerem. É o que registra Mariz (1978).

No conjunto comercial que se operava pelo aumento da produção, os comerciantes paraibanos acompanharam galhardamente o sistema de ação das novas forças. O assombro durou pouco. Anderson Clayton começou aqui adquirindo a grande reprensadora hidráulica que possuíamos em campina Grande, fundada por Heronides Holanda em 1920. A Sanbra em seguida levantou a sua naquela cidade. Logo a Companhia e Comércio e Prensagem de Algodão, Araújo Rique & Cia., Demóstenes Barbosa & Cia., e outras firmas paraibanas, também se aparelharam de grandes prensas. (MARIZ, 1978, p. 121).

Otacílio Barbosa em entrevista prestada a Dinoá (1993) referindo-se a seu pai, o comerciante Demóstenes Barbosa, afirma que ele sabia que o comércio de algodão “era um grande negócio na época”. Por isso, buscou explorá-lo. Do mesmo modo, ao referir-se ao declínio do comércio algodoeiro atribui o fato às novas vias de comunicação abertas.

Em primeiro lugar, o vendedor de algodão do interior passou a vender esse algodão diretamente ao sul, devido as facilidades dos meios de transporte, as estradas pavimentadas. Então essas facilidades fizeram com que acabassem com o intermediário. Ele passou a vender diretamente nas fábricas. Por esses motivos e outros mais é que esse comércio foi afracando até sua extinção. (DINOÁ, 1993, p. 32).

Essa é a opinião de outro empresário campinense. O industrial Fernando Marques de Almeida em entrevista a Dinoá (1993) manifesta juízo semelhante.

Campina Grande era uma outra Campina. Campina Grande em anos idos era praticamente o centro comercial de todo o Nordeste. Então, tudo que se queria era aqui. Todo o sertão descia para se abastecer em Campina Grande. Todo o algodão descaroçado descia a Campina grande ou era prensado para o sul do país, ou negociado em Campina grande. Depois, veio a evolução e

as rodovias pavimentadas. Então, Campina grande foi perdendo o potencial comercial. (DINOÁ, 1993, p. 32).

O comércio do algodão começa a declinar no final da Segunda Grande Guerra. Em princípios dos anos 1940, o sisal inicia a ser plantado em todo o Nordeste e no Estado da Paraíba. Foram as necessidades bélicas que determinaram a implantação da agave, ou sisal. Importado do México, o produto era uma cultura permanente que requeria emprego de mão-de-obra em maior escala do que o algodão.

A agave ocupou as alturas que a cana deixava livres no Brejo, mas seu desenvolvimento foi notável, sobretudo em regiões muito áridas, onde até então vegetava uma pecuária extensiva sem qualidade. (...)

O novo produto parecia destinado a ocupar o lugar do algodão. O seu caráter de cultura permanente não permitia que fosse produzido por parceiros ou arrendatários e não modificava a estrutura fundiária. Mas requeria mão-de-obra e contribuía para o aparecimento de certo proletariado rural.

Mas aconteceu que o auge do sisal foi breve. Em 1960 o seu preço, determinado por monopólios internacionais, desceu. O Governo tentou mantê-lo, mas os produtores preferiram abandonar as plantações à sua sorte e voltar-se para outros produtos. (BRASIL, 1980, p. 164).

Percebe-se que neste período (1940-1960), Campina Grande vive uma situação atípica. A cidade começa a colher os frutos do desenvolvimento e do fastígio da cotonicultura em nível nacional, quando em 1936 ascende à condição de terceira praça algodoeira do mundo (CARDOSO, 1963). A revolução urbana que vive, o processo incipiente de industrialização, o surgimento e consolidação de instituições de crédito, com capital autóctone, tudo, aparentemente, estava ancorado em sólidos alicerces. Não era bem isto. De fato, tratava-se de eventual incremento da prosperidade, com fulcro em circunstâncias aleatórias e que para o observador atento já dava sinais de exaustão. E assim foi.

No final dos anos 1960, a cidade vive uma fase de transição com o fechamento de inúmeras empresas comerciais e de pequenas indústrias. Para onde sopravam os ventos da prosperidade? Era pergunta que todos se faziam. Afinal, Campina estava morrendo?

A elite campinense vislumbrando problemas para continuar explorando certa atividade econômica busca outra para substituí-la. Ao longo da década de 1950, é o que acontece. De forma gradativa, a educação passa a ser o investimento que a cidade encontra para assegurar a reprodução econômica de suas elites.

Em março de 1967, o Pe. Antonio Nóbrega, no artigo “Campina Grande está morrendo?”, faz um diagnóstico preciso da crise, mas aponta uma terapia equivocada, é que não consegue ler nos fatos os sinais da superação da crise através da educação. Diz ele:

O crescimento de Campina foi tradicionalmente obra do comerciante e hoje é urgente aparecer aqui o industrial, vindo de fora ou nascido em casa. As lideranças campinenses ora vieram de fora, ora se formaram nos desafios históricos da existência, no ventre das próprias crises. O estudo desses desafios históricos poderá dar-nos uma pista segura de como formar essa nova liderança e saídas para a crise.

.....

Nesse processo de crescimento contínuo em que Campina venceu desafios sem conta e ininterruptamente, ora de origem econômica, ora de origem política (...) Chegamos hoje ao desafio mais desorientador de nossa história. Para sair dele já não basta [um salto] qualitativo. É necessário um SALTO SUBSTANTIVO. Já não basta passar de um comerciante arcaico e semi-analfabeto para o comerciante culto e tecnizado. É necessário o aparecimento dum HOMEM NOVO: o industrial (NÓBREGA, 1967).

Embora, como já dito, percebesse os sinais da crise, Nóbrega (1967) não consegue ler na realidade os sinais da sua superação. Eles estavam bem à sua frente: a fundação da URNe, a criação da ATECEL, a aquisição do primeiro computador da cidade, os primeiros contatos internacionais da Poli, entre outras iniciativas. Todavia, se a compreensão desses sinais é acessível ao estudioso atual, era muito difícil para seus contemporâneos.

O som do apito da fábrica vai-se perdendo na distância. Ficam, em princípio, somente os ecos. Depois... A sineta escolar começa a fazer-se ouvir. A industrialização criou as condições para que a cidade diversificasse suas atividades econômicas. A prestação de serviços foi, gradativamente, sendo assumida como atividade econômica relevante. A educação deixa de ser um mero enfeite, uma qualidade a mais no status das pessoas. Passa a ser encarada como atividade econômica. A cidade muda.

CAPÍTULO II

PARA OS TROPEIROS, LER É UM BOM NEGÓCIO

§ 1º Apontamentos acerca da revolução científica

Para Hobsbawm (1977) as ciências refletiram, em seu desenvolvimento, a dupla revolução (Industrial e Francesa). Em primeiro lugar, em virtude de suscitar novos problemas e possibilidades e, em segundo lugar, porque exigiram novos padrões de pensamento. Entretanto, apesar das condicionantes sociais, a ciência, como outras atividades humanas, tem uma lógica interna, que condiciona, mesmo que em parte, o seu desenvolvimento.

Assim, a ciência avança, por um lado, em virtude dos condicionamentos sociais exercidos sobre os cientistas e, por outro lado, em decorrência das suas especulações a partir do patrimônio acumulado de sua própria disciplina. Entretanto, é uma falácia a concepção de que a ciência avança de forma linear em um movimento ascendente de acumulação de conhecimentos.

De efeito, ainda que se admita a relativa autonomia do mundo do pensamento, as transformações ocorrem nas ciências em consonância com as mutações ocorridas na sociedade, embora não sejam simples epifenômenos destas.

O mundo do pensamento é, até certo ponto, autônomo; seus movimentos, por assim dizer, se produzem dentro de uma mesma longitude de onda histórica que os movimentos de fora, mas não são simples ecos destes. (HOBBSBAWM, 1977, p. 317).

O progresso da ciência, ao longo do século XX, caracterizou-se pela busca por tornar viáveis os avanços alcançados na ciência pura, transformando-os em formas de ampliação do domínio da humanidade sobre a natureza, através da criação de comodidades. Por outro lado, desde a eclosão do conflito mundial de 1914, os avanços científicos foram carreados para a indústria bélica. Do mesmo modo que antes, a indústria, mais que a academia, foi responsável pelo desenvolvimento do conhecimento científico.

A verdade é que a “ciência” (com o que muita gente quer dizer as ciências naturais “pesadas”) estava demasiado grande, demasiado poderosa, demasiado indispensável à sociedade em geral e a seus pagadores em particular para ser deixada entregue a seus próprios cuidados. O paradoxo de sua situação era que, em última análise, a imensa casa de força que era a tecnologia do século XX, e a economia que ela tornava possível, dependiam cada vez mais de uma comunidade relativamente minúscula de pessoas para as quais essas conseqüências titânicas de suas atividades eram secundárias, e muitas vezes triviais.

.....

Só os poderes transformadores do mundo, dos quais elas [as ciências] tinham a chave, as protegiam, pois esses pareciam depender de que se deixasse uma elite, fora isso incompreensível e privilegiada — incompreensível, até o fim do século, mesmo em sua relativa falta de interesse pelos sinais externos de riqueza e poder —, seguir seu caminho em paz. Todos os Estados do século XX que haviam agido de outro modo tinham motivo para lamentá-lo. Todos os Estados portanto apoiavam a ciência, que, ao contrário das artes e da maioria das humanidades, não podia funcionar de fato sem esse apoio, ao mesmo tempo evitando interferir sté onde possível (HOBSBAWM, 2007, P. 536).

Embora a condução da pesquisa, a partir de meados do século XIX, esteja a cargo de profissionais capacitados, ela não se limita às universidades. No século XX, um número cada vez maior de grupos industriais investe na pesquisa de base em busca de solução para problemas técnicos. Nesse sentido, há uma imbricação crescente entre ciência e engenharia. É o que flui de forma cristalina das formulações de Lenoir (2004).

Historiadores da Pesquisa têm fornecido ampla evidência para se reescrever a narrativa-padrão de que a ciência foi produzida somente por pessoas em

instituições acadêmicas e consumida, como conhecimento acadêmico aplicado, por cientistas e engenheiros industriais. Numerosos estudos dos laboratórios Bell, General Electric e de vários institutos Kaiser Wilhelm têm enfatizado as contribuições de cientistas trabalhando na indústria para a ciência básica. (LENOIR, 2004, p. 299).

A primeira quadra do século XX foi pródiga em descobertas no campo da ciência pura. Einstein pulverizou a mecânica clássica, newtoniana, com a teoria da relatividade e Max Planck e Werner Heisenberg, com o conceito de quanta e o princípio da incerteza, revolucionaram a realidade e propuseram uma nova lógica para compreendê-la.

A física newtoniana, pode-se dizer, gerou a modernidade; a teoria quântica, que começa a se definir no início do século XX, pôs fim à modernidade. Tem início uma nova forma de ver o mundo, que resulta das pesquisas sobre a estrutura do átomo, radiatividade e mecânica ondulatória.

Deve-se a Max Planck a formulação do conceito de quanta. Todavia, a teoria quântica não tem um pai. Ela é fruto do esforço de inúmeros cientistas das mais diversas origens. Niels Bohr (Dinamarca), Werner Heisenberg (Alemanha), Louis De Broglie (França), Erwin Schrödinger e Wolfgang Pauli (Áustria) e Paul Dirac (Inglaterra) estão entre os pais da teoria quântica. A nova teoria baseia-se na descoberta de Max Planck de que a energia não se transmite de forma contínua, mas em pacotes de energia, a que ele denominou de quanta.

Por muito tempo, julgou-se que o arcabouço conceitual característico da física clássica proporcionava o instrumento correto para a descrição de todos os fenômenos físicos, e até mesmo que ele se adequava à utilização e ao desenvolvimento das idéias atômicas.

.....

A circunstância de que (...) era preciso lidar com argumentos baseados em princípios gerais, independentes de pressupostos especiais acerca dos componentes das substâncias, levou Planck (...) à descoberta do *quantum* universal de ação, que mostrou com clareza que a descrição física clássica era uma idealização de aplicabilidade restrita. (BOHR, 1995, p. 106-107).

Entretanto, é de Niels Bohr a formulação de um modelo revolucionário do átomo. Segundo Bohr, os elétrons distribuem-se em níveis de energia, que são específicos de cada átomo. Quando um determinado quanta de energia é absorvido por um elétron, este pode saltar de um nível para outro e a ele retornar, emitindo um quanta de energia idêntico ao primeiro.

Por outro lado, o modelo quântico rigoroso do átomo substituirá o modelo planetário, formulado inicialmente por Niels Bohr, segundo o qual os elétrons orbitam em torno de um núcleo formado por prótons e nêutrons. O modelo quântico implica entender a matéria, não somente como partícula, mas igualmente, como onda. A teoria quântica propõe um modo novo de ver o universo, excluindo de sua apreciação qualquer teleologia.

O princípio da incerteza introduzido por Werner Heisenberg implica a impossibilidade teórica de formular respostas que conduzam a certezas. Quando muito, a teoria pode formular respostas prováveis. Por ele, não se pode medir com precisão, de forma concomitante, o tempo e a energia, a velocidade e a posição de uma partícula. A certeza no que tange a uma dessas variáveis leva, inevitavelmente, à imprecisão da outra. Os instrumentos, o observador e demais elementos envolvidos na medição contribuem para isso. As chamadas leis da natureza são, desta sorte, probabilísticas, estatísticas (HEISENBERG, 1996).

Por seu turno, a teoria da relatividade, formulada pela vez primeira por Albert Einstein, em 1905, como relatividade restrita, para quem tempo e distância, dependendo do observador, podem ter medidas distintas revolucionou os conceitos de espaço e de tempo. Isso implica que tempo e espaço não são absolutos, mas relativos ao sistema de referência que os descreve. Essa formulação choca-se frontalmente com a afirmativa de Newton de que tempo e espaço são absolutos.

Há agora várias maneiras diferentes de fixar a posição no tempo, as quais diferem entre si meramente no tocante à unidade e ao ponto de partida. De fato, (...) se um acontecimento é simultâneo com outro em uma contagem, precedê-lo-á em outra e o sucederá em outra.

.....

Não mais existe um tempo universal aplicável sem ambigüidade, a qualquer parte do universo; há apenas diversos tempos “próprios” dos vários corpos do universo, os quais estão aproximadamente concordes para dois corpos que não se achem em deslocamento veloz, e que jamais concordam exatamente exceto em se tratando de dois corpos que estejam em repouso um em relação ao outro. (RUSSEL, 1981, p. 59-60).

A relatividade restrita, ou especial, era, entretanto, insuficiente para explicar, por exemplo, a gravitação universal. Em 1915, Einstein propõe a teoria da relatividade geral. Com a nova teoria vem a popularização da fórmula $E = mc^2$ (energia é igual à massa vezes o quadrado da velocidade da luz).

A mecânica quântica e a teoria da relatividade impulsionaram a pesquisa em ciência pura e, ao mesmo tempo, acenderam o interesse, tanto econômico quanto bélico, nas possibilidades contidas na célebre fórmula de Einstein. Pesquisas são financiadas nas principais nações, Alemanha e Estados Unidos à frente.

No período da Segunda Grande Guerra, a pesquisa científica em todas as nações envolvidas no conflito foi voltada para o desenvolvimento de instrumentos bélicos. O famoso Projeto Mannhatan, de que resultou a bomba atômica, lançada nas cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki em 5 e 9 de agosto de 1945, respectivamente, deflagrou, no pós-guerra, a discussão sobre o uso da ciência e da tecnologia como instrumentos de poder.

O século XX tem como marca uma radical transformação na condição do homem de ciência, cujo discurso se torna especializado por área de conhecimento e cujo papel, se bem que em muitos casos associado, sobrepõe-se ao do professor universitário. Desaparece também a figura do pesquisador artesão ou de quem pesquisa o que quer ou considera relevante. Em lugar desta ampla liberdade de escolha, surge a figura do “projeto de pesquisa” submetido à burocracia do centro de pesquisa, ao departamento universitário, ao comitê de *experts* da fundação, à agência de financiamento, etc. (BAIARDI, 1995, p. 173).

A evolução da ciência no século XX deixou claro que a universidade não é o único *locus* da pesquisa científica, a indústria pode montar grandes laboratórios e empregar bons cientistas. Entretanto, somente a universidade pode formar cientistas. O Estado e a iniciativa privada podem financiar a pesquisa — ver os exemplos da Fundação Ford e da Fundação Rockefeller —, ter bons laboratórios, porém a universidade é a única que pode formar a mão-de-obra necessária. Todavia, a universidade tem que estar sintonizada com o que ocorre na sociedade. Em outras palavras, tem que ouvir a demanda social, para poder formar os profissionais que ela busca.

Por outro lado, a eclosão de duas conflagrações de dimensões planetárias (1914-1918 e 1939-1945) vincula de forma indissolúvel a ciência à indústria bélica. Principalmente, a Segunda Guerra demonstrou que Ciência & Tecnologia foram essenciais no seu deslinde. O radar e a bomba atômica constituíram elementos essenciais para determinar o lado vencedor. O pós-guerra colocou na ordem do dia o domínio do conhecimento como instrumento de poder. Todas as nações do mundo buscaram munir-se de instrumentos científicos para, desse modo, posicionar-se no novo mundo que se organizava.

§ 2º Notas sobre as ciências no Brasil

A história da evolução da ciência e da tecnologia no Brasil é marcada pela extrema dependência nacional aos ditames de potências estrangeiras. Foi assim desde a descoberta. Remonta ao princípio da colonização portuguesa no Brasil. A divisão internacional do trabalho então imperante reservou à nova terra a função de abastecer os mercados europeus com produtos nativos. Em primeiro lugar, o pau-brasil, que lhe deu o topônimo, depois, a cana-de-açúcar e o café, assim como metais e minerais preciosos.

Durante longo tempo, a inquisição negou aos brasileiros a possibilidade de ler pensadores como Galileu e Descartes. As iniciativas no campo científico resumiam-se a indivíduos isolados, religiosos na maioria, que dentro dos claustros davam-se ao mister de pensar e pesquisar, como Bartolomeu de Gusmão.

No curso do curto período da dominação holandesa em Pernambuco, sob o não menos curto governo do conde João Maurício de Nassau-Siegen, algo semelhante às ciências floresceu em terras brasileiras. Varnhagen (1975) refere-se ao período de forma encomiástica.

Foi, porém, nas ciências que se fizeram mais recomendáveis os serviços de Maurício de Nassau no Brasil. O seu sábio médico Willem Piso angariara para o acompanharem dois jovens alemães: um matemático H. Cralitz, e outro botânico, G. Marcgrav. — Infelizmente Cralitz faleceu, pouco depois de chegar a Pernambuco, e a geografia ficou privada de seus auxílios. É certo que não poucos receberam antes (1630) do cosmógrafo Ruiters, de quem vimos cartas hidrográficas originais em Amsterdam. (VARNHAGEN, 1975, p. 289).

Do período nassoviano nada restou de permanente senão as obras de arquitetura. Anote-se, todavia, que os cientistas trazidos por Nassau deixaram registros. É da pena de George Marcgrav uma *História Natural do Brasil* que, em tradução do latim da lavra do Mons. José Procópio de Magalhães, veio a lume em 1942, sob os auspícios do Museu Paulista, que tinha a direção de Afonso D'Escragnole Taunay (VARNHAGEN, 1975). A atuação de Nassau foi relevante.

Favoreceu ainda os estudos de História Natural, de Astronomia e Meteorologia de Jorge Marcgrav (1610-44), inclusive mandando construir sobre o telhado da casa em que residiu de 1637 a 1642, um observatório (...), no qual aquele cientista teve ocasião de observar e descrever, pela primeira vez no Novo Mundo, um eclipse solar (13-XI-1640). Obra extraordinária de Marcgrav foi o levantamento topográfico de extensa faixa territorial costeira entre o rio Grande do norte e Sergipe, concluído em 1643 e pela primeira vez impresso em 1647, em grande formato e sob o título *Brasília qua parte paret Belgis*, e em várias folhas, no mesmo ano, ilustrando a bela edição latina da

obra de Casper Baerle sobre o governo do Conde de Nassau no Brasil (1637-44). (HOLANDA, 1989, p. 245-246).

Muitos outros cientistas foram trazidos pelo conde de Nassau. De sua obra, porém, além dos registros escritos, quase nada ficou como herança cultural para o Brasil e para os brasileiros. Não houve tempo para sedimentar a contribuição daqueles cientistas. Não se formou uma intelectualidade nativa capaz de elaborar o conhecimento e preservá-lo.

Conforme Schwartzman (2001), a colonização portuguesa foi predatória. Assim, seu interesse pelo Brasil limitava-se à exploração de suas riquezas. Não havia interesse em dotar a Colônia de equipamentos educacionais. Os jesuítas pretenderam instalar no Brasil uma universidade, no que foram impedidos pela Coroa. Desse modo, os esforços dos jesuitas limitaram-se a criação de escolas secundárias e a estudos individuais. Entretanto, a formação em Portugal era permitida e, sobretudo em Coimbra, muitos brasileiros conseguiram realizar estudos universitários. A ascensão do Marquês de Pombal ao poder trouxe transformações. Desse modo, em 1783, Alexandre Rodrigues Ferreira, que estudara em Coimbra, foi incumbido de levar a cabo um levantamento da fauna e da flora brasileiras. Os resultados de seus estudos, embora valiosos, foram perdidos durante a invasão francesa a Portugal. Conforme refere Schwartzman a situação muda, substancialmente, durante o vice-reinado do Marquês do Lavradio.

Em 1772, no vice-reinado do Marquês do Lavradio, foi fundada no Rio de Janeiro a Sociedade Científica, com o objetivo de disseminar conhecimentos científicos. A Sociedade patrocinou conferências públicas e lidou com toda uma gama de temas de botânica, zoologia, química, física e mineralogia. O Marquês do Lavradio criou também um pequeno jardim botânico para experiências com plantas. Em 1779 a Sociedade mudou o seu nome para Sociedade Literária do Rio de Janeiro. Suas atividades foram mantidas até 1794, quando foi fechada, provavelmente por motivos políticos de menor importância.⁸ Em 1797 instalou-se finalmente a primeira instituição oficial de pesquisa do Brasil, quando o Rei de Portugal ordenou ao Capitão Geral do Pará que criasse um jardim botânico na cidade de Belém, para a aclimação de plantas. (SCHWARTZMAN, 2001, p. 5).

Assim foi durante o período colonial até a transmigração da Corte Portuguesa para o Brasil, fugindo das tropas napoleônicas. A perspectiva de passar longo tempo em terras brasileiras levou a corte a providenciar, não somente, o aparato burocrático com que administrar o império, mas, igualmente, a criar as condições para que os intelectuais vindos de Portugal e da Europa pudessem continuar seu trabalho.

A data de 1808 pode ser tomada como um marco na história da cultura científica do Brasil (...). Realmente, com a vinda de D. João VI e sua administração (1808-1821), concretizam-se varias iniciativas suas que abrem novos horizontes à vida do país e, como parte ou como decorrência delas, inaugura-se um verdadeiro ciclo de viagens e expedições científicas, à testa das quais especialistas eminentes de varias partes do mundo põem seu saber a serviço do conhecimento da flora, da fauna, da geografia, da geologia, da paleontologia e da etnologia dessa porção do Novo Continente. (HOLANDA, 1985, p. 118).

Muitas são as realizações da Coroa no campo das ciências. A principal delas, talvez, tenha sido o incentivo às iniciativas privadas de levar a cabo expedições para melhor conhecer o território nacional. Do mesmo modo, o livre acesso concedido àqueles que aqui aportassem fugidos das guerras napoleônicas, possibilitou que muitas publicações sobre a terra brasileira fossem elaboradas. Entretanto, apesar dessas iniciativas e de instituições fundadas pela corte, como o Real Horto, denominado a partir de 1819 de Jardim Botânico, não se formou uma comunidade científica capaz de fazer caminhar de forma autônoma o conhecimento científico.

Durante a primeira metade do século XX, com o sucesso da lavoura cafeeira, da incipiente industrialização, a ciência e a tecnologia encontram espaço para seu crescimento. Fundam-se nesse período o Instituto Butantan (1901), o Instituto Oswaldo Cruz (1908), O Instituto Nacional de Tecnologia (1921), o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (1926), a Universidade de São Paulo (1934), entre outras instituições dedicadas à ciência e tecnologia. A criação desses institutos de pesquisa engendra as condições para o surgimento de uma comunidade científica.

Na década de 1920, a intelectualidade brasileira se mobiliza no sentido de encontrar solução para os graves e tormentosos problemas nacionais. Essa mobilização deságua, por um lado, na realização de grandes eventos, como a Semana de Arte Moderna de 1922, na criação da Academia Brasileira de Ciências, e nas inúmeras revoltas militares sob o signo do *tenentismo*¹⁷ (1922, 1923 e 1924), por outro lado.

Em 1924, funda-se no Rio de Janeiro a Associação Brasileira de Educação – ABE. A instituição congrega alguns professores da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Os seus fundadores estavam preocupados com a qualidade e o futuro do ensino nas escolas do país.

Assim, começa a vicejar a ideia de criação de uma agência de fomento à pesquisa. As dificuldades, contudo, foram inúmeras. É o que assinala Motoyama (2002).

Contudo essa petição não obteve sucesso durante muito tempo, pois a pesada tradição prático-imediatista e retórico-literária — herdada do passado colonial e monárquico —, aliada ao tipo de modernização e industrialização adotado, não favorecia a sua concretização. Sem um órgão regular e específico de promoção e financiamento, as atividades científicas e tecnológicas não puderam expandir-se de modo contínuo e profícuo. Daí a limitação do seu crescimento. (MOTOYAMA, 2002, p. 21).

Ao final da Segunda Guerra, o mundo ingressa em um momento novo. A democracia assume um valor universal. Porém, do ponto de vista econômico uma nova realidade emerge. A ciência, durante a guerra, vincula-se estreitamente à engenharia e o esforço de tornar práticos princípios científicos leva à produção de inúmeros artefatos comerciais. Por outro lado, o domínio da energia atômica e, por conseguinte, da bomba, coloca na ordem do dia a

¹⁷ O *tenentismo* foi um movimento constituído de militares de média e baixa patente durante os últimos anos da República Velha. Os *tenentes*, como eram chamados, serviram de caixa de ressonância aos anseios das classes médias urbanas, revoltadas contra os desmandos e o conservadorismo da política nacional. O *tenentismo* era, ainda, a mais clara evidência do processo de diluição da hegemonia dos grupos políticos vinculados ao meio rural brasileiro. Imbuídos de forte sentimento patriótico, os *tenentes* reivindicavam uma reforma constitucional e exigiam que o processo eleitoral fosse feito com o uso do voto secreto, além de pleitear a solução para os problemas de ordem econômica, educacional, de saúde pública, de saneamento básico, de moradia, de desemprego etc..

ciência e tecnologia, ao mesmo tempo, como instrumentos econômico e de poder. Inicia-se a Guerra Fria.

No Brasil, a discussão para a criação de uma agência de fomento à pesquisa, que pudesse constituir-se em núcleo catalisador do desenvolvimento científico e tecnológico do país, toma vulto.

Todavia, não se pense que o Conselho nasceu de forma fácil e natural. Se não fosse o clima excepcional em favor de C&T que se formou no âmbito internacional logo após a Segunda Guerra Mundial, talvez ele não existisse até hoje. O prestígio que ambas as atividades adquiriram durante a conflagração ultrapassou qualquer expectativa anteriormente existente. De fato, não seria exagero afirmar que a ciência e a tecnologia tiveram papel decisivo na definição dessa guerra.

.....

A utilização de métodos científicos e matemáticos na arte da guerra, propiciando o surgimento da *pesquisa operacional* e do *serviço de campo*, aumentou de maneira excepcional o rendimento das forças aliadas no campo de batalha. Mais espetaculares ainda foram os resultados do Projeto Manhattan — transformando a energia nuclear em bomba atômica — e do Radiation Laboratory do Massachusetts Institute of Thechnology (MIT), o famoso *RadLab* — aproveitando o magnetron para o desenvolvimento do radar. (MOTOYAMA, 2002, p. 21).

A Segunda Guerra Mundial teve, no Brasil, dois efeitos fundamentais. Em primeiro lugar, os militares que, no campo de batalha, combatiam contra o totalitarismo e pela democracia perceberam a contradição na qual estavam envolvidos, já que no plano interno sustentavam a ditadura do Estado Novo. Em segundo lugar, propiciou que a discussão no sentido de criar-se uma agência de fomento à pesquisa de âmbito nacional ganhasse vulto.

A redemocratização foi essencial para que o movimento em prol da criação de um Conselho Nacional de Pesquisas fosse ampliado. No que tange ao papel dos militares no processo de redemocratização Skidmore (1982) salienta o papel dos militares nesse processo de descompressão política.

À medida que a maré da guerra mudava a favor dos aliados, em 1943, Vargas foi se preparando para a nova atmosfera política que seria criada por uma vitória aliada. Em 1944, ele recebeu relatórios das críticas ao Estado Novo, correntes entre os oficiais brasileiros que lutavam lado a lado com o 5º Exército Americano na Itália. Os brasileiros tinham-se dado conta da anomalia de lutar pela democracia no exterior enquanto persistia uma ditadura em seu próprio país. (SKIDMORE, 1982, p. 72).

Sobre a importância dos conflitos mundiais para o desenvolvimento da ciência e tecnologia e para a criação dos primeiros conselhos de pesquisas, o Alm. Álvaro Alberto, primeiro presidente do CNPq, afirma com convicção que a guerra foi decisiva para o desenvolvimento e afirmação da ciência durante o século XX. Referindo-se à fundação do Conselho de Pesquisas do Canadá ele não tem dúvidas de que a Primeira Guerra Mundial foi essencial para que isso ocorresse.

Resultou do impulso irresistível e irrecorrível do imperativo da guerra, a guerra, tão dolorosa sob tantos aspectos, desde Horácio, completado por Basílio da Gama, “detestada das mães e das esposas”, mas, nos tempos modernos, abominada pelos homens civilizados. Mas a guerra tem certos aspectos que dela fazem, indubitavelmente, a maior alavanca propulsora do progresso científico, sobretudo tecnológico e industrial, da nossa espécie. E foi sob esse aguilhão tremendo que os aliados da primeira conflagração universal sentiram-se compelidos a fundar os primeiros Conselhos Nacionais de Pesquisas. (MOTOYAMA, 2002, p. 36).

Do mesmo modo, ao final da Segunda Guerra Mundial, os EUA criam seu Conselho Nacional da Ciência, com o fito de contribuir para o desenvolvimento da ciência pura, como forma de ampliar o poder político, mediante a posse do conhecimento.

Pois bem, o presidente Wilson criou, dentro da Academia dos Estados Unidos, o primeiro Conselho Nacional da Ciência, ante a necessidade, demonstrada pela Segunda Guerra, ainda mais terrível do que a Primeira, e que demonstrou, ainda uma vez, que a ciência pura é a chave fundamental de todo o progresso Intelectual da humanidade, no que diz respeito ao nosso conhecimento do mundo e do homem. (MOTOYAMA, 2002, p. 36).

Por outro lado, o que não está dito explicitamente encontra-se implícito na conduta dos militares brasileiros é que ciência e tecnologia passam a fazer parte das discussões em torno dos problemas atinentes à soberania e segurança nacionais. Vale lembrar que em 1948 tem início as discussões para a criação da Escola Superior de Guerra. Naquele ano, um grupo de militares brasileiros, do qual faziam parte o General-de-Divisão Oswaldo Cordeiro de Farias, o Coronel-Aviador Ismar P. Brasil, o Tenente-Coronel Affonso Henrique de Miranda Corrêa, o Capitão-de-Fragata Celso A. de Macedo Soares Guimarães e o Tenente-Coronel Idílio Sardenberg é encarregado pelo General Salvador César Obino, então Chefe do Estado-Maior Geral (antigo Estado-Maior das Forças Armadas – EMFA e hoje Ministério da Defesa), de elaborar o anteprojeto do regulamento da Escola Superior de Guerra. Os trabalhos da comissão foram frutíferos e em 20 de agosto de 1949 é sancionada a Lei nº 785, criando a Escola Superior de Guerra encarregada de desenvolver os conhecimentos necessários ao exercício das funções de assessoramento e direção superior, além de destinar-se ao planejamento da segurança nacional.

Por outro lado, em que pese não possuir ainda conhecimento e, por conseqüência, tecnologia para igualar-se às nações mais desenvolvidas, o Brasil era rico dos minerais necessários ao desenvolvimento de estudos sobre energia atômica. Somente esse aspecto já era suficiente para colocar na ordem do dia a organização, o incentivo e o fomento da pesquisa em ciência e tecnologia. Sobre o tema o Almirante Álvaro Alberto era enfático.

É minha convicção que nos encontramos em face de um dilema decisivo e irrecorrível. Ou nos preparamos para tomar posse de nossas riquezas naturais, no caso atômicas, ou nos veremos constrangidos ao espetáculo degradante de assistirmos, impotentes, à evasão delas, por bem ou por mal. É essa impressão objetiva que guardamos dos debates em que com a maior sem-cerimônia se tratou das matérias-primas para a energia atômica como *res communes*. Do reajustamento das injustiças da natureza, da necessidade de oferecer *fair basis* aos tratado, em que todas as nações terão direito, dentro dos limites de segurança coletiva, a cota de energia atômica, à custa dos poucos países capazes de abastecer o mundo. Dentre

os quatro grandes possuidores de materiais atômicos, só um reagiu; os demais concordaram (MOTOYAMA, 2002, p. 36).

Parecia que o domínio e o avanço no campo da ciência e da tecnologia implicavam assegurar a soberania nacional em um tempo no qual a ciência estava a serviço da guerra. Afinal, em 12 de maio de 1949 foi encaminhada pelo Presidente da República ao Congresso Nacional a mensagem com o projeto de Lei que criava o Conselho Nacional de Pesquisas.

A discussão sobre o tema processava-se dentro e fora do Congresso Nacional. A comunidade científica manifestava-se vivamente no sentido do apoio à aprovação do Projeto de Lei. Por fim, em 15 de janeiro de 1951, é sancionada a Lei nº 1.310, que cria o Conselho Nacional de Pesquisa, cuja finalidade, conforme o art. 1º, consistiria em “promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica”.

§ 3º A Escola de Engenharia de Pernambuco

Durante mais de três séculos, o Nordeste, especialmente a faixa que compreende os atuais Estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, com epicentro na cidade do Recife, constituiu-se em centro nevrálgico político, social, econômico e cultural. Pode-se mesmo dizer que o Brasil era o Nordeste. Não é, pois, à toa que os principais movimentos nativistas com maior consistência concentraram-se nessa região. Recife centraliza a Revolução de 1817, a Confederação do Equador em 1824 e Revolução Praieira em 1848, para citar somente alguns dos movimentos emancipacionistas centralizados no Nordeste. Não foi gratuito o fato de que os primeiros cursos superiores de Direito fossem criados, concomitantemente em Pernambuco e São Paulo, em 11 de agosto de 1827.

Em 1895, quando governava o Estado de Pernambuco Alexandre José Barbosa Lima, introduziu amplas reformas no sentido de dotar de condições para seu desenvolvimento o incipiente parque industrial do Estado. Entre outras medidas, encaminhou ao Congresso e fez votar a Lei nº 84, de 03 de junho de 1895, que criava a Escola de Engenharia de Pernambuco. A instalação da Escola, porém, somente veio a ocorrer no ano seguinte, em 1896.

Os efeitos da fundação da Escola de Engenharia foram quase imediatos. Seu raio de influência estendeu-se aos Estados circunvizinhos, especialmente a Paraíba, de onde vinham inúmeros estudantes.

Cumprе anotar que a engenharia no Brasil, até então, era ensinada de forma, essencialmente, teórica. O ensino era livresco e pouco prático. Afinal, inexístiam no Brasil obras em volume para justificar a existência de uma engenharia plenamente desenvolvida.

De resto, o ensino livresco e o apreço pelos títulos acadêmicos tanto harmonizavam-se com o desprezo pela atividades práticas — associadas freqüentemente ao trabalho servil — quanto ajustavam-se à realidade de uma economia agroexportadora baseada no trabalho escravo, na qual não havia lugar para profissões técnicas. (DINIZ, 2001, p. 50).

A grande maioria dos profissionais técnicos existentes no Brasil e, especialmente, na região Nordeste era de origem estrangeira. O pequeno número de engenheiros nacionais eram oriundos das poucas escolas de engenharia então existentes. Diniz (2001) anota que existiam “escolas para a formação de engenheiros, mas não engenharia” (p. 51). E acrescenta:

Das ferrovias ao esgoto sanitário, dos palacetes às pontes, todos os grandes projetos e obras de engenharia e da construção civil de grande porte — estações ferroviárias, instalações fabris — dependeram do trabalho técnico de estrangeiros — sobretudo ingleses, e depois americanos — que traziam novos materiais e tecnologia. O engenheiro nacional participava das obras virtualmente como aprendiz. (DINIZ, 2001, p. 51)

Em 1904, face às dificuldades financeiras atravessadas pelo Estado de Pernambuco, o Governador Sigismundo Gonçalves, mediante autorização legal, extingue a Escola de Engenharia. Os professores da Escola de Engenharia, todos postos em disponibilidade, reunidos em assembléia no próprio prédio da escola resolvem fundar a Escola Livre de Engenharia de Pernambuco, o que acontece em 26 de janeiro de 1905.¹⁸ O Prof. Newton Maia registra em fortes cores o evento.

Ante a perspectiva tão sombria para o Estado de Pernambuco, mesmo para o nordeste brasileiro, de se ver fechar um estabelecimento de ensino superior, único no gênero em todo o norte do país, sério pelas suas diretrizes normais e útil, indispensável mesmo, para o seu progresso tecnológico, um grupo de doze dos mais dedicados mestres, idealistas, tomou a iniciativa de fundar outra Escola de Engenharia, associando-se a outros elementos do magistério e a profissionais da engenharia, de renome já firmado. (MAIA, 1995, p. 24-25).

O Prof. Luiz Freire em memorável discurso pronunciado quando das comemorações do cinquentenário da Escola, em 1945, narra a forma pela qual o governador tenta redimir-se do golpe que desfechara contra a educação superior do Estado.

O desembargador Sigismundo Gonçalves, o mesmo governador que extinguiu a Escola oficial procurou atenuar, na medida das suas possibilidades, o efeito do golpe que fora forçado desferir numa Instituição de tamanha valia.

Assim é que, entregou ele à nova Escola Particular que acabava de fundar, os gabinetes, laboratórios, biblioteca, material escolar e arquivo da Escola Oficial extinta, entregando ainda 50 contos em títulos da dívida pública federal a de que constituíssem o patrimônio da Escola Livre. (FREIRE, 2009).

¹⁸ Anote-se, por oportuno, que, em 1912, professores do Gymnásio Pernambucano, reunidos no Colégio Alemão, fundaram a Escola Politécnica de Pernambuco, cujos estatutos foram publicados no Diário Oficial em sua edição de 06 de março de 1912. Na mesma data foi realizada a cerimônia de instalação da nova escola. A escola foi fundada sob o pálio da Lei Rivadávia, Lei nº 8.659, de 05 de abril de 1911, que reformava o ensino superior, outorgando ampla liberdade para a criação de escolas de nível superior. (ALCÂNTARA NETO, 2006, p. 13 e 17).

A Escola de Engenharia foi um centro de formação de engenheiros, técnicos para o mercado industrial em expansão e um centro de formação de cientistas preocupados com os estudos físicos e matemáticos. Dela saíram, em meados do século XX, cientistas com dimensão mundial. A criação, em 1952, do Instituto de Física e Matemática ilustra de forma significativa a dimensão da Escola de Engenharia como centro de produção científica. Cientistas como Luiz Freire, João Holmes Sobrinho, Newton Maia, de renome mundial, entre outros, eram responsáveis por veicular no seio da Escola a visão de que a universidade deve ser um centro de produção do conhecimento, além de destinar-se à mera transmissão deles.

O Brasil, o Nordeste e Pernambuco passam por transformações profundas. Sobretudo no Nordeste, o volume de obras públicas demanda um número crescente de engenheiros. Mas, não somente isso. Durante a Segunda Guerra, o Nordeste, por sua condição de proximidade com o palco de operações sedia em Natal, no Rio Grande do Norte, uma base aérea norte-americana de grandes proporções.

Os professores que formavam a Escola de Engenharia, sobretudo aqueles que vêm a constituir, posteriormente, o Instituto de Física e Matemática, estão atentos ao que ocorre no mundo e seguem com atenção as discussões em torno da necessidade de criação no Brasil de uma agência que incentivasse a pesquisa científica. Isto encontra-se sublinhado pela atuação do Prof. Luiz Freire. Em depoimento prestado a Montenegro (1995), Antonio Bezerra Baltar anota a presença de intelectuais de alto coturno no Recife.

O Recife intelectual sempre foi muito contraditório, no meu entender, sempre houve áreas em que a intelectualidade tinha um nível equivalente a Rio, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e certas áreas da Europa, da América do Norte. (MONTENEGRO *et alii*, 1995, p. 54).

O depoimento de Paulo Cassundé¹⁹, ex-aluno e depois professor, da Escola de Engenharia de Pernambuco chama a atenção para o Prof. Luiz Freire, por suas qualidades intelectuais. Após fazer referência ao excelente professor que era Newton Maia, pelos seus conhecimentos da disciplina ministrada e pela didática, traça o seguinte perfil de Luiz Freire:

Outro bom professor, mas com metodologia completamente diferente, era o professor Luiz Freire, pai do senador Marcos Freire. Conhecia muito bem a Física, tinha renome nacional e internacional, participava freqüentemente de reuniões em outros países. Mas não deixava de brincar em classe; nem sempre dava uma hora de aula, dava quarenta e cinco, cinquenta minutos e, nesse intervalo de tempo, fazia sempre alguma brincadeira, mas era um excelente explorador da disciplina e um emérito conhecedor de física. (MONTENEGRO *et alii*, 1995, p. 213).

De resto, cumpre salientar o papel desempenhado pela Escola de Engenharia de Pernambuco para a região Nordeste. Os estudantes dos Estados limítrofes com Pernambuco, especialmente Alagoas e Paraíba, não necessitavam mais deslocar-se para Salvador, Rio de Janeiro ou São Paulo a fim de cursar engenharia. Por outro lado, a qualidade do ensino e a rigidez na seleção de seus alunos faziam da Escola de Engenharia de Pernambuco um modelo. No que respeita à Paraíba, em particular, as duas Escolas de Engenharia criadas em 1952 contam em seus quadros, seja como fundadores seja como professores, ex-alunos da Escola de Engenharia de Pernambuco.

No caso da Escola Politécnica da Paraíba, por exemplo, Morais (1980) informa que, “inicialmente a Escola era formada de aproximadamente de 85% de professores egressos de Pernambuco, da Escola de Engenharia”. Percebe-se que a influência da Escola de Engenharia de Pernambuco era muito grande sobre a Escola Politécnica. Anote-se, por emblemático, que a aula inaugural do ano letivo de 1954, vale dizer a aula inaugural das

¹⁹ Paulo Cassundé figura entre os fundadores da Escola de Engenharia de João Pessoa, fundada em 11.12.1952, por iniciativa do Gal. José de Oliveira Leite..

atividades da Escola Politécnica, pois ministrada para a primeira turma, foi proferida pelo Prof. Antonio Bezerra Baltar, docente da Escola de Engenharia de Pernambuco e, certamente, professor de inúmeros dos fundadores da Escola Politécnica.²⁰

§ 4º O ensino superior na Paraíba

A primeira escola superior a ser criada na Paraíba foi a Escola de Agronomia do Nordeste, em 1931. Foi, durante anos, a única escola superior do Estado, até a criação, em 1947, da Faculdade de Ciências Econômicas em João Pessoa. Já agora sob o influxo do movimento redemocratizante que se iniciara no final da Guerra.

Nos finais dos anos 1940 e princípios dos anos 1950, várias faculdades foram criadas na Paraíba. Algumas sob o pálio oficial, outras resultantes dos esforços da iniciativa privada. Os objetivos declarados consistiam na tentativa de contribuir para o desenvolvimento do Estado.

Em 30 de outubro de 1947, por iniciativa da congregação da Escola Técnica de Comércio Eptácio Pessoa, funda-se a Faculdade de Ciências Econômicas. No dia 11 de agosto de 1949, sob os auspícios do Instituto dos Advogados, seção da Paraíba, funda-se a Faculdade de Direito da Paraíba. No ano seguinte, em 25 de março cria-se a Faculdade de Medicina, Odontologia e Farmácia, constituída como sociedade civil. Em 1949, mediante o Decreto nº 146, de 05.03.1949, conforme autorização da Lei nº 286, de 21.12.1948, o Governador Osvaldo Trigueiro de Albuquerque Melo cria a faculdade de Filosofia e Letras da Paraíba. Mediante a Lei nº 646, de 05.12.1951, o Governador José Américo de Almeida cria a Faculdade de Odontologia. Em 11.07.1951, a Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado funda a Escola de Serviço Social da Paraíba. Por iniciativa do Clube de

²⁰ Informação contida no Relatório da Diretoria da Escola Politécnica da Paraíba, referente ao ano de 1954, datado de 30 de abril de 1955, assinado pelo Prof. Antonio da Silva Moraes, mantido no Arquivo Geral da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

Engenharia, cria-se em 11.12.1952 a Escola de Engenharia. Antes, mediante a Lei nº 792, de 06.10.1952 foi criada a Escola Politécnica da Paraíba. Seguem-se a Faculdade de Filosofia de Campina Grande, sob os auspícios de sua Diocese, 24.04.1954 e Escola de Enfermagem da Paraíba, criada pela Lei nº 875, de 24.01.1955. Afinal, nos termos da Lei nº 1.366, de 02.12.1955, foi criada a Universidade da Paraíba, sob a batuta do Governo do Estado da Paraíba. Mello (1996) descreve a criação da Universidade da Paraíba como resultado da criação em cascata das inúmeras faculdades.

O rápido e vigoroso surto de expansão do ensino superior na Paraíba atingiu a plenitude com a criação da Universidade (Lei nº 1.366, de 02 de dezembro de 1955)

Depois de reconhecidas todas as Faculdades integrantes do complexo universitário, e dos necessários entendimentos com a Diretoria do Ensino Superior, foi instalada a Universidade da Paraíba, no dia 12 do mesmo mês e ano. (MELLO, 1996, p. 161).

Todavia, houve oposição. Alguns manifestaram-se contra a iniciativa. Essa oposição partia dos arraiais conservadores enquistados na Capital. Relata Espínola (1980) que tramitava na Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba a Mensagem criando a Universidade e atroava nos jornais diários as vozes discordantes.

Fundou-se a Universidade, “coroando um trabalho de conjunto”, como bem disse seu criador. A iniciativa, todavia, não foi tranqüila, embora determinada. “Correndo ainda o projeto, os trâmites legislativos, algumas vozes se ergueram para crivá-lo de algumas críticas, em parte formuladas com equilíbrio e sensatez. Um ilustre membro da Academia Paraibana de Letras, no Correio da Paraíba, de 23 de novembro de 1955, em alentadas considerações, “reputou inoportuna, agora, a Universidade” (Ver. Da Faculdade de Direito, nº 2, Ano II). Não havia má fé de nenhum paraibano, uns tinham apenas a preocupação com um insucesso do festejado empreendimento. Alegava-se a inexistência de tradição, de ambiente e sedimentação cultural. Fazia-se restrição de ordem econômica. (ESPÍNOLA, 1980, p. 30).

Nesse contexto, a cidade de Campina Grande surge como um expressivo pólo de disseminação científico-cultural do Estado. A criação da Escola Politécnica, cujo projeto envolve as elites locais, inclusive as inúmeras empresas multinacionais instaladas na cidade, representa a culminância de um processo de discussão que contou com a participação de técnicos, políticos e empresários.

A mobilização de recursos fornece à escola toda a infra-estrutura necessária ao seu funcionamento, daí a boa qualidade do seu equipamento. Faz-se necessário considerar que firmas estrangeiras também estão presentes neste arrolamento de recursos o que não se registra nos projetos relativos às áreas humanística e de saúde. (LIMEIRA e FORMIGA, 2009).

Por seu turno, na capital do Estado, a criação da Escola de Engenharia sob os auspícios de vigorosa campanha do Clube de Engenharia, instala o ambiente necessário para o desencadeamento de todo o processo de constituição do Ensino Superior no Estado. A criação da Faculdade de Direito da Paraíba resulta da euforia dos que se envolveram no movimento. A receptividade da comunidade há de compor o quadro propício a outras iniciativas no campo do Ensino Superior.

Todavia, tanto em Campina Grande como em João Pessoa, embora líderes mais conscientes percebam o alcance do ensino universitário, a criação de faculdades tem em princípio o objetivo de formar técnicos com menos dispêndio e mais facilidade. O envolvimento de profissionais com o ensino superior se faz de forma precária em virtude dos salários ofertados. É o que afirma um dos principais expoentes desse movimento, o Prof. Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, referindo-se ao curso de engenharia da Escola Politécnica de Campina Grande.

(...) havia muito pioneirismo no seu curso de Engenharia Civil, contudo, não se podia tapar o sol com a peneira. Os seus professores, mesmo quando ensinavam matérias básicas, não se dedicavam à pesquisa — não havia

nenhuma tradição nesse sentido —, pois, em geral, tratava-se de engenheiros que se dedicavam mais aos seus afazeres profissionais. (MOTOYAMA, 2001, p. 236-237).

Durante toda década de 50, constitui-se a massa crítica que resulta na fundação da Universidade da Paraíba, por iniciativa do Governador José Américo de Almeida que, no início da década de 1960, é federalizada com a criação da Universidade Federal da Paraíba.

As duas principais cidades do Estado da Paraíba, João Pessoa e Campina Grande, como já referenciado antes, guardam características próprias que as tornam bastante diferentes.

Campina Grande, sede de inúmeras empresas industriais, assim como de bancos privados, tem uma florescente elite comercial e financeira capaz de perceber a necessidade de assimilar os avanços científicos e tecnológicos como forma de aquisição e exercício do poder.

João Pessoa conhece uma elite política formada por grandes proprietários fundiários, funcionários públicos graduados e uma classe média formada por profissionais liberais associados à elite rural, que constitui a burocracia estatal.

Por outro lado, para Campina Grande a Universidade e o ensino superior têm outra função social: servir à sociedade, produzindo conhecimento e fornecendo técnicos à administração. Talvez por isso, ali se torna possível a constituição de um pólo de pensamento e difusão da ciência e da tecnologia.

A década de 1950 é, também, o início da industrialização do Estado da Paraíba, que se corporifica na criação dos Distritos Industriais de João Pessoa e Campina Grande, na esteira dos incentivos fiscais e da SUDENE. O Estado da Paraíba começa a conhecer um desenvolvimento e a constituição de uma classe dominante, qualitativamente, diferente. A universidade passa a significar mais do que uma oportunidade de ascensão social ou de manutenção de *status*. A ciência e a tecnologia passam a ser percebidas como um capital

cultural a ser incorporado à produção. Assim, a universidade tende a ser, cada vez mais, a expressão da consciência social.

O exame das instituições envolve necessariamente o exame da ação do Estado. A liderança deste tem como uma de suas vantagens decisivas antecipar-se à evolução espontânea das instituições ou das estruturas sociais e sobrepor ao jogo errático dos fenômenos uma vontade normativa. (MENDES, 1975, p. 5)

Criada a Universidade da Paraíba, a Escola Politécnica da Paraíba vai-se constituir no pólo gerador de ciência e tecnologia. Afinal, ao contrário de suas co-irmãs, a Escola Politécnica foi fruto de discussões que tinham como pano de fundo um projeto pedagógico, que via a universidade como fonte geradora de conhecimentos e não uma mera transmissora de informações. Os acontecimentos posteriores irão indicar que, talvez, esse tenha-se constituído no diferencial da Escola Politécnica da Paraíba.

§ 5º Campina Grande apta para o ensino superior

Fruto da industrialização ocorrida nos anos 1940, funda-se em Campina Grande a Federação das Indústrias do Estado da Paraíba, em 17 de julho de 1949. Participaram da histórica assembléia realizada na sede da Associação Comercial de Campina Grande, 12 sindicatos patronais e seus respectivos representantes. Dos 12 sindicatos presentes, 9 tinham sede em Campina Grande. Essa concentração de sindicatos em Campina explica porque a sede da Federação ficou nesta cidade. A primeira diretoria foi, majoritariamente, formada por empresários campinenses.

Antes mesmo de ser criada, mediante a intervenção do Presidente da República, Mal. Eurico Gaspar Dutra, a Federação foi legitimada junto à Confederação Nacional da Indústria. A iniciativa justifica-se. A Paraíba, naqueles idos, ressentia-se de um parque industrial

encorpado. Assim, Campina Grande podia arvorar-se como sede de grandes indústrias e reivindicar a sede da Federação.

A Paraíba encravada no Nordeste semi-árido, sem apoio dos poderes públicos, sem contar com políticas de incentivo fiscal e financiamento à produção industrial não poderia sediar grandes empreendimentos industriais. As indústrias com que contava estavam sediadas em Campina Grande e expressavam a força e a pujança do empresariado campinense.

Todavia, apesar das dificuldades, várias indústrias foram implantadas no solo paraibano. Dentre elas, destacaram-se as dedicadas ao descaroçamento do algodão, ao fabrico de rações para animais e extração do óleo vegetal para o consumo humano. Por outro lado, fruto da pecuária, a indústria do curtume no tratamento e preparo de couros e peles destinados, em grande parte, ao comércio externo.

Fruto do comércio do algodão, Campina Grande sediou, ainda, uma grande indústria têxtil, responsável pela produção de fios e tecidos, que concorreu de forma ponderável para a economia regional.

É oportuno frisar a importância da disputa político-eleitoral de 1950 para o Governo do Estado, quando José Américo de Almeida, eleito Governador, suplantou em Campina Grande a grande liderança local, Argemiro de Figueiredo, que já havia ocupado a governança.

A disputa foi das mais acirradas. Conflitos multiplicaram-se. Registrou-se, inclusive, o evento da Praça da Bandeira, em Campina Grande, que resultou em inúmeros feridos e alguns mortos. O ex-ministro alcançou a vitória com uma margem de votos de proporções inimagináveis para a época, levando-se em consideração que o adversário era da terra.

A situação sócio-econômica da época era estarrecedora. Todo o Nordeste sofria os males da seca. A fome e a miséria impunham ao nordestino, entre eles, o paraibano, a obrigatoriedade do êxodo, à procura de melhores condições de vida. O campo foi abandonado com a migração do povo nordestino para as paragens sulinas.

Por força desse fenômeno, não só a Paraíba, como o Nordeste inteiro, ressentiu-se da ausência de mão-de-obra. A massa oriunda do campo que não se retirou para o sul do país concentrou-se nas cidades, com real e manifesto gravame para a produção. O quadro, pois, era acentuadamente desastroso. Seus efeitos negativos atingiram todas as camadas sociais. Sofreram ricos e pobres.

Por outro lado, de forma concomitante à criação da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba, deu-se a criação do Departamento Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, através da Resolução nº 27, de 10 de Novembro de 1949, que instituiu a 13ª Região do SENAI, com sede em Recife, que passou a ter existência própria, contando, na época, com duas escolas: Campina Grande e Rio Tinto.

O SENAI é uma instituição organizada, dirigida e mantida pela Confederação Nacional da Indústria, sustentada mediante uma contribuição mensal das empresas industriais, das comunicações e da pesca e tem como objetivo maior a preparação de recursos humanos para a indústria. Atua na geração e difusão de conhecimento aplicado ao desenvolvimento industrial.

Parte integrante do Sistema Federação das Indústrias do Estado da Paraíba, o SENAI apóia os setores industriais por meio da formação de recursos humanos e da prestação de serviços como assistência técnica e tecnológica, serviços de laboratório, pesquisa aplicada e informação tecnológica.

O Departamento Regional do SENAI da Paraíba foi criado no dia 28 de dezembro de 1952, com sede em Campina Grande. No entanto, só a partir de 1953, o Departamento Regional passou a ter existência própria, tendo como primeiro Diretor o professor Amaro Salvatore Simoni.

Data do mesmo período o início da construção do ramal ferroviário Campina Grande – Patos. De fato, o imediato pós-guerra tem, na Paraíba, repercussões inesperadas. A

importação de caminhões e automóveis, iniciada antes da guerra e incrementada em seu curso, impõe a construção de estradas de rodagem, o que já vinha ocorrendo no sul do país, mesmo antes da guerra. Mas, igualmente, leva à construção de ramais ferroviários onde, antes, não os havia. É o caso do ramal Campina Grande – Patos, que somente foi aberto ao tráfego em 1958. Entretanto, o que interessa ao presente trabalho são as obras de construção. Costa Filho (1956) saúda a construção desse ramal para o fortalecimento do porto de Cabedelo.

As perspectivas são tanto mais favoráveis quando mais favoráveis quando se sabe que com a iminente ligação ferroviária Campina Grande – Patos (os trilhos já venceram 106 quilômetros, até Soledade) colocará Cabedelo em ligação com a rede ferroviária do Ceará, que cobre extensas áreas daquele próspero Estado nordestino. (COSTA FILHO, 1956, p. 3).

O 3º Batalhão de Engenharia e Construções sediado em Campina Grande/PB executou as obras de construção do trecho Ferroviário entre os municípios de Campina Grande e Patos/PB.

Outro fato de relevância para a economia de Campina Grande e, por conseqüência, para seu fortalecimento como pólo regional foi a constituição, durante a década de 1930, de um razoável centro de comercialização de minérios. A atividade tornou-se tão importante que, em 1941, Relatório da Diretoria do Departamento Nacional de produção Mineral – DNPM recomenda a instalação da sede do DNPM responsável pelo laboratório químico em Campina Grande, o que de fato veio a ocorrer. Inúmeros técnicos vincularam-se a esse laboratório. A maioria deles oriunda da Escola de Engenharia de Pernambuco.

Em virtude das secas que assolavam o Estado, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS que já construía o açude público Curema-Mãe D'Água, localizado na bacia hidrográfica do Rio Piranhas-Açu, inicia, em 1951, a construção do açude

Epitácio Pessoa (Boqueirão), que visa atender as necessidades de abastecimento animal e humano, sobretudo da cidade de Campina Grande.

O Laboratório de Solos e Concreto do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS foi instalado em Campina Grande após a conclusão das obras de construção do açude público Curema-Mãe D'Água. Foi chefiado, inicialmente, pelo engenheiro Otacílio Silveira e, posteriormente, pelo engenheiro José Cavalcanti de Figueiredo, formado na primeira turma da Escola Politécnica da Paraíba. O laboratório tinha a finalidade de analisar as águas dos poços perfurados pelo DNOCS a fim de avaliar sua capacidade de servir para o consumo humano e animal, assim como para a irrigação. Durante anos, serviu também para proceder as análises dos solos onde os grandes açudes eram construídos. Com o fim da construção desses açudes, o laboratório, por proposta de seu último chefe, Dr. Orlando Rafael Mayer, foi entregue à Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, mediante convênio. Hoje, em sua sede, funciona o laboratório de análises clínicas da UEPB.

A cidade de Campina Grande, pois, congregava técnicos das mais diversas procedências. Engenheiros civis, engenheiros químicos, químicos industriais, advogados, médicos, profissionais liberais de todas as áreas, tornavam o ambiente intelectual da cidade bastante movimentado. Era tanto que algumas livrarias pontificavam na cidade. Em 1953, o livreiro José Pedrosa constrói moderno edifício, onde instala a sede de sua livraria. A livraria Pedrosa, durante anos, foi uma das melhores livrarias do Nordeste. Inúmeros escritores de nomeada lançaram suas obras na tradicional livraria campinense, como Gilberto Freyre, Juarez Távora, Mauro Motta, José Condé, Jorge Amado. Todavia, a livraria celebrizou-se por reunir a intelectualidade da terra em saraus memoráveis.

Nas dependências da tradicional Livraria Pedrosa, havia um “bacurau literário”, onde se reunia a maioria dos intelectuais campinenses do passado, tais como: Epitácio Soares, Cláudio Porto, José Leite Sobrinho, Dr. Antonio Queiroga, Massilon Caetano, Werner Carvalho, Dante Cavalcanti e muitos outros.

Nesses encontros, eram discutidos os mais variados assuntos, onde, muitas vezes, aconteciam verdadeiros debates sobre política, literatura, religião, etc. (DINOÁ, 1993, p.217).

De resto, em princípios dos anos 1950, Campina Grande fervilhava. O comércio, embora sem a pujança de anos anteriores, ainda era forte o suficiente para movimentar positivamente a economia da cidade. Os intelectuais buscavam gerar condições para tornar a cidade contemporânea dos eventos realizados nos maiores centros. Artistas famosos apresentavam-se no auditório da Rádio Borborema, fundada em 1949. Programas de sucesso nas emissoras do sul do país, como “O Céu é o Limite”, eram realizados na cidade, com intelectuais da terra. A comuna, enfim, rivalizava com os maiores centros regionais, como Recife e Fortaleza.

CAPÍTULO III

DO APITO DA FÁBRICA À SINETA ESCOLAR

§ 1º A União Universitária Campinense

No início da década de 1950, inúmeros filhos das famílias ricas de Campina Grande e, uns poucos, da classe média estudavam na capital pernambucana. Eram alunos das faculdades então existentes no Recife, alguns cursando as últimas séries do ensino secundário. Convém salientar que em finais da década de 1940, Campina Grande contava somente com três colégios, que ministravam o ensino secundário (Colégio Diocesano Pio XI, Ginásio Alfredo Dantas e Colégio Imaculada Conceição). O Colégio Estadual foi criado e construído no início da década de 1950.

A distância entre as duas cidades, aumentada pelas péssimas condições das estradas de rodagem, fazia com que uma viagem, feita por via férrea, à cidade do Recife consumisse todo um dia. Esses jovens refletiam o que seus pais pensavam. A maioria deles era composta de filhos dos comerciantes de algodão, dos industriais e dos inúmeros profissionais liberais da cidade.

Desde a década de 1940, quando da redemocratização, funcionava na cidade o Centro Estudantil Campinense, que congregava a juventude que cursava o ensino médio. É quando surge a ideia de reunir a juventude universitária, acadêmica como então se chamava, em uma associação que algum serviço prestasse à comunidade. Em 22 de abril de 1952 foi fundada a União Universitária Campinense, sendo eleita, por aclamação, uma Diretoria provisória tendo como Presidente Edvaldo de Souza do Ó, como Secretário

William Ramos Tejo e como Tesoureiro Evaldo Cavalcante Cruz. Assinaram a ata de fundação Edvaldo de Souza do Ó, William Ramos Tejo, Evaldo Cavalcante Cruz, Antonio Carlos Escorel de Almeida, Aníbal Agra Porto e Raimundo Yasbeck Asfóra (DO Ó, [1991]. p. 36).

Em 06 de julho de 1952, na sede do Centro Estudantil Campinense, realizou-se a eleição da diretoria da União Universitária Campinense – UUC. Embora com a participação de 88 universitários, o número de votantes foi considerado baixo, conforme notícia publicada no jornal O NORTE, da capital do Estado, edição de 09 de julho de 1952. A diretoria eleita foi a seguinte:

Presidente – EDVALDO DE SOUZA DO Ó

1º Vice – NEWTON VIEIRA RIQUE

2º Vice – ANTONIO LUCENA

Conselho Consultivo:

WILLIAM TEJO

FRANCISCO SIQUEIRA

ANIBAL PORTO

ANTONIO CARLOS ESCOREL

EVALDO CAVALCANTI CRUZ

Imediatamente, a UUC começou o seu trabalho. Sob sua liderança, teve início intensa campanha para a criação de escolas superiores em Campina Grande. O presidente da UUC, estudante Edvaldo de Souza do Ó, filho de um dos principais líderes da Federação das Indústrias de Campina Grande, Izaías do Ó, assim se refere à campanha:

Como Presidente da União Universitária Campinense, órgão criado para congregar todos os universitários residentes em Campina Grande, estudando em Escolas Superiores na cidade do Recife ou em outras cidades, como primeira iniciativa foi levantada a idéia de fazermos uma campanha para a criação de escolas Superiores em nossa cidade, pois o

Governador José Américo vinha criando já algumas em João Pessoa. (DO Ó, [1991], p. 17).

Da ideia à prática os passos foram rápidos. Em 22 de agosto, na sede do Campinense Clube, localizada na Praça Coronel Antonio Pessoa, foi realizada uma reunião promovida pela Associação dos Professores Secundários de Campina Grande, a União Universitária Campinense e o Centro Estudantil Campinense, com o fito de deflagrar a Campanha Pró-Fundação de Escolas Superiores. Da reunião participaram o professor Durmeval Trigueiro, o professor Milton Paiva, que viria a ser o diretor do Colégio Estadual, o professor Severino Loureiro, diretor do Ginásio Alfredo Dantas, e os demais diretores de colégios da cidade, além dos presidentes das organizações que convocaram o evento. A imprensa da cidade repercutiu a reunião em crônica de Osmário Lacet, lida no mesmo dia nos microfones da Rádio Borborema. Dizia o cronista:

Cremos que essa manifestação coletiva vem do fato original que dispomos, da iniciativa privada que tudo faz, que levantou o que hoje temos orgulho de apresentar como a maior cidade do hinterland nordestino. Por que vem daí o fato de encarar a iniciativa privada como coisa normal, pouco esperando dos governos, a contumaz assistência de todos na solução de quaisquer problemas que se levantem, quer para eleger um dirigente administrativo, quer para demonstrar agrado político por esse ou aquele elemento, quer para erigir monumentos, como o são as indústrias locais, os colégios particulares e mesmo um clube de futebol com o renome e prestígio do Treze.

Toma sentido excepcional, por isso mesmo, a reunião que será hoje à noite, para estudo da campanha para fundação dos cursos superiores nesta cidade, não será uma assembléia sem significação, mostrará a índole de nossa gente, que, como se disse, sabe querer, e quer com vontade de trabalhar.

Teremos ali, a manifestação da vontade campinense, do homem das ruas, comum e sem parcela de poder governamental; teremos o professor e o universitário; o administrador da coisa pública e o jornalista; o ginasiano, que aqui, além disto é também bom cidadão e quer na Casa e suas faculdades; teremos, enfim, a manifestação da cidade no que ela possui, e temos fé que dessa conjugação de esforços, dessa amálgama de interesses, nascerá o caminho certo capaz de trazer as escolas superiores, para servir, não somente a Campina, como também a população de toda uma vasta zona, desprotegida, esquecida, dificultosa na sua vida e na

equação de seus problemas mais mesquinhos, por isto quase todos eles no Nordeste ainda estão de pé, aguardando a concretização, na prática, dos falatórios que posudos medalhões já fizeram, debatendo as suas necessidades. (DO Ó, [1991], p. 17/18).

De fato, o que o cronista expressava era o sentimento que, naquele então, buscava-se incutir no seio da sociedade campinense. Os inúmeros técnicos existentes na cidade e os intelectuais campinenses, que freqüentavam, seja a fruteira²¹ de Cristino Pimentel, seja a Livraria Pedrosa, eram concordes em buscar a criação de, pelo menos, uma escola de nível superior capaz de congregar a proficiência técnica daqueles que faziam funcionar os laboratórios então existentes na cidade. É o que verbaliza, Do Ó [1991] ao afirmar que

Não demorou, o governador José Américo, com seu extraordinário poder observação dos problemas paraibanos, a sentir essa realidade sócio-econômico-cultural, que passou imediatamente a fazer parte dos seus planos de criação das escolas que seriam o núcleo onde teria de surgir, sob sua inspiração esclarecida, a Universidade da Paraíba.

Ao tempo do governo do eminente paraibano, quando mais floresceram as atividades culturais no estado, estimuladas e amparadas por sua aprimorada inteligência e sólida cultura humanística, surgiu, aqui em Campina Grande, sob a inspiração da União Universitária Campinense, entidade por mim liderada, um movimento que se caracterizou pela reivindicação, para nossa cidade, da criação de algumas escolas de nível superior.

Entendia a União Universitária, que Campina Grande, pela sua projeção social e econômica, com profundas repercussões no resto do país, tinha direito, já naquela época, de realizar uma campanha de promoção das suas elites dirigentes, através da criação de escolas universitárias, destinadas à formação profissional e aprimoramento intelectual de sua juventude, com o aproveitamento das vocações que mais se destacassem para o exercício das profissões liberais. (DO Ó, [1991], p. 13).

²¹ Quitanda mantida por Cristino Pimentel na rua Monsenhor Sales (antigo Beco do 31). O proprietário era um intelectual autodidata e jornalista com trabalhos sobre a História de Campina Grande. Em seu estabelecimento, que se localizava a poucos metros da Livraria Pedrosa, ao final da tarde, reunia-se parte da intelectualidade campinense.

Desse discurso, fluem os objetivos da criação de escolas superiores na cidade. Em primeiro lugar, buscava-se capacitar sem maiores custos a elite campinense e, em segundo lugar, fornecer quadros capacitados para as funções que essa elite viesse a exercer. Essa era a visão de Edvaldo de Souza do Ó, que ele manteve até o fim de sua prolífica vida, como será visto com mais detalhes adiante.

O que os fatos parecem indicar é que a UUC foi um instrumento utilizado pelo Governador do Estado para massificar a ideia de criação de uma escola de ensino superior em Campina Grande. A existência de um forte movimento reivindicatório, com repercussão na imprensa local e de João Pessoa, serviria para contornar possíveis oposições que surgissem na capital.

Por outro lado, a simpatia do Governador José Américo para com as reivindicações das elites campinenses vinha dos compromissos assumidos na campanha política de 1950, que lhe renderam fragorosa vitória em Campina Grande em face de seu adversário Argemiro de Figueiredo, em primeiro lugar, e, em segundo lugar, da presença na Chefia da Casa Civil do intelectual campinense José Lopes de Andrade, que terá participação decisiva na criação da Escola Politécnica da Paraíba.

A campanha da União Universitária Campinense, sob a liderança de Edvaldo de Souza do Ó, foi um precioso elemento, como pano de fundo, para a criação da Escola Politécnica da Paraíba, posto que, ao mobilizar a sociedade, deu à reivindicação o respaldo popular necessário à vitória do pleito. De outro modo, somente pela pressão das elites, o sucesso seria mais difícil. Telegrama remetido pelo presidente da UUC ao Governador do Estado reflete bem os objetivos da campanha.

A União Universitária Campinense leva ao conhecimento de V. Excia. que começou a cobrar a “taxa universitária” de cinquenta centavos sobre os ingressos de cinemas e diversões da cidade; com isto o povo começou a colaborar com a campanha de fundação de escolas superiores, e esperamos contar o apoio moral e material de V. Excia., para que dentro

em breve tornar realidade esta iniciativa que partiu do povo (A UNIÃO, 1952).

O Governador sabia muito bem do que era capaz a cidade, quando mobilizada em torno de uma causa. Sua vitória eleitoral na cidade refletia bem o que Campina Grande poderia realizar. Como tinha os olhos voltados para a política, atender aos reclamos da cidade somente aumentaria seu prestígio. Essa realidade foi compreendida por Edvaldo do Ó, que captou bem o que a conjuntura sugeria. Isso foi, sobremaneira, importante para a concretização dos objetivos almejados.

§ 2º O Clube Politécnico

Causa espécie a existência, em Campina Grande, de um agrupamento de pessoas nos anos 1950 interessadas em ciência e tecnologia, conforme os depoimentos de Moraes (1980, 2006) e Lopes (2004). Mais ainda se esse agrupamento forma-se em uma cidade nordestina de um Estado pobre como é o Estado da Paraíba. Todavia, foi o que aconteceu. Na esteira do movimento deflagrado pela União Universitária Campinense, são convocadas reuniões sucessivas para discutir a criação de uma escola de nível superior em Campina Grande.

Na primeira reunião, a decisão unânime dos presentes foi de que a cidade reivindicava a “criação (sic) de uma Escola Politécnica, começando com o Curso de Engenharia Civil.” Na mesma ocasião foi constituída uma comissão formada pelo engenheiro químico José Marques de Almeida Júnior, do engenheiro civil Giuseppe Gióia, do engenheiro civil Austro de França Costa e do químico Antonio da Silva Moraes, com a incumbência de convocar todos os técnicos do Estado da Paraíba para um encontro posterior onde o assunto fosse amplamente discutido.

Surpresa maior ao estudioso de hoje, causa o temário dessa segunda reunião, conforme consta do convite. É o seguinte o teor da convocação:

A Comissão de Técnicos encarregada de estudar as possibilidades de fundação de uma Escola Politécnica em Campina Grande – CURSO DE ENGENHARIA CIVIL – vem pedir ao nobre colega o seu comparecimento e a sua valiosa colaboração, na reunião a se realizar no próximo dia 6 (sábado), às 16 horas, na Associação Comercial de Campina Grande, à rua Presidente João Pessoa, 21 – 1º andar.

Cumprir informar, que o assunto a ser ventilado tem merecido do Snr. Governador do Estado, integral apoio.²²

É de ressaltar a menção feita no convite ao apoio do Governador do Estado à postulação formulada por setores expressivos da sociedade campinense. Todavia, causa impacto no pesquisador um dos pontos do temário da referida reunião, que é o 5º. Ali está consignado que seria aproveitada a reunião “para lançar a idéia da fundação do Clube Politécnico”.

Ora, a sociedade estava mobilizada para a criação de escolas de nível superior em Campina Grande. Na primeira reunião, a decisão unânime fora para a criação de uma Escola Politécnica, com um curso inicial de Engenharia Civil. Por que, então, surge no convite para a segunda, decisiva, como se pode observar de seu desdobramento, a ideia de fundação de um clube politécnico? Uma explicação possível para esse ponto de pauta seria que ciência e tecnologia não eram assuntos estranhos àqueles técnicos e que o termo politécnico não era entendido de forma restritiva, no sentido de poliprofissional.

O Clube Politécnico não se resumiu a um ponto de pauta e a uma discussão sem consequência. Ele foi, efetivamente, fundado. É o que consta da ata da referida reunião. Teve vida normal e ativa a partir de sua fundação. Não fora assim e, três anos depois, a

²² Convocação para a reunião que resultaria no pleito ao Governador do Estado para criar a Escola Politécnica, mantida no Arquivo Geral da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

Câmara de Vereadores, por proposta de seu Presidente, o vereador Protásio Ferreira da Silva, não estaria votando o Projeto de Lei nº 700/55, que propunha o reconhecimento de utilidade pública ao Clube Politécnico de Campina Grande. A Comissão de Justiça, Legislação e Redação, em sua reunião de 06 de junho de 1955, por unanimidade, emitiu o seguinte Parecer:

Esta Comissão é de parecer pela aprovação do projeto de Lei nº 700/55, que reconhece de utilidade pública o Clube Politécnico de Campina Grande.²³

Afinal, o Projeto foi votado e aprovado na sessão de 06 de junho de 1955, da Câmara de Vereadores de Campina Grande, transformando-se na Lei nº 500, de 16 de junho de 1955, cujo art.1º tem a seguinte redação:

Art. 1º – Fica reconhecido de utilidade pública o Clube Politécnico de Campina Grande, sediado nesta cidade.²⁴

Em outras palavras, o Clube foi criado na reunião do dia 06 de setembro de 1952 e tinha, três anos depois, uma vida ativa, que justificava o referido Projeto de Lei, que, afinal, foi aprovado. A justificativa para a existência de um Clube Politécnico parece corresponder à existência de pessoas interessadas no assunto. Por que criá-lo na reunião em que é pleiteada a criação da Escola Politécnica? O que o fato parece indicar é que a existência de tal clube encontra justificativa se ele é palco de discussões sérias em torno de ciência e tecnologia. Quer dizer, os técnicos campinenses procuraram criar um espaço institucional como tribuna para atuarem.

²³ Parecer da Comissão de Justiça, Legislação e Redação da Câmara de Vereadores de Campina Grande, emitido no Projeto do Ver. Protásio Ferreira da Silva, que reconhece de utilidade pública o Clube Politécnico, mantido no Arquivo da Câmara de Vereadores de Campina Grande.

²⁴ CAMPINA GRANDE. **Lei nº 500, de 16 de junho de 1955.**

A existência do clube três anos após haver sido criado é evidência de que ele não foi uma iniciativa inconsequente e que em Campina Grande, no momento da criação da Escola Politécnica da Paraíba, havia setores interessados em ciência e tecnologia, além de intelectuais que assimilavam a discussão desse tema nos moldes propostos naquele então.

§ 3º A criação da Escola Politécnica da Paraíba

Fruto da mobilização de setores da sociedade campinense, ocorreu, no dia 31 de agosto de 1952, uma reunião realizada na sala de aulas da Sociedade Franco-Brasileira, com a presença do Chefe da casa Civil do Governo do Estado, o Prof. José Lopes de Andrade, como representante do Governador do estado. Presentes, ainda, na referida reunião estavam o Prof. Milton Paiva, que viria a ser diretor do Colégio Estadual de Campina Grande, os técnicos Antonio Silva Moraes, José Marques de Almeida Júnior, Valdês Cunha Cavalcanti, Austro de França Costa, Josemir Vasconcelos de Castro, Giuseppe Gióia, Lindalvo Farias e o estudante de economia Edvaldo de Souza do Ó, presidente da Associação Universitária Campinense. O objetivo dessa reunião, conforme a ata, era “a possibilidade da fundação de uma Escola Superior” em Campina Grande. O Prof. Lopes de Andrade, em nome do Governador do Estado, manifestou seu apoio à ideia. A ata da reunião registra o seguinte:

O prof. Lopes de Andrade, fez ver aos presentes que era intenção do Governador do Estado, doar uma Escola Superior a Campina Grande, sendo que dentro do possível uma escola de caráter técnico-científico. A primeira hipótese levantada foi logo afastada, e, era a de uma Escola de Química. Os argumentos foram seguros e unânimes, motivo ter-se logo passado a outra sugestão: a criação (sic) de uma Escola Politécnica, começando com o Curso de Engenharia Civil. (DO Ó, [1991], p. 17).

Aceita a ideia de criação de uma Escola Politécnica, com o curso inicial de engenharia civil, foi designada uma comissão para proceder os estudos necessários à instalação da escola. Anote-se que, no período, havia em curso a construção do açude Epitácio Pessoa, em Boqueirão, a abertura da Rodovia Central da Paraíba, a construção do ramal ferroviário Campina Grande-Patos, entre outras obras de engenharia. Por outro lado, causa espécie e aponta para a existência de uma discussão amadurecida do assunto a recusa de todos os químicos e engenheiros químicos presentes à reunião para que fosse fundada uma escola de química. A opção por uma escola de engenharia é sintomática. Por outro lado, não uma escola de engenharia qualquer, mas uma escola politécnica, com todas as implicações que a denominação contém.

Os que se debruçam sobre esse episódio não fogem à manifestação de sua surpresa ao constatar que o número expressivo de engenheiros químicos, químicos industriais e químicos, que prestavam serviços nos dois laboratórios instalados na cidade, o do DNPM e o do DNOCS, e presentes ao encontro recusou a criação de uma Escola de Engenharia Química, preferindo uma Escola Politécnica, com um curso inicial de Engenharia Civil. As razões da recusa parecem estar em dois pontos fulcrais: o número expressivo de obras públicas então em andamento (que requeriam o concurso de engenheiros civis) e o desejo de contribuir para o desenvolvimento da região, como está expresso no Requerimento de autorização de funcionamento da Escola a que adiante farei referência. É o que se pode deduzir da fala de um dos fundadores da Escola Politécnica, o químico José Marques de Almeida Júnior:

José Américo estava criando varias escolas na capital (João Pessoa) e falou com o seu Chefe de Gabinete, que na época era José Lopes de Andrade, que gostaria de criar uma escola superior em Campina Grande, e lembraram da escola de química, quando o José Lopes [de Andrade] veio falar sobre a escola de química, sugeri não a escola de química que era restrita, que seria melhor a criação de uma Escola Politécnica, e dentro da politécnica teria o

curso de engenheiro químico e assim foi aceito minha proposta de criar uma Escola Politécnica e não uma escola só de química.

.....
Bom, não sei se o porquê dessa história de Escola de Química; creio que foi por causa do Laboratório da Produção Mineral, do Laboratório do DNOCS e também do laboratório de águas, acho que ele pensou em Química por isso. Diante da nossa resistência, concordou plenamente com a Politécnica, que incorporou o curso de química.

.....
O primeiro curso foi escolhido em reunião de professores, os quais passaram a idéia para Lopes de Andrade e este, para José Américo, que logo concordou.

.....
Engenharia civil não dava para quem queria. A formação era fabulosa, ou seja, a dedicação era total tanto por parte dos professores como dos alunos (ALMEIDA, 2004).

Dois dias após de realizada a primeira reunião, a Comissão designada já convocava uma segunda para o dia 06 de setembro de 1952, um sábado. O mesmo convite é dirigido ao Gal. José de Oliveira Leite. Este militar era, também, engenheiro e, sabia-se, interessado na criação de cursos de engenharia no Estado da Paraíba.

No dia apazado, realiza-se a reunião. São muitos os presentes. O Gal. José de Oliveira Leite comparece na qualidade de representante do Clube de Engenharia de João Pessoa – PB. O Prof. Adelmo Alves Machado faz-se presente à reunião na qualidade de representante do Diretor da Escola de Agronomia do Nordeste. O Gal. José de Oliveira Leite foi designado por unanimidade presidente do evento. Iniciando as discussões pelo primeiro ponto da pauta, a maioria esmagadora dos presentes foi favorável à criação de uma Escola Politécnica – Curso de Engenharia Civil, exceção feita ao presidente que se manifestou contra a ideia. A ata registra do seguinte modo o incidente:

Estiveram todos de acordo com o item mencionado à excessão (sic) do Sr. Presidente, que esposou a idéia da fundação de uma Escola Técnica de nível médio em vez de uma Escola Superior. Foram estabelecidos largos e intensos debates, inclusive o argumento de que Escola de

Técnicos de nível médio, já tínhamos uma com o SENAI. Nada demoveu o Sr. Presidente, e, em virtude de todos estarem de acordo com a criação de uma escola Superior, pediu para constar em ata a sua objeção. Com a palavra o Sr. Giuseppe Gióia, solicitou do Sr. Presidente, que muito embora não concordando com a idéia vitoriosa, ele, o Sr. Presidente colaborasse dentro do possível para que a mesma mais e mais se positivasse. O Sr. Presidente fez ver que lamentava não o poder fazer pois já se havia comprometido a patrocinar a fundação quando em tempo oportuno de uma escola de Engenharia, porém na capital do Estado. (DO Ó, [1991], p. 26)

O posicionamento do Gal. José de Oliveira Leite é sintomático e permite algumas ilações. Inicialmente, sua objeção ao projeto campinense fundamentava-se na visão de que não era pertinente criar uma Escola Politécnica em uma cidade do interior. Em seguida, ele já estava comprometido em fundar uma Escola de Engenharia em João Pessoa. Dada à proximidade da fundação da referida escola (11.12.1952), é de se concluir que o apoio do Governo do Estado era esperado pelo Clube de Engenharia de João Pessoa para o sucesso de seu empreendimento. A criação de uma Escola Politécnica em Campina Grande, sob os auspícios do Governo do Estado, era um entrave não esperado. Daí a recusa de apoio por parte do general.

O certo é que uma semana após a realização do segundo encontro, o Prof. Antonio da Silva Moraes, em nome da Comissão constituída, já solicitava dos técnicos existentes na cidade o preenchimento de um formulário com o intuito de levantar as possibilidades de preenchimento das cadeiras a serem lecionadas no Curso de Engenharia Civil.

O apelo campinense foi levado ao Governador do Estado e este não demorou a atendê-lo. Sabia urgente a medida. Edvaldo do Ó narra da seguinte maneira o episódio:

Quando ficou decidido pelo governador José Américo de Almeida, a criação da Escola Politécnica, Lopes de Andrade redigiu a mensagem à Assembléia Legislativa pedindo a criação da Faculdade. Três técnicos: Antonio Moraes, José Marques de Almeida Júnior e Giuseppe Gióia,

passaram a trabalhar diuturnamente, sem medir esforços para tornar o projeto uma realidade. (DO Ó, [1991], p. 19).

A Mensagem, datada de 11.09.1952, está contida no GG/Ofício/338-52. É de salientar que a autoria do documento está, claramente, expressa logo abaixo da identificação do ofício pelas iniciais JLA/ZL. As iniciais JLA referem-se a José Lopes de Andrade e ZL ao datilógrafo, ou datilógrafa, que preparou o documento para envio.

A rapidez com que o pleito de Campina Grande foi atendido revela que entendimentos extra-reuniões vinham sendo mantidos. Por outro lado, a Mensagem contém uma análise da situação do ensino superior no Estado da Paraíba que manifesta uma leitura muito particular da sequência de eventos. Mais especificamente, expressa a posição de um campinense comprometido com a sua terra. A Mensagem inicia da seguinte maneira:

Acompanhando o extraordinário surto cultural por que atravessa a Paraíba, cuja iniciativa privada com o apoio do Poder Público em menos de dois anos dotou o Estado de uma Faculdade de Direito e de outra de Medicina, já o Executivo Estadual efetivou a criação e pôz (sic) a funcionar a Faculdade de Filosofia, que encontrára (sic) com o respectivo processo de reconhecimento há dois anos paralisado, e solicitou dessa colenda Assembléia a aprovação do projeto de lei criando a Faculdade de Odontologia, cujo funcionamento é aguardado para 1953.

Estaria, contudo, incompleta a organização do ensino superior do nosso Estado sem a fundação de uma Escola que se encarregasse da formação de engenheiros civis (sic), químicos, mineralogistas, arquitetos, topógrafos e geógrafos, profissionais indispensáveis ao trabalho organizado e às grandes empresas modernas, de vês (sic) que já existe em Areia a Escola de Agronomia do Nordeste, que prepara os profissionais destinados à indústria agrícola.²⁵

O tom do Ofício é curioso. Silencia sobre a existência de um movimento liderado pelo Clube de Engenharia de João Pessoa para criação de uma escola de engenharia.

²⁵ Mensagem do Executivo que acompanhou o Projeto de Lei que cria a Escola Politécnica da Paraíba, mantida no Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba.

Depois, porque, ao traçar o quadro do ensino superior na Paraíba, conduz o leitor de forma melíflua à conclusão de que há a necessidade de uma escola de engenharia no Estado e que o Poder Público deve criá-la. Por último, não seria uma escola de engenharia qualquer, mas uma Escola Politécnica, no sentido de pluriprofissional, que estava sendo criada, haja vista a quantidade de profissionais que deveria formar. Estava preparado o terreno para o parágrafo seguinte em que Campina Grande entra em cena.

Na cidade de Campina Grande, onde se concentra o maior número de estabelecimentos fabris (sic) do estado, devendo em breve transformar-se no maior parque industrial do interior do Nordeste, como consequência da energia que receberá do Açude de Boqueirão e da Cia. Hidro-Elétrica do São Francisco, levantou-se caloroso (sic) movimento apoiado por todas as classes sociais, no sentido de ser criada ali (sic) uma Escola Politécnica, que funcionará inicialmente com o Curso de Engenharia Civil, podendo ainda formar topógrafos e geógrafos, em consequência do que veio a esta capital numerosa comissão de engenheiros civis, químicos e estudantes universitários pleitear o apoio do Governo para essa iniciativa, o qual lhe foi assegurado.²⁶

O teor do Ofício é revelador pelo que consigna claramente e pelo que oculta. Note-se o ufanismo campinense contido na previsão de que a cidade deveria transformar-se, rapidamente, “no maior parque industrial do interior do Nordeste”. Para tanto, bastavam a água do Açude Epitácio Pessoa, em Boqueirão, e a energia de Paulo Afonso, dois sonhos campinenses que demorariam anos a se realizarem. Por outro lado, o “caloroso (sic) movimento apoiado por todas as classes sociais”, era fruto da atividade da União Universitária Campinense, liderada por Edvaldo do Ó, que, a partir de sua fundação, ocupou com regularidade o noticiário dos dois maiores jornais do Estado: O NORTE e A UNIÃO. Não por coincidência, o último era o jornal oficial do Estado. Criado o ambiente de pressão, a Mensagem conclui com um sofisma.

²⁶ Mensagem do Executivo que acompanhou o Projeto de Lei que cria a Escola Politécnica da Paraíba, mantida no Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba.

A inauguração em janeiro próximo do novo Colégio estadual com sede em Campina Grande possibilitará aos estudantes provenientes das classes menos favorecidas a conclusão das séries ginasiais e colegiais, habilitando-as à matrícula nos Cursos superiores, o que não poderão fazer, devido à precariedade dos recursos de que dispõem, se naquela cidade não houver estabelecimentos de ensino onde completar seus estudos.²⁷

Ora, é bem verdade que a inauguração de um Colégio Estadual abriria perspectivas de ascensão para os filhos das classes subalternas. Isto, porém, não de forma direta. O sistema de ensino de então era, manifestamente, elitista. Somente poucos filhos das classes menos favorecidas tinham acesso ao ensino secundário. É que não podiam frequentar as escolas particulares que preparavam para o exame de admissão ao ginásio, verdadeiro vestibular, uma barreira pela qual somente passavam os mais inteligentes e os filhos das classes abastadas. Se não era verdade que a existência de um colégio público resolveria o problema do acesso das populações pobres à educação, menos ainda era verdade que a criação de uma Escola Politécnica abriria as portas dos cursos superiores para essa clientela. Afinal, nem todos desejavam ser engenheiros. Porém, o artifício funcionou.

Recebida a Mensagem no dia 11 de setembro de 1952, no mesmo dia o Presidente da Assembleia despachou “para providências com a possível urgência”. Em 25 de setembro a Comissão de Educação e Saúde manifesta-se favorável à aprovação do Projeto, reconhecendo “o interesse público da providência e o caráter realístico em que a mesma é estruturada”. Não deixa a Comissão de referir-se ao terceiro parágrafo da Mensagem. Exatamente aquele em que está previsto que Campina Grande seria em breve o maior parque industrial do interior do Nordeste. No mesmo dia, um grupo de deputados liderados pelo Dep. Fernando Carrilho Milanez requeria urgência para a tramitação da

²⁷ Mensagem do Executivo que acompanhou o Projeto de Lei que cria a Escola Politécnica da Paraíba, mantida no Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba.

matéria. O requerimento foi aprovado em única discussão e a Mensagem foi aprovada em segunda discussão, dispensada de terceira a requerimento do Dep. Fernando Milanês, conforme certidão contida no Processo. No dia 1º de outubro o projeto foi remetido à sanção. A Lei n.º 792, que “cria a Escola Politécnica da Paraíba, com sede em Campina Grande”, foi sancionada no dia 06 de outubro de 1952 e publicada no Diário Oficial do Estado da Paraíba, na edição do dia 09 de outubro de 1952. Estava criada a Escola Politécnica da Paraíba.

§ 4º A Politécnica inicia as suas atividades

Criada a escola, tratava-se agora de colocá-la em funcionamento. Claro que no ano de 1952 isso não poderia ocorrer. A lei de criação veio a lume no mês de outubro. Por prudência foi decidido encaminhar primeiro o pedido de funcionamento da Escola Politécnica ao Ministro da Educação. Esta tarefa ficou a cargo do Prof. Antonio da Silva Moraes, Diretor da Escola, que, no dia 29 de novembro de 1952, encaminha o documento ao Ministro da Educação, onde justifica a localização da Escola Politécnica da seguinte maneira:

A escolha da cidade de Campina Grande, para sede (sic) da Escola Politécnica da Paraíba, resultou de uma série de fatores favoráveis clima, serviço de saneamento e abastecimento d'água (sic), facilidade de comunicação e situação geográfica. Trata-se de um grande núcleo urbano, servido por uma modelar rede telefônica, inclusive internacional, transportes ferroviários, rodoviários e aéreos. Nela se encontram instaladas sedes (sic) de diversos e importantes serviços públicos: Departamento de Estradas de Rodagem, Departamento de Estradas de Ferro, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, Departamento Nacional de produção Mineral, com o mais bem instalado laboratório de pesquisas minerais de todo o Norte do Brasil, Agência Modelo do I.B.G.E. etc. Além disso é Campina Grande, sede (sic) da Federação das Indústrias da Paraíba, bem como sede (sic) de Bispado e possui (sic)

cinco colégios secundários com alguns milhares de estudantes matriculados.²⁸

Traçava o Diretor um quadro bastante auspicioso da cidade de Campina Grande, que sediava a Escola Politécnica. Essa providência era necessária para vencer as resistências então opostas ao funcionamento de uma escola de engenharia em cidade do interior nordestino. Essa oposição vinha, inclusive, da Escola de Engenharia de Pernambuco, modelo pelo qual a Escola Politécnica foi concebida e origem da maioria de seus fundadores, conforme depoimento de Moraes (1980).

As dificuldades foram imensas, tanto internamente como externamente, principalmente externamente. Foi muito difícil, foi uma tarefa hercúlea vencer e convencer às autoridades do MEC, que era possível criar como nós criamos uma escola superior em Campina Grande uma cidade do interior de um estado pequeno e pobre como era o nosso.

A grande maioria dos professores ou pessoas para tanto habilitadas, era egressa da Escola de Engenharia de Pernambuco, inclusive nós, mas nada era capaz de sensibilizar aqueles que faziam aquela escola de convencê-los de que o que estava acontecendo ou prestes acontecer em Campina Grande, era em parte fruto daquela outra que poderia ser considerada como a matriz. Em hipótese alguma aceitavam fosse cortado o cordão umbilical que nos ligava àquele centro.

Em menor proporção aconteceu coisa semelhante com a escola co-irmã do Ceará. Sofri amargamente o pouco caso que estes pontos que estavam mais próximos de nós nos proporcionavam, sem falar na pouca monta que os diretores do MEC dispensavam ao empreendimento em que estávamos empenhados. Diga-se de passagem, não fora (sic) o prestígio do governador José Américo em todo cenário nacional, o ardor dos que se empenhavam na realização de uma tarefa tida por muitos como verdadeira aventura e, a ajuda e presença de jovens estudantes de Campina Grande, acho que não teríamos chegado ao final grandioso que chegamos. (MORAIS, 1980).

²⁸ Requerimento do Prof. Antonio da Silva Moraes, Diretor da Escola Politécnica, ao Ministro da Educação e Cultura, solicitando autorização para o funcionamento da Escola Politécnica, mantido no Arquivo Geral da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

Em maio de 1953, chega ao conhecimento do Prof. Antonio da Silva Moraes que o Conselho de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura havia emitido parecer favorável ao funcionamento da Escola Politécnica. Convoca, assim, a Congregação da Escola para uma reunião a ser realizada no dia 05 de junho de 1953. O Edital de convocação foi publicado nos principais jornais do Estado da Paraíba e lido nas três emissoras de rádio de Campina Grande. Nessa reunião, por prudência, foi rechaçada a proposta do Prof. Giuseppe Gióia de início imediato das atividades da Escola, conforme noticia Lopes (1992). No mês seguinte veio o Decreto governamental autorizando o funcionamento da Escola Politécnica da Paraíba. Mediante ofício circular, o Diretor comunicou a boa nova a todos os professores, nos seguintes termos:

Comunico-vos, para os devidos fins, que por decreto de número 33.286, de 14 de julho do corrente ano, publicado no Diário oficial de 29 do mês acima citado, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República concedeu autorização para o funcionamento da ESCOLA POLITÉCNICA da Paraíba.

Em face do exposto, apraz-me esclarecer que o Concurso de habilitação ao primeiro ano do curso de Engenharia Civil mantido por esta Escola, será realizado no mês de fevereiro próximo vindouro.²⁹

Editado o Decreto de autorização vieram as aprovações, pela Diretoria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, dos professores para regerem as diversas disciplinas do Curso de Engenharia Civil. O fato foi comunicado aos professores mediante Ofícios datados de 26 de setembro. Era irreversível, a guerra fora ganha. A Escola Politécnica, enfim, poderia funcionar.

²⁹ Ofício Circular do Prof. Antonio da Silva Moraes encaminhado aos professores da Escola Politécnica a edição e publicação do Decreto que autorizou o funcionamento da Escola, mantido no Arquivo Geral da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

§ 5º O campo começa a ser formado

Durante o período da guerra e no imediato pós-guerra, Campina Grande, como já apontado, tem instaladas inúmeras instituições de pesquisas. Entre elas, avulta o laboratório de pesquisas minerais do Departamento Nacional de Produção Mineral. Era o mais bem aparelhado do Norte do Brasil, conforme observa Moraes (1980). Por outro lado, os técnicos envolvidos na prospecção mineral têm consciência de que exercem uma função estratégica. É o que flui das memórias de Moraes (1980).

Convidado pelo Diretor Geral do laboratório de Produção Mineral, desloquei-me para a cidade de Campina Grande, para fazer parte do corpo de Técnicos que trabalhava com afinco, em pleno esforço de guerra, no muito afamado Laboratório de Minérios de Campina Grande.

.....

A Paraíba foi convocada para contribuir com o esforço de guerra e, não se fez de rogada, deu o que tinha de melhor em termos de recursos minerais estratégicos, de posição geográfica e de pessoal. Tive a sorte de ser envolvido naquele chamado e, de ser o primeiro técnico nordestino no setor de química a prestar contribuição na pesquisa e controle dos minérios ditos estratégicos. Pois àquela altura, todos os demais companheiros eram oriundos do sul do país.

Forçado pelas contingências da guerra, houve um desenvolvimento bastante acentuado de campina Grande, inclusive uma substancial concentração de Técnicos, especialmente químicos, engenheiros, geólogos, economistas, etc. o que criou um clima propício a uma escola de caráter técnico. (MORAIS, 1980).

Havia, pois, em Campina Grande uma concentração muito grande de técnicos qualificados. Não era somente o laboratório do DNPM que ocupava um número expressivo de técnicos. O laboratório de solos e concretos do DNOCS, como já indicado, também empregava técnicos de nível superior. Por outro lado, a natureza do trabalho em que esses técnicos estavam envolvidos levava à reflexão. Por um lado, eram os minerais estratégicos para a pesquisa de novas tecnologias, como a energia atômica, por outro, a

luta contra o fenômeno periódico das secas, com profundas repercussões na Região Nordeste, a demandar solução permanente. As discussões eram inevitáveis.

Como já observado anteriormente, um campo forma-se a partir dos interesses comuns de seus agentes. Havia, naquele momento em Campina Grande uma massa crítica suficiente para que os interesses dos agentes fossem dirigidos para a criação do campo. Mesmo que possíveis contradições fossem escamoteadas momentaneamente. Refletindo, com bastante clareza, acerca da criação da Escola Politécnica e, por consequência, da célula primeira do campo científico-tecnológico embrionário, Moraes (1980) explicando por que a escola superior pioneira em Campina Grande foi a Escola Politécnica e não uma escola dedicada às humanidades, como seria de esperar, atribui o fato.

A presença de várias entidades, tanto particulares como públicas (municipais, estaduais e federais), tais como:

Cerâmica São José
 Empresa Construtora Camilo Colier
 Curtume Mota & Irmão
 Fábricas de beneficiamento de fibras e óleos, como SANBRA, Anderson Clayton, Araújo Rique, Heleno de Souza do Ó
 Construtora como G. Gióia & Cia.
 Austro de França Costa
 Laboratório da Produção Mineral
 Fomento da produção Mineral
 Residência do DNER
 Residência do DER
 Fomento da Produção Vegetal
 Serviço de Abastecimento de Água e Esgotos
 Escritório da rede Ferroviária Federal
 Laboratório de Solos e Concreto do DNOCS
 Grupamentos Militares federais especializados em engenharia e outras empresas de menor porte (MORAIS, 1980).

O Prof. Antonio da Silva Moraes tem clareza no que tange ao resultado de sua atuação. A Escola Politécnica não foi somente, em seu entender, mais uma escola de engenharia. Ela dá início a uma nova era para Campina Grande e para a Paraíba.

Campina Grande sentia pouco a pouco que dava os primeiros passos para entrar numa nova área de atividades. Sim, porque ela havia vivido com certo esplendor a era do reino animal com a civilização do couro. Fora inegavelmente uma grande exportadora de couros e peles, a maior da nossa região.

Vivera intensamente a civilização do reino vegetal; caracterizando-se como uma das maiores exportadoras de fibras de algodão e agave do nosso país e até do mundo.

Passado aquele ciclo, entrou rijo e triunfalmente no ciclo do reino mineral, quando conseguimos à época da última guerra, nos impor como um dos maiores mercados exportadores DCE minérios. E, agora ainda bem não vai arrefecendo o mencionado mercado ela partiu para um novo, o da CIÊNCIA e da TECNOLOGIA. Este acredito seja eterno... Os resultados já começam a surgir, a formação de Técnicos, o conceito de sua metodologia e a criação de “know how” que impressiona não somente o nosso país como outros centros de países mais adiantados. (MORAIS, 1980).

A consciência de que criou algo novo está presente no discurso do Prof. Antonio Moraes. Por outro lado, os lances que marcaram o nascedouro da Escola Politécnica e, por via de consequência, do campo científico-tecnológico, vão-se tornando claros. Por exemplo, o papel exercido pela União Universitária Campinense, a Livraria Pedrosa como ponto de encontro dos técnicos e intelectuais de Campina Grande, onde circulavam as novas ideias, e, sobretudo, o papel de José Lopes de Andrade. Em vídeo gravado em 2006, aos 90 anos, pouco antes de sua morte, Antonio da Silva Moraes, dá um depoimento de extrema lucidez sobre a criação da Escola Politécnica.

Com os companheiros, nós lá em Campina tínhamos um hábito muito curioso à tarde, depois de cinco horas, mais ou menos, nós nos reuníamos em uma livraria, chamada Livraria Pedrosa. Nessas reuniões, a gente ficava batendo papo, um papo informal, então ia engenheiro, ia médico, tinha um médico muito capaz, tinha um jornalista que era Lopes de Andrade e químico, físico, tudo, tudo isso ia prá lá se reunir à tarde e era um bate papo curioso.

Nesse modo de viver, de pensar e de tratar as coisas. Então nós achávamos que poderíamos aumentar a nossa atuação em favor de Campina Grande.

Como eu estava falando a respeito de Lopes de Andrade, que foi um grande amigo, que Campina Grande e todos os seus movimentos que diziam

respeito a Campina defendeu o quanto possível. Lopes de Andrade a essa altura, ele exercia o cargo de Secretário no Governo de José Américo de Almeida.

Então, aproveitando essa oportunidade ele me chamou assim ao lado e disse: “Moraes, Zé Américo está querendo criar uma Universidade da Paraíba. A Paraíba tinha quase todas as escolas superiores menos, àquela altura, a Escola de Engenharia. E então seria interessante a gente pleitear uma escola superior para Campina Grande. Eu acho que ele tinha uma boa aceitação pela idéia. E você que está ao par (sic) do assunto, que tem essa camaradagem, esse conhecimento com esse pessoal aí todo, talvez fosse interessante, quem sabe, você propor aqui, ao pessoal a criação de uma escola de química.”

Eu fiquei com aquela ideia depois desse dia. Eu convoquei... Fiz uma convocação, assim de camaradagem, expliquei o que havia acontecido e todos aceitaram a idéia com muito boa vontade. Uma aceitação muito interessante.

Então foi acertado uma convocação geral para mobilizar a sociedade, as entidades da Paraíba. O fato de eu ter a posição que eu tinha em Campina Grande, de Diretor desse Laboratório de Produção Mineral, me fazia ter contato com aquelas pessoas de mais expressão econômica.

Os intelectuais membros de lá, em função dessa Livraria Pedrosa, que eu pensei até um dia em colocar lá na Livraria Pedrosa uma placa. Porque eu dizia que lá é que nasceu a ideia da criação da Escola Politécnica da Paraíba. (MORAIS, 2006).³⁰

Criada a Escola Politécnica, no próprio Requerimento ao Ministro da Educação em que se pleiteia a autorização para o funcionamento da nova escola encontra-se o programa, como que o projeto que se buscava perseguir: a criação de um campo científico-tecnológico em Campina Grande.

Embora se trate de uma Escola de Engenharia e que deverá se dedicar sobretudo ao ensino da Engenharia Civil, especial atenção será dedicada aos problemas relacionados com a construção de estradas de ferro e rodagem, açudagem, produção e captação (sic) de energia grandes estruturas e urbanismo, visto como estas especializações são da maior importância para a região nordestina. Por outro será preocupação da Direção da Escola, o despertar (sic) dos alunos todo o objetivismo possível na respectiva formação técnica, de modo que, deixando a Escola possam tranquilamente enfrentar os primeiros contactos com a profissão. Os cursos de aperfeiçoamento e alta especialização virão em época

³⁰ Transcrição do depoimento do Prof. Antonio da Silva Moraes, contido no vídeo: DUARTE, Vinícius José Queiroga. **A saga da fundação da Escola Politécnica de Campina Grande**. Recife: (vídeo), 2006.

oportuna, de modo algum ficando relegados a segundo plano as vocações para esse mister.³¹

De fato, o que se contém no documento foi realizado ao longo dos anos. Os desdobramentos da criação, instalação e funcionamento da Escola Politécnica da Paraíba pela busca tenaz de realizar o que pareceria, como pareceu, impossível a outros que não os visionários que projetaram o empreendimento. De resto,

A sua implantação transformou a cidade e provocou mudanças substanciais em vários setores: econômico, social, cultural, intelectual e urbano.

A POLI acelerou o desenvolvimento de Campina Grande, e, com sua ampliação e a criação de outras instituições de ensino superior, transformou a cidade num Centro Universitário, a partir da década de 60. (DUARTE, 2006).

De fato, a Escola Politécnica da Paraíba foi a matriz de um campo científico-tecnológico que se formou a partir de sua criação. Após a formação do campo vieram os lances fundamentais para sua consolidação e desenvolvimento. A participação das elites campinenses nesse empreendimento fica evidente na fala do Prof. Antonio Moraes em seu depoimento à equipe do NDHIR, ao salientar a ajuda “de pelo menos um elemento de escol das classes produtoras como ocorreu conosco na pessoa do livreiro José C. Pedrosa.” (MORAIS, 1980).

O que se buscava não era, tão somente, um melhor ensino de engenharia. Buscava-se mais. O que se pretendia era transformar Campina Grande em um centro de excelência.

³¹ Requerimento ao Ministro da Educação e Cultura solicitando autorização para o funcionamento da Escola Politécnica, mantido no Arquivo Geral da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

Quando dirigia a Politécnica, comecei a recrutar professores em outros centros por duas razões principais: primeiro por não dispor mais de valores que tivessem vocação para aquela atividade de professor; segundo para melhorar ainda mais a equipe de que dispúnhamos. Passei inicialmente a trazer pessoal de Pernambuco, o que não faria muita diferença pois inicialmente a Escola era formada de aproximadamente de 85% de professores egressos de Pernambuco, da escola de Engenharia. Trouxe pessoal de São Paulo, do Instituto de Tecnologia de Aeronáutica, de São José dos Campos, o afamado ITA. Tinham uma excelente formação e muito embora não fossem ainda professores consumados, conseguiam suprir alguma inexperiência profissional com o valor de que eram dotados. (MORAIS, 2006).³²

Percebe-se que havia por parte do corpo de professores da Escola uma abertura para o novo, para o diferente, para o de fora. Afinal, o Diretor da Poli não era um campinense nato. Assim, a importação de cérebros para fortalecer os quadros da Escola foi uma constante desde seu nascedouro, o que permitiu, mais adiante, criar e fortalecer a pós-graduação.

§ 6º Os arautos do campo

Conforme diz Gramsci (1978), todo grupo social forma seus intelectuais. A noção de campo elaborada por Bourdieu (1983) não exclui essa apreciação gramsciana. Pelo contrário, como no interior do campo disputam-se capitais simbólicos e, no que tange às relações do campo com os outros campos, esses mesmos capitais são disputados, a figura do intelectual afigura-se essencial.

No que tange à formação do campo científico-tecnológico, cuja matriz é a Escola Politécnica da Paraíba dois intelectuais tiveram papel sobremaneira importante: José Lopes de Andrade e José Stênio Lucena Lopes.

³² Transcrição do depoimento do Prof. Antonio da Silva Moraes, contido no vídeo: DUARTE, Vinícius José Queiroga. **A saga da fundação da Escola Politécnica de Campina Grande**. Recife: (vídeo), 2006.

José Lopes de Andrade nasceu no dia 28 de julho de 1914, em Queimadas, antiga Tataguçu, Município de Campina Grande, falecendo no Rio de Janeiro, em 13 de abril de 1980. Fez o curso primário em Campina Grande, com o professor Clementino Procópio e, mais tarde, na capital do Estado, frequentou os Colégios Pio X e Lyceu Paraibano, ingressando, em seguida, na Faculdade de Direito do Recife, não concluindo, porém, este curso, optando pelos Estudos Sociais. Foi aluno da turma pioneira do Curso de História e Geografia da UFPB. Já formado, exerceu o cargo de Secretário da Prefeitura de Campina Grande.

Foi nomeado Chefe da Casa Civil do Governador José Américo de Almeida, cargo que ele deixou para acompanhar o ex-governador ao Rio de Janeiro, quando foi designado Ministro da Viação e Obras Públicas. Lopes de Andrade ocupou a Chefia do Serviço de Documentação deste Ministério, só voltando à Paraíba ao término do mandato do Ministro. Instalou-se em Campina Grande e retomou as suas funções docentes. Além da graduação em Estudos Sociais, Lopes de Andrade tinha Especialização em Geografia Econômica. Foi um dos fundadores da antiga Escola Técnica Municipal e da Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande. Integrou o corpo docente da Universidade Regional do Nordeste (URNE, atual UEPB) e da UFPB, campus I e II. Era membro do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano; ingressou na Academia Paraibana de Letras, em 21 de abril de 1949, foi saudado pelo acadêmico Higino da Costa Brito.

Além de professor, também era jornalista. Manteve durante anos uma coluna diária no Diário da Borborema, intitulada *Homens e Fatos*. Foi muito amigo de Assis Chateaubriand, o que facilitava a publicação dos inúmeros artigos no jornal Diário de Pernambuco, de Recife, e nos jornais do Rio de Janeiro. Escrevia, também, para *Les Cahiers Internationalles de Sociologie*, na França. São de sua autoria: **Breve discurso sobre a sociedade e as secas no nordeste**, 1943; **Introdução à sociologia das secas**, 1948; **A**

província, essa esquecida, 1949; Forma e efeito das migrações do nordeste, 1952. Foi sua colaboração na imprensa diária de Campina Grande, da Paraíba e de Pernambuco, que o torna importante como formulador de ideias.

Além dos episódios já comentados de sua participação nos lances decisivos da criação da Escola Politécnica da Paraíba, José Lopes de Andrade nunca deixou de participar da vida social, política e econômica de Campina Grande, seja diretamente, como integrante das administrações municipais, professor, ou jornalista, seja como simples cidadão interessado no desenvolvimento de sua comuna.

Em 1957, na qualidade de Assessor do Prefeito Elpídio de Almeida, publica texto emblemático no Boletim de Campina Grande. Trata-se de um artigo, cujo título é “A tecnologia e o desenvolvimento do Nordeste”. Convém salientar que neste ano, a Escola Politécnica completava seu segundo ano de efetivas atividades docentes. Já que a primeira turma iniciara seus estudos em 1954. O Prof. Lopes de Andrade pontificava sobre a tecnologia e as principais cidades nordestinas.

Em rápido processo de desenvolvimento, servidas pela energia de Paulo Afonso e já adotando modernas conquistas tecnológicas, até bem pouco privilégio apenas de grandes centros civilizados da Europa e dos Estados Unidos, as Cidades de Caruaru e Campina Grande estão situadas no planalto nordestino, a uma altitude média de 500 metros, desfrutando de clima ameno de serra. O ponto nevrálgico de seu crescimento está na mudança de atitude de seus habitantes em face das solicitações com que lhes acena o progresso técnico. Dado esse passo decisivo, veremos o “Nordeste-interior”, na velha expressão de Capistrano de Abreu, converter-se numa nova área pioneira, agitada pelo Espírito de iniciativa e pronta a receber as conquistas mais adiantadas da ciência e da técnica. (LOPES DE ANDRADE, 1957).

O texto manifesta a convicção do autor nas potencialidades da região nordestina. Mais ainda, ele manifesta-se convicto de que a atitude do homem nordestino diante da ciência e da técnica será capaz de fornecer-lhe o instrumental necessário para romper o perverso ciclo de miséria e subdesenvolvimento. Sua conduta diante da criação da Escola Politécnica,

principalmente o incidente narrado por Antonio Moraes, revela um intelectual comprometido com seu próprio pensamento, buscando realizar aquilo que pensa utilizando-se do poder de que dispõe. Isto caracteriza o intelectual comprometido com o campo a que está vinculado.

Naquele momento, Lopes de Andrade queria criar esse campo. No mesmo artigo, ele manifesta sua convicção de que os descendentes dos tropeiros saberiam colher os frutos dos novos tempos e compreender o sentido para onde os acontecimentos conduziam. Há como que uma fé inabalável nas qualidades da tecnologia e no poder de transformação de que ela é portadora. Do mesmo modo, a energia elétrica gerada por Paulo Afonso é vista como redentora para aqueles que tivessem capacidade técnica para aproveitarem suas potencialidades.

O espírito pioneiro que desbravou a caatinga nordestina e ali fundou currais, fazendas, vilas e cidades que desafiam os séculos, pode ser revivido sob formas modernas — é o que nos garantem as conquistas tecnológicas do nosso tempo. O Nordeste poderá renascer de si mesmo, já agora não mais apenas à beira-mar, onde o desenvolvimento econômico e social é tão antigo como a colonização portuguesa, mas também nos sertões e caatingas mais distantes, bastando tão somente que as comunidades que ali se formarem despertem do longo torpor em que caíram e respondam ao novo desafio que lhes é dirigido: o de assimilarem a ciência e a técnica modernas, adotando uma nova atitude de luta e desbravamento ante às solicitações com que o progresso técnico lhes acena, principalmente sob essa forma definitiva e fecunda que são os milhares de KWA de Paulo Afonso. (LOPES DE ANDRADE, 1957).

Essa era a concepção de Lopes de Andrade no que tange à ciência e à tecnologia. É importante tê-la sempre presente porque ela norteará sua conduta de futuro, especialmente, no que se refere à Escola Politécnica. Em artigo publicado na edição de 24 de junho de 1960, do Diário da Borborema, o espírito científico de professores e alunos da Poli é louvado.

Pode-se dizer — e temo-lo dito — que a grande vantagem da escola Politécnica de Campina Grande é ser ela dotada de um corpo de

professores do tipo inteiramente diverso do padrão comum dos professores de curso superior. Em vez de catedráticos empavonados em suas cadeiras, muitas vezes tão empavonados quanto vazios de ciência e dedicados a formar aqui um núcleo não somente de profissionais competentes na arte da engenharia de construções, mas ainda um centro de rapazes voltados para o estudo sério e para uma atitude científica diante da profissão que irão abraçar. (LOPES DE ANDRADE, 1960).

O artigo fora escrito para saudar a presença do Dep. João Agripino Filho na cidade de Campina Grande. Visitava o deputado, a construção da nova sede da Escola Politécnica. Era um esforço da comunidade campinense para dotar a Escola Politécnica de uma sede digna. Funcionava desde 1957 na cidade a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica – FUNDACT, criada em 1957, sob os auspícios do próprio Lopes de Andrade. Apreciando o trabalho da FUNDACT, o deputado muito se surpreendeu com ele, o que é registrado por Lopes de Andrade no artigo.

A Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica, criada em nossa cidade pelo Prefeito Elpídio de Almeida, mereceu do deputado de Catolé do Rocha igual solicitude como a Escola Politécnica. Aliás, disse ele, em discurso no jantar que lhe foi oferecido pela Fundação, que em seu espírito não dissociava as duas entidades. (LOPES DE ANDRADE, 1960).

De fato, a FUNDACT foi criada no segundo governo de Elpídio de Almeida, em seu primeiro ano, para fortalecer, exatamente a Escola Politécnica, como será visto adiante.

Por outro lado, Lopes de Andrade estava, suficientemente, sintonizado com as tendências de seu tempo para compreender que as possibilidades de avanço de uma escola de nível superior somente pode-se realizar se ela está aberta para as contribuições que lhe venham de fora. Por essa razão, louvou em artigo publicado no Diário da Borborema, edição de 30 de janeiro de 1960, a conduta da direção da Poli em trazer professores de fora para ministrar aulas aos seus alunos.

Em nossa cidade a Escola Politécnica tem sabido socorrer-se da cultura proveniente de outros centros, quando contrata professores de fora para ministrar aulas e orientar estudos de seus alunos. (LOPES DE ANDRADE, 1960b).

O Prof. Lopes de Andrade constituiu-se ao longo dos anos um dos mais autorizados porta-vozes da Escola Politécnica e, por consequência, do campo por ela centralizado. Suas manifestações públicas eram tomadas quase como oráculos e expressavam à sua maneira o pensamento dos integrantes do campo. Ao lado de Stênio Lopes, foi o mais ferrenho defensor do projeto iniciado com a criação da Escola Politécnica.

Outro intelectual, cuja participação foi decisiva para a consolidação do campo científico-tecnológico em Campina Grande foi José Stênio Lucena Lopes. Uma figura enigmática que poucos conhecem bem em Campina Grande. Chegou à cidade em meados dos anos 1950, precisamente em junho de 1957, para assumir a direção do Departamento Regional do SENAI, logo fez-se de casa. Assumiu a cidade como sua e passou a ser voz ouvida em todas as ocasiões. Com a fundação do Diário da Borborema, passou a integrar o seu corpo de jornalistas.

Entretanto, Stênio Lopes, ao deixar o Ceará, sua terra natal, deixou também uma história. Ele integrou o Grupo Clã que, nos anos 1940, representou a renovação da literatura cearense. Portanto, ele é referência necessária ao tratar-se da literatura do Estado do Ceará.

O Grupo Clã, responsável, em grande parte, pela literatura cearense nos últimos trinta anos, procurou, por todos os meios, criar em Fortaleza um clima cultural em que escritores e artistas pudessem atingir status profissional e recebessem, ao lado de vantagens pecuniárias, o estímulo necessário à produção literário. É inegável que houve uma tênue transformação, sobretudo através do prestigiamento social de prosadores, poetas e artistas, mas a literatura é, ainda, um áspero ofício. (BENEVIDES, 1976, p. 10).

O Grupo Clã foi fundado em 1943 e reuniu, no Ceará, os escritores que, depois, viriam integrar a chamada Geração de 45 do Modernismo. Vários livros, realizados individualmente ou em conjunto, foram publicados, assim como a revista do Grupo. Segundo os historiadores da literatura cearense, o Modernismo consolidou-se no Ceará por meio do movimento *Clã*, que congregou diversos escritores renomados cearenses: Moreira Campos, João Clímaco Bezerra, Antônio Girão Barroso, Aluísio Medeiros, Otacílio Collares, Artur Eduardo Benevides, Antonio Martins Filho, Braga Montenegro, Manuel Eduardo Pinheiro Campos, Fran Martins, José Camelo Ponte, José Stênio Lopes, Milton Dias, Lúcia Fernandes Martins e Mozart Soriano Aderaldo, entre outros. (BENEVIDES, 1976).

A atuação de Stênio Lopes não se limitou à direção do Departamento Regional do SENAI, foi mais além. Firmou-se como assessor privilegiado da Presidência da FIEP e voz ouvida, inclusive, pelos Governadores do Estado, quando o assunto referia-se a Campina Grande.

Quem ocupa a posição de Diretor do SENAI, chega numa posição de certa evidência e tem alguns contatos; com prefeito e entidades de classe, a gente faz parte da Federação das Indústrias, então eu me relacionei muito bem com os industriais da época, me tornei até amigo do prefeito da época, que era Elpídio de Almeida, com Lopes de Andrade, Edvaldo do Ó, José Paulino Costa Filho, José Gaudêncio de Brito, era uma turma jovem muito interessante e eu fiquei bem relacionado com eles todos, outra coisa que me ajudou muito, em 1958 o Assis Chateaubriand resolveu fundar um jornal em Campina Grande, o Diário da Borborema. (LOPES, 2004).

Embora sua chegada a Campina Grande ocorra quando a Escola Politécnica já está fundada, sua condição de intelectual com formação em letras clássicas pelo famoso Caraça de Minas Gerais e pelo Seminário Lazarista de Petrópolis, conforme narra em entrevista prestada ao Projeto Memória: ciência e tecnologia em Campina Grande (2004), permitiu-lhe assimilar o projeto e dar-lhe seu decisivo e constante apoio.

Em 1958, em Fortaleza eu trabalhava no SENAI e trabalhava num jornal também, então veja a coincidência, quem veio fundar o jornal, quer dizer fazer o jornal funcionar foi o meu editor lá de Fortaleza onde eu trabalhava, chamava-se O Diário, Jornal dos Diários Associados, quando ele soube que eu estava aqui em Campina Grande; mas rapaz isso é uma beleza você vai trabalhar conosco aqui, então o jornal Diário da Borborema foi fundado na base de Epitácio Soares, Lopes de Andrade, e o Nilo Tavares e esse rapaz inesquecível Felizardo Montalverne, veio aqui abrir o jornal, mostrar como era que funcionava, explicar tudo, e foi embora para Fortaleza e eu fiquei no jornal, isso me fez relacionar muito bem, até que eu cheguei a conhecer Lynaldo que na época era professor da Escola Politécnica, não era diretor ainda, ele era Secretario de Obras da Prefeitura Municipal de Campina Grande, engenheiro recém formado, muito trabalhador, era professor na Politécnica. Me relatei com toda aquela turma, inclusive Lynaldo, foi fácil o relacionamento, eu só entrei na Universidade em 1964 como professor contratado por Lynaldo que já era Diretor. (LOPES, 2004).

Como o próprio Lopes (2004) salienta a condição de Diretor do Departamento Regional do SENAI dava-lhe uma representatividade muito grande. A posição que ocupava no organograma da Federação das Indústrias, a sua formação intelectual e a sua inteligência faziam-no pessoa importante. Logo fez contato com os próceres da Escola Politécnica e com eles interagiu positivamente.

Lopes de Andrade, Edvaldo do Ó, Zezé Marques, todo aquele pessoal, Josemir de Castro uma figura impressionante e o diretor Antônio Moraes, que na época também era Diretor do Departamento da Produção Mineral em Campina Grande, esse pessoal todo, a gente vai conhecendo e eles viram logo no SENAI uma possibilidade de ajuda a Lynaldo, não era Lynaldo ainda, era o Moraes e o Zezé Marques, que eram as pessoas mais influentes, o SENAI de vez em quando dava algum tipo de ajuda a Escola Politécnica.

.....

Por exemplo, nós tínhamos uma pequena unidade do SENAI em Rio Tinto e o Estado da Paraíba era proprietário de uma mata lá, então toda a madeira da Escola Politécnica foi tirada de lá da mata com o auxílio das estruturas do SENAI, de marcenaria, muita coisa que precisava na época da construção do prédio de Bodocongó, qualquer auxílio de mecânica, marcenaria, eles contavam com o SENAI e a gente ajudava. (LOPES, 2004).

Houve, pois, um apoio militante ao empreendimento que encontrou em curso. Não somente intelectual, através de seus textos publicados no Diário da Borborema, mas, igualmente, material, na condição de Diretor do SENAI, como pode-se observar de seu depoimento.

Todavia, o que é mais importante no depoimento de Lopes (2004) é a revelação de que um grupo de intelectuais³³ reunia-se, diariamente, na sede da Federação das Indústrias para pensar o futuro de Campina Grande, estabelecer metas e traçar estratégias para alcançá-las. Convém salientar que entre os fundadores da FIEP, em 1949, estão José Marques de Almeida Júnior, que foi eleito vice-presidente, e Giuseppe Gióia, que era presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil de Campina Grande, os dois estão entre os fundadores da Escola Politécnica e compõem o quadro docente da Escola em seu nascedouro.

Esse tema, progresso de Campina Grande, para onde ia Campina Grande, o que se podia fazer para o futuro de Campina Grande, isso era uma coisa muito importante e as figuras principais eram: Lynaldo Cavalcante, Luis Almeida, irmão de Átila, José Lopes de Andrade, que se chamava sociólogo, Edvaldo do Ó, de todos era o mais barulhento, José Paulino da Costa Filho, que veio para cá como chefe da Agência de Estatística do IBGE, tornou-se professor e depois foi diretor da FACE, e alguns industriais muito dinâmicos, entre os quais um chamado Clovis Mato Sá, de Cajazeiras, eu não podia esquecer de Josemir Camilo, Zezé Marques, a gente se reunia para discutir, o centro das discussões era, normalmente, no edifício da FIEP que funcionava lá na Associação Comercial. (LOPES, 2004).

Acrescentando, ainda, que

(...) no fim da tarde normalmente a gente se reunia e escrevia aquelas idéias todas através do Diário da Borborema, a coleção do Diário da Borborema desta época é muito interessante, essas discussões acabavam se refletindo em artigos ou do Lopes de Andrade que era diarista, quer dizer cronista

³³ Aqui chamo a atenção para o conceito gramsciano de intelectual, que não se resume apenas ao erudito, mas, também, se refere àqueles cujo mister implica alguma elaboração de natureza intelectual. Neste sentido, os professores e os profissionais liberais em geral são intelectuais.

permanente, através de mim, sobretudo nós dois, e Nilo Tavares. A gente discutia muito, chegava a imaginar em um dia formar um grupo para projetar, imagine em 1960, projetar Campina Grande ano 2000, a gente pensava nisso, uma coisa distante lá naquele fim de mundo, mas a gente não pode esquecer que essa discussão descia para o corpo discente, sobretudo os alunos da Faculdade de Educação, tinha Iara, Lenilda e também da Faculdade de Serviço Sociais, havia esses quatro núcleos; Faculdade de Ciências Econômicas, Faculdade de Serviços Sociais chamava-se Faculdade de Filosofia, naquela época com curso de Educação e História, Geografia e etc. e a Escola Politécnica, de certa maneira o pessoal da Politécnica era quem liderava essa discussão, mas contando com os industriais, os industriais sempre foram muito inquietos, progressistas, era impressionante, imagina que em 1949 criaram uma Federação de Indústrias aqui em Campina Grande, fizeram o sindicato, organizaram o sindicato de acordo com a legislação e fundaram a federação, era um pessoal muito dinâmico. (LOPES, 2004).

O que flui do depoimento de Lopes (2004) é que o ensino superior e a constituição de um campo científico-tecnológico em Campina Grande não foram obra do acaso. Não resultam de meras coincidências. Pelo contrário, constituem o fruto da atuação consciente das elites campinenses, secundada por um grupo de intelectuais, perfeitamente, identificável. Por outro lado, essa intelectualidade é constituída pelo que Gramsci (1978) denomina intelectuais orgânicos, cujo pensar pauta-se pelos interesses da classe a que se ligam e volta-se para a solução de problemas práticos.

Não é o que ocorre, por exemplo, em João Pessoa, onde os vínculos orgânicos dos intelectuais com os estratos burgueses ligados à agroindústria são fluidos. Ali há uma intelectualidade diferente da de Campina Grande.

Em João Pessoa não, João Pessoa era uma cidade de alta cultura e inteligência, José Otávio de Arruda Melo retrata o que era João Pessoa num livro recente dele, “Nos Tempos de Felix Araújo”, seria muito interessante a senhora passar a vista nesse livro, João Pessoa possuía um clima acadêmico, de pensar em socialismo, política universal, as influências da guerra de 1944. O nível intelectual de João Pessoa era muito mais elevado. Nesse tempo existiam poucas indústrias em João Pessoa, havia o grupo Matarazzo, fábrica de cimento, fábricas de bebidas, poucas indústrias tanto que não havia nem sindicatos. Era uma cidade muito interessante do ponto de vista da

efervescência literária e política, sobretudo a política paraibana partia tudo de lá. (LOPES, 2004).

Em Campina Grande, há um movimento que leva à administração municipal os quadros intelectuais mais expressivos da cidade. Foi assim a partir da redemocratização de 1945 e a eleição de Elpídio de Almeida para Prefeito Municipal, em 1947. Desde então, houve a presença de intelectuais como Lopes de Andrade, Eptácio Soares, Lymaldo Cavalcanti, Edvaldo do Ó, Stênio Lopes, Austro de França Costa, entre os administradores do Município. Esses intelectuais são, igualmente, professores universitários. De certa forma, a Escola Politécnica faz-se presente na gestão do Município. Esses intelectuais são os arautos do campo recém-formado.

CAPÍTULO IV

OS TROPEIROS PRODUZEM CONHECIMENTO

§ 1º O Governo de Elpídio de Almeida e a FUNDACT

Para compreender Campina Grande nos anos de 1950 há que se compreender, antes de tudo, o processo eleitoral que levou o médico Elpídio de Almeida ao comando da Prefeitura Municipal, em 1947. Em outras palavras, é necessário desvendar, por traz do cipoal das aparências, os nexos que se estabeleceram no campo político para expressar as acomodações sociais necessárias ao pleno desenvolvimento das potencialidades da cidade.

De fato, em Campina Grande, já o assegurava Câmara (1943, p. 69), a política toma caminhos os mais estranhos. Como no Império, onde os membros do Partido Liberal eram conservadores, a política campinense seguiu pregando peças. O advogado Argemiro de Figueiredo que, em 1929, conforme relata Sylvestre (1982, p. 67), rompeu com seu pai e seu irmão para apoiar a Aliança Liberal, após a redemocratização de 1945 segue caminho diverso.

Vitoriosa a Revolução de 1930, embora tenha perdido o mandato de deputado estadual, conquistado nas eleições, Argemiro de Figueiredo transformou-se na principal liderança liberal da região polarizada por Campina Grande. Em 1932, foi nomeado Secretário do Interior e Justiça pelo Interventor Gratuliano de Brito. Em virtude da reformulação administrativa e política decorrente da Constituição de 1934, foi eleito Governador e com o Golpe de Estado 1937, que implantou o Estado Novo, foi transformado em Interventor, permanecendo à frente dos destinos da Paraíba até 1940.

Tinha, pois, vínculos com o esquema político que empalmou o poder em 1930 e que era, nacionalmente, representado por Getúlio Vargas. Após a redemocratização, entretanto, filia-se à União Democrática Nacional, ferrenha adversária de Getúlio e porta-voz do ideário do liberalismo clássico.

Por ocasião das eleições municipais de 1947, lança candidato a prefeito de Campina Grande seu cunhado Veneziano Vital do Rego, vinculado por laços de parentesco à oligarquia dos Heráclio do Rego, com atuação em Surubim, no vizinho Estado de Pernambuco. A revolta no interior da própria UDN, partido liderado por Argemiro de Figueiredo, levou à cisão. Não somente no seio do partido. Familiares de Argemiro, como seu irmão Acácio Figueiredo, romperam e decidiram-se pelo apoio ao candidato da Coligação Democrática Campinense, reunião de pequenos partidos encabeçada pelo minúsculo Partido Social Democrático, que lançou a candidatura do médico Elpídio de Almeida. O artífice da engenharia política foi Felix Araújo, jovem liderança nascente e comunista militante. O principal partido do esquema coligado era o Partido Social Democrático, pelo qual fora eleito senador Getúlio Vargas.

Pode-se dizer que Argemiro de Figueiredo, embora ainda jovem, era um líder às antigas conforme ele mesmo narra em entrevista prestada ao Diário da Borborema, edição de 17 de abril de 1974 (SYLVESTRE, 1982), a estruturação da UDN no Estado da Paraíba tinha um caráter personalista e oligárquico.

Julgando pesado o meu trabalho e responsabilidade, dividi o estado em três zonas de influências, escolhendo para chefia de cada uma delas pessoas de maior mérito e confiança pessoal. Chefiava assim os municípios do Alto Sertão o atual Ministro João Agripino, deputado Federal na época. A outra parte do Sertão e outros municípios ficaram sob a chefia do então Deputado Federal Ernani Satyro e a zona do Brejo até João Pessoa sob minha direção pessoal.

.....

Com esse critério de organização saíam, principalmente para a Câmara Federal, candidatos ilustres e honrados. Basta salientar que as duas correntes atualmente da ARENA, a de João Agripino e Ernani Satyro, são frutos dessa velha orientação. E o mérito de Ernani Satyro e de João Agripino é indiscutível na vida paraibana. A disciplina que então mantinha o meu Partido era de tal forma rigorosa, que os candidatos escolhidos não podiam intervir uns nas áreas dos outros. Como exemplo, certa vez, examinando os resultados de um pleito, verifiquei que, violando o estilo adotado eu obtivera em Catolé do Rocha um voto para Deputado Federal. Esse voto causou-me estranheza e por que não dizer, envergonhou-me, pois dava a entender que eu solicitara votos para mim em zona de outro companheiro. Encontrei-me, dias depois, com João Agripino a quem fui declarando que não havia solicitado tal voto e que aquilo me causava estranheza e vergonha, já que ele sabia do interesse que eu tinha em manter a rígida disciplina adotada. João Agripino, serena e firmemente, respondeu-me rindo:

— Não houve indisciplina. Aquele voto fui eu quem lhe deu numa homenagem a você. (SYLVESTRE, 1982, p. 79).

Argemiro de Figueiredo sempre representou os interesses das camadas sociais vinculadas à aristocracia agrária. De fato, sua atuação enquanto Governador do Estado esteve voltada para o incremento das atividades agrícolas. A industrialização não se colocava no horizonte de seus ideais. Por isso mesmo, manifestou-se reticente, senão contrário, à criação da SUDENE.

A Coligação Democrática Campinense foi vitoriosa. Seu programa, muito simples, encontra-se expresso no panfleto que convocou o comício de encerramento da campanha.

És uma grande cidade, entretanto, tens poucas escolas primárias, não tens Biblioteca, não tens um Pronto Socorro, não tens Luz Elétrica, nem força para tua indústria, não tens assistência à Criança cujo índice de mortalidade é apavorante e de causar tristeza...

Precisas reagir Campina, a oportunidade chegou, de colocares à frente de teus destinos um Prefeito capaz de administrar, moralizar (sic) e conservar teu patrimônio. (SYLVESTRE, 1982, p. 170).

Embora pela negativa, esse pequeno “programa” revela a composição social das forças componentes da Coligação Democrática Campinense. Sylvestre (1982) dá conta das lideranças e partidos políticos que compunham a aliança.

Embora pequeno, em relação à pujança da UDN, o partido base da Coligação era o PSD. Com um deputado federal da terra (José Joffily) e um estadual (Octávio Amorim), nele pontificavam figuras como Hortênsio Ribeiro, Antonio Coutinho, Artur Vilarim, Joaquim Amorim, Pedro Aragão, Manoel Souto, Nestor do Couto, Antonio Tancredo de carvalho, Pedro Sabino, Josino Agra, Genaro Cavalcanti, Luiz Marcelino, Raimundo Alves da Silva, Roldão Mangueira, Elísio Nepomuceno, Elias Mota, Luiz Gil, José Gregório, Francisco de Almeida Castro, Edésio Silva, Luiz Soares, Jovino Sobreira, Guilherme Joffily, Antonio Rodembusch.

Eram comerciantes, profissionais liberais, funcionários públicos, todos abnegados pelo partido, mas sem muitos votos.

A outra força de expressão era a “ala” americista da UDN. Os dissidentes que deixaram Argemiro e lançaram a candidatura de Elpídio de Almeida.

Seus principais integrantes eram o próprio Elpídio, o Senador Vergniaud Wanderley, o Deputado Federal Plínio Lemos, O Deputado Estadual Antonio Cabral, os Srs. Severino Cabral, José Cavalcanti de Arruda, Agripino Agra e até certo ponto, o Dr. Acácio Figueiredo. Na realidade, este não se envolveu diretamente na campanha.

.....
Integravam ainda, a Coligação, O Partido Socialista Brasileiro, parte do Partido Trabalhista Brasileiro, o Partido de Representação Popular, sob o comando do capitão Eduardo Aguiar Ellery e, completando essa verdadeira salada ideológica, também participavam da CDC, os comunistas, cujo partido havia sido extinto, mas continuavam arregimentando atuantes, O apoio comunista, aliás, era proclamado em letras garrafais pelo órgão que representava a orientação pecebista na Paraíba — o *Jornal do Povo*. (SYLVESTRE, 1982, p. 111/112).³⁴

Tomando posse no cargo alcançado, Elpídio de Almeida fez um governo modernizador, o que lhe deu condições de surgir nas eleições estaduais de 1950 como um grande eleitor, sendo eleito Deputado Federal com expressiva votação. Nestas eleições,

³⁴ A União Democrática Nacional (UDN) estruturou-se na Paraíba através de “alas”, conforme já salientado pelo próprio Argemiro Figueiredo em sua entrevista ao Diário da Borborema (SYLVESTRE, 1982, p. 79). O que Argemiro não disse é que na zona liderada por ele havia outra “ala”, a de José Américo de Almeida. Esta representava, de fato, o pensamento udenista *tout court*.

saiu vitorioso José Américo de Almeida, que venceu Argemiro de Figueiredo, candidato adversário, em sua própria cidade por expressiva votação. O esquema político que levou Elpídio de Almeida à Prefeitura de Campina Grande foi reproduzido em nível estadual, como Coligação Democrática Paraibana, e saiu-se vitorioso. Esse fato, explica a atitude condescendente de José Américo no que tange à reivindicação campinense de criação de uma Escola Politécnica, afinal atendida.

Em 1951, as forças da Coligação Democrática Campinense arregimentam-se, mais uma vez, e enfrentando o próprio Argemiro de Figueiredo, elegem Prefeito de Campina Grande Plínio Lemos.³⁵ No ano seguinte, 1953, o principal mentor da Coligação Democrática Campinense, Félix Araújo, rompe com o Prefeito Plínio Lemos e, na sequência, com o próprio Governador do Estado.

As divergências frontais do vereador Félix Araújo com o Prefeito Plínio Lemos começaram quando o dirigente do município tentou realizar um empréstimo, de cuja fundamentação e destinação Félix discordou, e culminaram com a análise das contas da Prefeitura relativas ao exercício de 1952.

Nessas contas, Félix teria encontrado irregularidades que passou a analisar, junto com a bancada de Oposição na Câmara, passando daí aos discursos na tribuna, reclamações à imprensa e comentários nas “rodas” de conversações políticas. (SYLVESTRE, 1982, p. 341).

O clima tornou-se tenso, culminando com um atentado perpetrado em 13 de julho de 1953 por um dos guarda-costas do Prefeito Plínio Lemos, João Madeira. Gravemente ferido no episódio, Félix Araújo veio a falecer no dia 27 de julho de 1953. Foi grande a comoção popular. O incidente serviu para distanciar o ex-prefeito Elpídio de Almeida do

³⁵ Nessas eleições o marco a salientar é o apoio do Partido Comunista a Argemiro de Figueiredo. Na eleição anterior, o candidato de Argemiro, Veneziano Vital do Rego, tentara o apoio dos comunistas. Argemiro, porém, foi contrário e o ajuste não prosperou.

Governador do Estado e aproximá-lo de Argemiro de Figueiredo, cuja candidatura a senador apoiou nas eleições de 1954.³⁶

As eleições municipais de 1955 vieram encontrar Elpídio de Almeida e Argemiro de Figueiredo unidos. Esse rearranjo levou ao rompimento de Argemiro de Figueiredo com seu cunhado Veneziano Vital do Rego, que passou a acompanhar Severino Cabral. O candidato a Prefeito foi Elpídio de Almeida, tentando um novo mandato. Conseguiu.

A recomposição dos interesses de classe levou a uma reconfiguração do quadro político, demarcando os campos de tal forma que nos anos seguintes, mesmo durante o período autoritário (1964-1985), o embate sempre opôs uma visão modernizante ligada aos setores mais avançados da cidade àquela vinculada aos interesses das camadas agrárias da sociedade campinense.

O segundo governo de Elpídio de Almeida traz para a administração pública municipal as principais lideranças da campanha pela criação de escolas de ensino superior em Campina Grande. Edvaldo de Souza do Ó passou a ocupar a Diretoria de Educação e Cultura, José Lopes de Andrade, ocupou o cargo de Assessor da Prefeitura, e um jovem engenheiro recém formado pela Escola de Engenharia de Pernambuco de volta a Campina Grande, Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, ocupou a Diretoria de Viação e Obras Públicas.

(...) Elpídio (...) era um médico (...). Um médico que nunca tinha feito política, não tinha nenhuma ligação pessoal a não ser remota... (ele era parente de Zé Américo) (...) Eu nasci nas mãos de Elpídio (...). Quer dizer, (...) ele (...) atendia no consultório todo mundo, era uma pessoa íntegra, pobre (...). Era médico, tinha só acho que a casa e um carro. Então Elpídio foi convidado para reagir contra uma escolha feita por Argemiro Figueiredo de um cunhado para ser Prefeito, que era um fazendeiro sem nenhuma tradição também política e até com um conceito de que era uma pessoa... mais uma espécie de Coronel (...) E Elpídio se candidatou e ganhou (...) Foi uma eleição muito renhida. Ele foi eleito e assumiu, sem maiores conexões,

³⁶ Essa aproximação política foi facilitada pela aproximação familiar. O filho de Elpídio de Almeida, Orlando Almeida, casou-se com a filha de Argemiro Figueiredo, Iara Figueiredo.

apoiado por algumas correntes políticas (...). Assumiu e... era uma pessoa que para Campina Grande na época, quer dizer, médico, formado certamente, nem me lembro se foi formado no Rio ou se foi formado em Recife; era uma pessoa que tinha um nível cultural alto (...). E que montou uma equipe de técnicos, com poucas concessões políticas (...). Essa eleição foi em 47, foi a primeira eleição dele como Prefeito, em 47 foi que aconteceu isso. Então ele foi prefeito de 47 a 51, desta forma (...). Com uma eleição muito disputada, conseguiu derrotar a oligarquia do Argemiro, assumiu, fez uma gestão muito produtiva, com várias obras marcantes (...). Inclusive, tem até uma Maternidade Elpídio de Almeida, que até hoje existe com outro nome e depois ele foi Deputado Federal (...). Em 55, ele volta a se candidatar e aí é eleito pela segunda vez; o segundo governo é que eu justamente participei (...) (ALBUQUERQUE, 2005).

O ensino primário e a alfabetização eram questões que estavam na ordem do dia de qualquer administrador municipal naquele momento. Todavia, a cidade requeria cuidados com o ensino superior já intuído, senão percebido, como instrumento de progresso. Do Ó (1994), relata como foram enfrentados os problemas do ensino superior na cidade.

Foi eleito prefeito de Campina Grande, pela segunda vez, Elpídio José (sic) de Almeida, que sucederia Plínio Lemos na Prefeitura Municipal campinense.

Inicialmente, fui convidado para dirigir a Pasta da Administração e, naquele momento, ele me disse que eu seria também o titular da Educação do Município. Quando fui convidado para dirigir a Escola Técnica de Comércio de Campina Grande, nesta oportunidade também sendo auxiliar de Elpídio no setor de Educação, comecei a sentir que a Faculdade de Filosofia de Campina, da qual, naquela época, a pedido do próprio bispo diocesano, procurava conseguir verbas federais, passei a pensar seriamente que o Município tinha que tornar realidade duas faculdades que o então prefeito Plínio Lemos tinha deixado criadas e que a Escola Técnica por mim administrada deveria sediar inicialmente a Faculdade de Economia e a Escola de Arquitetura e Urbanismo (DO Ó, 1994, p. 27).

O Prefeito, porém, entendia que não era tarefa do Município cuidar da educação superior.³⁷ Muito embora compreendesse o papel que a educação superior poderia desempenhar para o desenvolvimento de Campina Grande, via-se subjugado ao comando constitucional que atribuía ao Município a função de cuidar do ensino primário. Por outro lado, a alfabetização de adultos incluía-se no rol de responsabilidades dos Municípios e constituía naquele momento, mais do que hoje, tema palpitante e injunção imediata para qualquer administrador público (DO Ó, 1994, p. 27).

A solução deveria ser buscada em outra dimensão. Este era o problema a ser enfrentado e que implicava respostas criativas. Do Ó (1994) narra em cores vivas e, claro, lançando os holofotes sobre sua própria pessoa, como a solução foi encontrada.

Um dia, preocupado com o assunto, passei a pensar seriamente com o Chefe de Gabinete do Governador, José Lopes — o homem que estava ligado à luta pelo ensino superior em nossa terra — para fazer funcionar as escolas criadas pelo prefeito anterior, que só existiam no papel; que elas chegassem a se tornar realidade. Com o exemplo da Bahia, onde fora criada uma fundação para o desenvolvimento da ciência e da técnica, concluímos que a criação de um órgão dessa espécie seria o caminho viável, tendo, então, Lopes de Andrade, pegado (sic) as minhas idéias, elaborado uma mensagem de lei, para ser encaminhada pela Secretaria da educação do Município, criando a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica – FUNDACT —, com a finalidade de utilizar recursos não somente para possibilitar a preparação de estudantes para os cursos superiores, como também para, se possível, manter escolas de nível superior na Rainha da Borborema (DO Ó, 1994, p. 28).

O Prefeito Municipal adotou a ideia com entusiasmo. Por um lado, a FUNDACT permitia que o Município continuasse a voltar suas vistas ao cumprimento de suas obrigações constitucionais com o ensino primário e, por outro, daria vigoroso impulso no apoio ao ensino superior, representado naquele momento pela Escola Politécnica, mantida

³⁷ É importante anotar, todavia, que, embora mantendo esta opinião, Elpídio de Almeida cria a FUNDACT, como será visto adiante, como instrumento importante para o apoio ao ensino superior, o que não deixa de constituir um paradoxo.

pelo Governo do Estado, e pela Faculdade de Filosofia de Campina Grande, mantida pela Diocese. A mensagem recebeu o nº 650/57, de 12 de dezembro de 1957, transformando-se na Lei nº 49, de 28 de dezembro de 1957.

Elpídio de Almeida não era contrário à implantação do ensino superior em Campina Grande. Apenas ele julgava ser obrigação indeclinável do Município cuidar da educação em nível primário, lamentando que o estado tão pouco se empenhasse em realizar nesse campo em Campina Grande. E foi com esse inigualável homem público que era Elpídio de Almeida, que Lopes de Andrade, Edvaldo de Souza do Ó e Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque conseguiram a criação da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica (FUNDACT), que tinha entre seus objetivos, o de promover o desenvolvimento do ensino superior na cidade (LOPES, 1989, p. 64)

Muito embora o papel de Edvaldo do Ó nas *démarches* para implantação e desenvolvimento do ensino superior em Campina Grande não possa ser descurado, convém ressaltar que a preocupação com ciência e tecnologia já estava no âmbito das cogitações de Lopes de Andrade, conforme evidencia o artigo datado de princípios de 1957, já referido (LOPES DE ANDRADE, 1957). Lynaldo Cavalcanti, em entrevista prestada ao Projeto Memória do CNPq, refere-se à FUNDACT nos seguintes termos:

O Prefeito Plínio Lemos, (...) saindo da Prefeitura em 55, (...) criou uma Faculdade de Ciências Econômicas, (...) mas não chegou a (...) funcionar (...) Elpídio de Almeida chegou e achou que não tinha cabimento a Prefeitura entrar em ensino superior (...) ele não instalou a faculdade, mas criou, em 57, a primeira fundação municipal de apoio à ciência e tecnologia (...) no Brasil, a FUNDACT – Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica. Eu era justamente, além de ser secretário dele, quer dizer da equipe dele, foi uma iniciativa mais ou menos articulada: minha, de Edivaldo do Ó e, diria até pra ser justo, Edivaldo do Ó, Lopes de Andrade e Lynaldo. Eu estaria em terceiro lugar e essa fundação foi criada e foi convidado o diretor da Escola Politécnica Antônio Morais para ser o presidente da fundação, até uma forma pra mostrar afinidade que teria a fundação com a Escola Politécnica (...) e eu fiz parte do Conselho Diretor desta fundação, que existiu de 57 até 1966 (...) (ALBUQUERQUE, 2005).

Conforme salienta o próprio Do Ó (1986, p. 14), a FUNDACT desempenhou papel fundamental para a implantação e desenvolvimento do ensino superior em Campina Grande. Do mesmo modo, é necessário salientar o apoio da comunidade ao empreendimento. A FUNDACT iniciou seus trabalhos em salas cedidas pela Livraria Pedrosa em seu edifício sede.

§ 2º O projeto dos pioneiros e Lynaldo Cavalcanti

Seria ilusão pensar que um grupo de técnicos reuniu-se em dado momento para criar uma Escola Politécnica sem que certa concepção do processo social animasse o pensamento de cada um deles. É certo que não havia uniformidade política, ideológica, sequer de crenças religiosas, mas algo de comum existia amalgamando o grupo. Esse algo deveria ser, em primeiro lugar, um compromisso com o progresso da cidade e, em segundo lugar, uma visão específica das funções da educação no seio de uma comunidade.

No início dos anos cinqüenta, um grupo de visionários percebeu ser necessária e importante para o desenvolvimento de Campina Grande e da PB a implantação de cursos de formação universitária... A criação da POLI, em outubro de 1952, foi um marco significativo na história de CG. Essa escola de engenharia foi a primeira instituição de ensino superior dessa cidade, iniciando suas atividades com o curso de Engenharia Civil, também uma iniciativa inédita no Estado da Paraíba.

A sua implantação transformou a cidade e provocou mudanças substanciais em vários setores: econômico, social, cultural, intelectual e urbano.

A POLI Acelerou o desenvolvimento de Campina Grande, e, com sua ampliação e a criação de outras instituições de ensino superior, transformou a cidade num Centro Universitário, a partir da década de 60 (DUARTE, 2006).

A essa visão comum chamo projeto. Esse projeto foi assimilado pela própria sociedade. Daí o engajamento da comunidade em tudo que dizia respeito ao ensino superior e à Escola Politécnica, em particular. Ademais, as próprias elites campinenses,

intelectuais, comerciantes e industriais, assimilaram, igualmente, esse projeto. Afinal, correspondia a seus interesses a instalação de escolas de ensino superior na cidade.

A experiência de ter na administração municipal, técnicos competentes foi sobremaneira exitosa no Governo de Elpídio de Almeida. O engenheiro Austro de França Costa, diretor de Viação e Obras Públicas, vinha realizando excelente trabalho na Prefeitura Municipal e era um dos principais entusiastas do ensino superior na cidade de Campina Grande.

Criada a Escola Politécnica, realizado seu primeiro vestibular, ficou claro que a nova escola veio para fazer a diferença. Dos vinte e seis candidatos inscritos somente seis alcançaram aprovação. Foi necessária a realização de novo concurso vestibular. Para o novo exame, concorreram quinze candidatos, resultando aprovados quatro.³⁸

A qualidade e o rigor no ensino eram objetivos dos fundadores da Escola Politécnica. Por outro lado, como já ficou explícito, havia por parte dos pioneiros uma grande preocupação em que a Escola Politécnica prestasse um serviço ao Nordeste, formando profissionais capazes de responder com presteza e competência aos reclamos da sofrida região nordestina. É o que consta do, já citado, requerimento datado de 29 de novembro de 1952, encaminhado ao Ministro da Educação, solicitando autorização para o funcionamento da Escola Politécnica.

Com efeito, na 7ª Reunião do Conselho Técnico Administrativo da Escola Politécnica da Paraíba, realizada no dia 08 de novembro de 1954, em seu primeiro ano de funcionamento, o Prof. Glauco Benévolo de Benévolo propõe a criação de uma nova disciplina no currículo escolar.

O professor Glauco Benévolo de Benévolo sugere a criação de uma cadeira com a finalidade DCE estudo especializado da região nordestina,

³⁸ Relatório do Inspetor Federal de Ensino ao Diretor do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, datado de 2 de maio de 1954, mantido no Arquivo Geral da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

cuja cadeira tomará a denominação de Engenharia das Regiões Áridas, Semi-áridas e, em particular do Nordeste, justificando a necessidade desse estudo e a vantagem advinda para o meio nordestino. Discutido o assunto ficou aprovado pelo Conselho a criação da cadeira sugerida, ficando designado o professor Glauco Benévolo de Benévolo para apresentar um anteprojeto de programa par a cadeira mencionada, para posterior estudo da Congregação desta escola e aprovação do Conselho Superior de Ensino.³⁹

A preocupação do professor Glauco Benévolo de Benévolo está em sintonia com o que diz o requerimento de autorização de funcionamento encaminhado ao Ministro da Educação. Naquele documento são elencados os problemas vividos pelo Nordeste e que seriam objeto de especial estudo. Na proposição discutida pelo Conselho Técnico Administrativo, esses problemas seriam enfeixados no seio de uma disciplina específica. O Nordeste, pois, era outro elemento componente do projeto dos pioneiros.

Nós pensávamos em criar, foi até aprovado, uma cadeira de engenharia das regiões áridas e semi-áridas. Nós justificávamos o seguinte: o engenheiro se forma nessa região e não sabe como viver, como tratar, como trabalhar na região árida e/ou semi-árida. Então o sujeito tinha aquela preparação, ele já sabia a mentalidade, o ponto de vista, o comportamento de um homem do campo. Aqui no Nordeste é diferente da mentalidade de um homem do campo lá em Minas Gerais, daí por diante, no Rio, ou coisa assim. E nós criamos. Foi proposto no Conselho Técnico, mas não conseguimos levar adiante porque o Conselho Nacional de Educação dizia “as cadeiras do curso de engenharia civil são as seguintes: primeiro aquilo, aquilo outro etc. e pronto.” Parava ali. Se você quisesse alguma coisa a mais, ou retirar, eles não aceitavam (MORAIS, 2006).

Por último, cite-se a especialização, como eram compreendidos os estudos pós-graduados, naquele momento. Também essa questão está contemplada no requerimento de 29 de novembro de 1952. A qualidade do ensino de graduação, seu nível de

³⁹ Ata da 7ª Reunião do Conselho Técnico Administrativo da Escola Politécnica da Paraíba, mantida no Arquivo Geral da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

aprofundamento, tem como horizonte os estudos posteriores, que seriam oferecidos pela Escola Politécnica da Paraíba.

Parece-me, assim, que esses elementos é que compunham o projeto original dos fundadores. Duas melhorias urbanas, a água do açude Epitácio Pessoa, e a energia elétrica de Paulo Afonso, contribuíram sobremaneira para a realização desses objetivos. Afinal, para isso é que a escola fora criada. A entrada em cena de Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque é decisiva para a implementação desse projeto.

Eu (...) me formei (...) no dia 11 de dezembro de 55 e tinha tomado posse na prefeitura em Campina Grande o Dr. Elpídio de Almeida em 30 de novembro de 55 e que, tomando conhecimento que eu tinha feito o curso (...), nós tínhamos amigos comuns (...), o fato é que eu recebi o convite pra ser o secretário (...), na época chamava-se Diretoria de Viação e Obras Públicas, (...). O salário era baixo, quer dizer era mais ou menos a metade do eu ganharia num órgão federal, mas era uma oportunidade de eu voltar (...) e como o próprio convite já dizia: não, a prefeitura não exige dedicação exclusiva, é só um turno, a não ser quando houvesse uma crise, uma solenidade, um compromisso oficial, essas coisas todas. Então eu aceitei, fui pra Campina e assumi no dia, se não me engano, no dia 22 de dezembro de 1955 essa diretoria e fiquei lá até 30 de Novembro de 59, quando o prefeito deixou a prefeitura, o prefeito Elpídio de Almeida, e estando em Campina, nós estávamos no processo de implantação da Escola Politécnica (...), porque ela foi criada em 52, mas só teve vestibular em 54, quer dizer a primeira turma entrou, foram 8 alunos que entraram no começo de 54, e o curso tava em implantação (...), muitos professores que tinham assinado como possíveis titulares de disciplinas, de cadeiras naquele tempo, que eram pessoas que moravam em João Pessoa e depois não demonstraram maior interesse, até porque os salários eram muito baixos, quer dizer, era uma escola estadual que foi criada por Zé Américo, e depois foi incorporada a outras faculdades estaduais que ele tinha criado prá criar a Universidade Estadual da Paraíba, em 55, quando ele estava saindo do governo (ALBUQUERQUE, 2005).

Complementando a informação, Albuquerque (2005) esclarece sua participação no processo de crescimento e consolidação da Escola Politécnica. Afinal, ele ingressa no corpo docente da Escola Politécnica, apenas, cinco anos após sua criação e antes da formatura da primeira turma de engenheiros.

Eu entrei pra prefeitura em dezembro de 55, comecei a dar aula em fevereiro de 57 (...). Porque foi quando... em 56 eu participei da comissão do vestibular (...). Eu fui convidado pela direção da Escola pra participar da comissão do vestibular. E depois em 57, já haviam me oferecido antes algumas cadeiras que eu não tinha afinidade, quando me ofereceram Concreto Armado e Estabilidade das Construções, eu aceitei (...). E aí comecei a dar aulas em 57, fevereiro, março; nomeado como catedrático interino pelo governador Flávio Ribeiro Coutinho que logo depois morreu. E fui enfrentar os alunos um pouco na base da cara e da coragem (...) (ALBUQUERQUE, 2005).

Assim, ao vincular-se à Escola Politécnica, Lynaldo Cavalcanti passa a exercer um papel de liderança. Menos porque tivesse carisma e muito porque abraçou de forma decidida o projeto dos fundadores. Ele próprio narra como foi sua inserção no âmbito do ensino superior.

Eu era ambicioso, com a Escola Politécnica eu era ambicioso. Eu queria fazer da “escolinha de Campina Grande” como era chamada pelos cearenses e pernambucanos, uma Escola. Uma Escola que fosse respeitada, que tivesse conceito, que tivesse qualidade, que tivesse professores qualificados, que tivesse pesquisa, tivesse tecnologia, tivesse relação com a indústria. Esse era meu sonho, era um sonho maluco e na época a Escola Politécnica era uma escola medíocre formada por engenheiros pegados no meio da rua, tudo engenheiro civil, pegados no meio da rua pra ensinar tudo quanto era matéria... (ALBUQUERQUE, 2005).

De resto, em Lynaldo Cavalcanti o projeto dos pioneiros encontra ressonância e alguém capaz e com coragem suficiente para arrostar todas as dificuldades que, porventura, aparecessem no caminho para a sua realização. Não foram poucos os obstáculos a serem enfrentados. O principal deles, o preconceito com que a Escola Politécnica era encarada seja pela Escola de Engenharia de Pernambuco, antiga, quase centenária, seja pela Escola de Engenharia do Ceará, também bastante antiga, seja, afinal, da comunidade científica nacional, e dos setores administrativos do Ministério da Educação e Cultura, que sequer sabiam onde ficava Campina Grande. De acordo com Albuquerque (2005), Gilberto Freyre chegou a

chamar a Universidade da Paraíba de “universidade da caixa-prego” e os cearenses diziam “a escolinha de Campina Grande”.

§ 3º O investimento na qualificação dos professores

O corpo docente que fundou a Escola Politécnica, embora oriundo, em sua grande maioria, da Escola de Engenharia de Pernambuco, tinha boa formação profissional, mas nenhuma qualificação para a docência. Este era um problema que, mais cedo ou mais tarde, deveria ser enfrentado. Lynaldo Cavalcanti enfrentou-o de duas maneiras. Primeiro, trazendo professores mais qualificados, seja do Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA, seja da Coordenação de Pesquisas, Projetos e Estudos – COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Depois, enviando alunos da própria Escola Politécnica, recém formados, para cursar mestrado em instituições do sul do país.

É eu ia... como eu não tinha pretensão e nem tinha cacife para, eu como diretor de uma escola do interior sem muito apoio do reitor que nem entendia o que eu estava fazendo, eu... eu prometer mais do que eu prometia, eu ia ao ITA não pegava professor, é evidente que eu não teria cacife para isso, pegava recém-graduados os melhores e porque a minha experiência me dizia o seguinte: um graduado do ITA na década de 60 era igual a um mestre da COPPE, eu trouxe... eu trouxe (ALBUQUERQUE, 2005).

No que se refere à formação dos docentes da Escola, Lynaldo Cavalcanti investiu, como já dito, nos alunos recém formados da própria Escola Politécnica, antecipando-se à própria CAPES, criando um PICD. É o que ele diz aos seus entrevistadores do CNPq.

A CAPES (...), eu consigo abrir a porta da CAPES em 65 quando eu criei um PICD da escola Politécnica, foi o primeiro PICD da história do Brasil, eu acho, eu criei um PICD, consegui convencer 6 engenheiros recém- formados a fazer pós-graduação em engenharia civil porque era o único curso que a gente ainda estava mais ou menos... (ALBUQUERQUE, 2005).

Entretanto, isto não bastava. Era necessário profissionalizar os professores. Em outras palavras, sem ter professores em regime de tempo integral e dedicação exclusiva não havia como pensar em pesquisa.⁴⁰

Bem (...), houve um sopro de renovação na Escola Politécnica em 57, 58, mas, eu acho que mais em 58, quando aparece lá um cidadão chamado Ernesto Luiz de Oliveira Júnior, não sei se fiz referência a ele da outra vez, é... esse cidadão era professor do ITA (...) e (...) criou a COSUPI – Comissão Supervisora do Plano dos Institutos – até o nome é um pouco esclarecedor, (...) Comissão Supervisora do Plano dos Institutos, que institutos eram esses? Mas na cabeça dele eram institutos tecnológicos que ele... como ele era membro do ITA, o instituto tecnológico pega esse nome de escola de engenharia, então era uma Comissão Supervisora do Plano das Escolas de Engenharia. Vamos dizer, que o que ele estava fazendo era isso, era técnico de procurar as escolas de engenharia, recém-criadas, ainda nascentes e ainda precárias do Norte e Nordeste e dar um suporte direcionado que não passasse pelos crivos do CNPq, CAPES que já eram crivos razoáveis (...) Quer dizer, pioraram muito ao longo dos anos (...). Os elitismos, os elitismos dos cientistas do Sudeste matam, aí uma iniciativa do Piauí, até hoje estão matando aí (...). Chega aqui morre lá, no Comitê Assessor, então é... chegava lá um cidadão com uma pasta dizendo: “Eu sou presidente da COSUPI, um órgão federal e tenho aqui um dinheirinho, que é feito diretamente, (...), negociado diretamente Escola-COSUPI, e... eu posso... eu pago despesas de equipamento mínimo para laboratórios, para matérias básicas, física, química, ciências de... principalmente, bio... física e química (...), engenharia, um pouco de resistência dos materiais, talvez, é... hidráulicas, não sei se chegou a isso, é... pago monitores, pago livros, técnicos e... e pago professores em tempo integral. Os professores que já estão aqui, que sejam considerados pela Coordenação como pessoas que estão a fim de assumir um tempo integral e dedicar exclusivamente e, conseqüentemente, aprofundar os estudos e tudo, e orientar aluno, etc., e ou professores que eu sugiro que vocês procurem no ITA.” Ele fez isso em Maceió, em Campina Grande, em João Pessoa, em Fortaleza e em Belém. Ele fez isso, se fez no Centro-Oeste eu não sei, eu acho que não porque Goiás eu não sei se ele integrou... se integraram Goiás nessa época, estava Brasília em construção (...). Então ele foi e... isso a Politécnica, além de ter colocado em tempo integral uns três professores, dois ou três professores que já estavam lá, que passaram de professores estaduais para serem pagos pela COSUPI, ganhando 10 vezes mais... 10 vezes mais, passava de 5 mil reais... cruzeiros para 50 mil cruzeiros por mês. É... nós trouxemos do ITA três professores (...). Todos da área de física (...). O Átila Almeida, que era paraibano, mas tinha se formado na (...) Escola Nacional de Filosofia (...) em física (...) foi contemporâneo, acho que, inclusive, de vários físicos famosos (...). Ele era professor do ITA

⁴⁰ Embora nas décadas de 1940 e 1960 vários professores brasileiros tenham-se deslocado para a Europa e os Estados Unidos em busca de qualificação, principalmente no campo da física, da matemática e das ciências naturais, o regime de tempo integral e dedicação exclusiva constituía uma espécie de tabu. Seja em virtude de uma tradição que remontava às escolas profissionais do século XIX, segundo a qual médicos, engenheiros e advogados acumulavam vários empregos com o magistério superior. Seja porque durante o Estado Novo foi estendida ao ensino superior a regra geral aplicada a todo funcionalismo de proibição de acumular cargos públicos.

na época (...) e teve a oportunidade de voltar à Paraíba (ALBUQUERQUE, 2005).

Assim, os primeiros professores oriundos do ITA foram José Ivan Carnaúba Aciolly⁴¹, Mário Toyotaro Hattori e Átila Augusto Freitas de Almeida. Os dois primeiros recém formados e o último, professor daquela instituição. Todavia, após a federalização da Universidade da Paraíba, os problemas ainda persistiam. Em dramático ofício encaminhado ao Reitor da UFPB, datado de 08 de abril de 1970, a par de afirmar que esses três professores estavam em regime de tempo integral e dedicação exclusiva desde 1968, ocupando cargos de chefia, solicita autorização para que fosse concedido “um aumento provisório para os citados professores, até a implantação do novo regime”.⁴² Informa, ainda, que o pedido de contratação desses professores como RETIDE fora formalizado em 1967.

Na mesma época, foi contratado em 1967, no Rio de Janeiro, o professor Edson Roberto Cabral da Silva, quando fazia mestrado na COPPE na época. Em depoimento ao Projeto Memória ele relembra quais professores vieram com ele na mesma época.

Quando eu cheguei, tinha sido formado a primeira turma de Engenharia Elétrica, eu ensinei a segunda turma que se formou, o Departamento estava em formação, não havia propriamente o Departamento de Engenharia Elétrica, os professores que chegavam, uns cinco professores mais ou menos de fora da Paraíba. Eu vim diretamente do Rio de Janeiro para cá, ainda sem terminar meu mestrado. Vieram os professores do ITA, vieram comigo naquela época os professores: Evandro Emilio Mariano da Rocha de Souza Lima, o professor Ivan Carnaúba Accioly (hoje está em João Pessoa no CEFET), e o professor Mário Toyotaro Hattori que depois de dedicou a parte de computação, o professor Nakano Hiroshy, e o professor José Querli que tinha se formado em Pernambuco, que depois se vinculou em João Pessoa. Esse foi o grupo que chegou comigo naquela época. estudei em Recife. Me formei na Escola Politécnica da antiga Universidade Católica hoje SESC. Em 1965 fiz meu mestrado. Iniciei meu mestrado em 1966 terminei minha dissertação em 1968, na COPPE da Universidade Federal do Rio de Janeiro, naquela época Universidade do Brasil. Fiz doutorado na França entre 1969 e

⁴¹ Em 1971, o Prof. José Ivan Carnaúba Accioly foi liberado para cursar mestrado na University of Waterloo, Canadá, defendendo a Dissertação “A Background Music System”, em 1974.

⁴² OF. EPUPFP/S/344/70, mantido no arquivo geral da Universidade Federal da Paraíba – UFPB

1972 na Universidade de Poitiers em Toulouse (França), e cheguei em Campina Grande com doutorado. Cheguei em Campina Grande em 1967, tive uma saída ainda aqui na universidade fiz o pós-doutorado na Universidade de Exon de Madison, e aí comecei a trabalhar aqui desde 1990, 1991 (SILVA, 2004).

Ainda nesse mesmo período, 1969, veio para Campina Grande o Prof. Telmo Silva Araújo. Fez especialização na própria UFPB, em Campina Grande, nos anos 1971-1972 e, liberado pela universidade, doutorado na Université de Toulouse III, França, nos anos 1972/1975.

Na década de 1960 como diretor da Escola Politécnica da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), cabia-me implantar o curso de Engenharia Elétrica, com ênfase em Eletrônica, em Campina Grande. Telmo, dentro de seu estilo e valores, aceitou deixar seu emprego na Companhia Energética de Pernambuco (Celpe) e se deslocar para fixar residência em Campina Grande, com sua família. Dedicou-se totalmente ao trabalho Universitário inclusive indo fazer o doutorado em Engenharia em Toulouse (França), transformando-se num autêntico campinense e paraibano.

Quando o CNPq, sob a minha presidência, instituiu a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba (1984), ele foi um dos mais entusiastas e batalhadores, sendo o segundo diretor-geral e o principal protagonista do esforço para consolidar o Pólo Tecnológico de Campina Grande durante a década de 1990 (ALBUQUERQUE, 2007).

O objetivo desse esforço era possibilitar a consolidação de um programa de pós-graduação na área de tecnologia, especialmente em engenharia elétrica, o que afinal vem a acontecer em 1970.

§ 4º A ATECEL

Em Campina Grande, entre outras coisas, aprende-se a ser criativo. Cidade de comerciantes, as soluções devem ser rapidamente encontradas. Em suma, Campina Grande é uma cidade avessa à burocracia. No início da década de 1960, ainda durante a

gestão do Prof. Antonio da Silva Moraes, esteve em Campina Grande o Prof. Ernesto Luiz de Oliveira Júnior, então presidente da Comissão Supervisora do Plano dos Institutos – COSUPI que, entre outras contribuições à Escola Politécnica, sugeriu a criação de uma instituição que possibilitasse contornar os entraves da burocracia.

Houve ocasião em que eu estava atravessando um momento de grande dificuldade porque as verbas da escola não haviam saído e eu precisava fazer jus às despesas, às necessidades da Escola. E o Prof. Ernesto Luiz de Oliveira Júnior e ele lá com os colegas dele fundaram uma entidade que eles deram o nome de COSUPI – Comissão Supervisora do Plano dos Institutos. Esse camarada era um verdadeiro gentleman. Um homem muito objetivo, muito tratável, e que me procurou e eu na primeira opinião, ocasião, tive até uma sensação de repulsa, antes de falar com ele, pensando que era mais burocrata lá do Ministério que vinha me criar dificuldades, achando que a Escola não podia continuar, uma coisa assim. Mas, quando eu falei com ele, e até fui um pouco grosseiro, disse a ele que estava em uma situação difícil, necessitando de verbas, que precisava corresponder às expectativas e ele vinha me trazer dificuldades de lá do Ministério. Aí ele disse que não, que eu estava enganado, que a idéia dele e da instituição dele era outra, era ajudar as escolas, os institutos e queriam fazer alguma coisa, desenvolver, e tinha até uma verba que podia me conceder para ajudar esse plano e tal. Aí eu me senti desarmado, pedi desculpas a ele e fizemos as pazes com o Prof. Ernesto Luiz de Oliveira Júnior. E uma ocasião, e muitas vezes me encontrei com ele, fui lá ao Rio ele veio em Campina Grande e então ele, em uma das vezes, ele me sugeriu a idéia que eu deveria criar uma espécie de uma “ONG” prá poder ter condições, ter liberdade de tomar certas atitudes dentro da Escola, que fossem necessárias e que o Governo e a burocracia não permitissem. Porque eu agia com aquela entidade e foi criada, com mais liberdade de contratar um professor pagando tanto. Esse professor, só o nome dele na entidade, dava conceito e prestígio. E eu, meio temeroso, já foi também no fim da minha administração, fiquei naquela dúvida, levei para os meus colegas a idéia. Eles acharam que era muito interessante, mas não era muito prudente, aquela coisa e tal. Foi quando, depois de mim, entrou Lynaldo com um senso, muito inteligente, e muito capaz, com um senso de objetividade muito grande. Aí criou uma instituição dentro da Escola a qual ele deu o nome de ATECEL – Associação Técnico-Científica “Ernesto Luiz de Oliveira Júnior”, que até hoje existe (DUARTE, 2006).⁴³

Em cinco de agosto de 1967, foi criada a Associação Técnico-Científica “Ernesto Luiz de Oliveira Júnior – ATECEL. A associação tinha por finalidade promover a

⁴³ Transcrição do depoimento do Prof. Antonio da Silva Moraes, contido no vídeo: DUARTE, Vinícius José Queiroga. **A saga da fundação da Escola Politécnica de Campina Grande**. Recife: (vídeo), 2006.

pesquisa técnico-científica. Em seu primeiro Estatuto, transcrito na ata de fundação, o caráter da pesquisa está voltado para a área de engenharia elétrica. Por outro lado, conforme o inciso II, do art. 2º, a Escola Politécnica seria o alvo prioritário.

II – cooperar com a Direção da Escola Politécnica da Universidade Federal da Paraíba, com os poderes constituídos, sempre que solicitada, no exame, estudo e solução de questões técnicas, econômicas e científicas;

A Escola Politécnica sempre contou, em seu nascedouro, com o apoio decisivo da comunidade campinense. Os mais representativos líderes empresariais nunca se negaram a ajudar a instituição. O melhor exemplo dessa ajuda configura-se na construção do prédio em que se instalou definitivamente a Escola em Bodocongó. Por outro lado, nem só da ajuda da comunidade viveu a Poli.

Os seus fundadores, especialmente, o Professor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, Diretor entre 1963 e 1970, buscaram sempre recursos junto às agências de fomento à pesquisa, quando não no exterior. A Associação Técnico-Científica “Ernesto Luiz de Oliveira Júnior” – ATECEL, cujo fim precípua era buscar os meios necessários ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e apoiar a direção da Escola Politécnica, foi um instrumento precioso para viabilizar o financiamento da pesquisa e carrear recursos para a instituição.

Foi através da ATECEL que chegou a Campina Grande o primeiro computador da Paraíba. O Centro de Processamento de Dados da ATECEL prestou serviços a inúmeros órgãos públicos, constituindo uma fonte de recursos excepcional para financiar os projetos de ampliação da pesquisa científica e tecnológica no âmbito da Escola Politécnica. A aquisição do computador teve expressiva participação da sociedade campinense.⁴⁴

⁴⁴ A fim de arrecadar fundos para a aquisição do computador, o empresário Esaú Catão doou à Escola Politécnica um garrote, que foi rifado. O ganhador do sorteio não apareceu e a rês nunca foi entregue. Os

Na época era esse o único computador instalado na Paraíba. Seus clientes – clientes da ATECEL foram a SANECAP (empresa de saneamento da Capital do Estado), SANESA (empresa de saneamento de Campina Grande), a TELINGRA (empresa telefônica de Campina Grande), a Companhia Telefônica da Paraíba, o DER-PB (Departamento de Estradas de Rodagem), o DNOCS-CG (setores locais do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), a SUDENE e a Prefeitura de Campina Grande (LOPES, 1992).

Assim, a criatividade foi a marca dos pioneiros e dos que contribuíram para consolidar a Escola Politécnica como centro de excelência no ensino da engenharia civil, primeiro, e, depois, da engenharia elétrica, cujo programa de pós-graduação (mestrado e doutorado) situa-se entre os cinco melhores do Brasil.⁴⁵

A saga para a aquisição do computador IBM 1130 está na origem da criação da ATECEL. Lynaldo Cavalcanti, em 1966, buscou junto à Reitoria da UFPB recursos para adquirir o equipamento. Não foi atendido. Em nova tentativa junto ao FUNTEC, organismo ligado ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE, não obteve sucesso. Os detalhes burocráticos impediam o financiamento.

(...) Lynaldo de Albuquerque havia solicitado ao Reitor da Universidade recursos para a aquisição de um computador para a Escola politécnica. O não atendimento de tal pedido nem sequer pode ser criticado: naquela época não havia computador em nenhuma Escola de Engenharia do Nordeste e a Universidade da Paraíba não vivia em esplendor de recursos.

Lynaldo de Albuquerque fez nova tentativa. Encaminhou ofício ao Presidente do FUNTEC José Garrido Torres solicitando a doação de recursos para a aquisição do equipamento. O Presidente do FUNTEC informou, entretanto, em ofício de 29 de dezembro de 1966, que, apesar de se tratar de iniciativa louvável, o financiamento de um computador eletrônico digital não encontrava enquadramento entre os itens que o BNDE poderia financiar para as Escolas de ensino superior.

Lynaldo, porém, não desistiu da idéia. Na época, ele havia trazido do ITA o engenheiro Mário Toyotaro Hatori, especialista em processamento de dados, e o pensamento DCE dotar a Escola de um computador era partilhado por

recursos arrecadados foram insuficientes para a aquisição do equipamento. Novo sorteio foi promovido. Agora de um automóvel Volkswagen, que também não foi reclamado pelo ganhador (LOPES, 1992, p. 81-82).

⁴⁵ O programa tem o conceito 6 da CAPES.

aquele grupo de professores que, desde o início, dava sustentação às iniciativas do diretor da Escola.

A criação da ATECEL foi o instrumento de ação apropriado para se chegar ao objetivo desejado (LOPES, 1992, p. 79).

Não há registro de quem foi a ideia de fundação de uma entidade de caráter privado para dar apoio à Escola Politécnica e viabilizar os projetos que a burocracia estatal impedia. Pode ter sido do próprio Lynaldo Cavalcanti ou de outro professor. O que é certo, todavia, é que alguém se lembrou da sugestão do Prof. Ernesto Luiz de Oliveira Júnior. A associação foi fundada e tem larga folha de serviços prestados à Universidade, à cidade de Campina Grande, ao Estado da Paraíba e ao Nordeste.

§ 5º O projeto de Edvaldo do Ó e a FURNe

De quantos participaram dos principais eventos da história de Campina Grande a partir dos anos 1950, Edvaldo de Souza do Ó é um dos principais personagens. Irrequieto, criativo, dinâmico, controvertido, pertinaz e obstinado para alcançar seus objetivos, foi responsável pela criação da Companhia de Eletricidade da Borborema – CELB, da Bolsa de Mercadorias da Paraíba, da Universidade Regional do Nordeste – URNE, da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica – FUNDACT, participou como estudante e presidente da União Universitária Campinense – UUC da criação da Escola Politécnica da Paraíba, foi professor da Escola Politécnica, da Faculdade de Ciências Econômicas e da Universidade Regional do Nordeste – URNE. Em suma, não se pode deixar de fazer referência a ele quando se trata de refletir sobre Campina Grande nos últimos cinquenta anos.

A luta pela criação, implantação e consolidação do ensino superior em Campina Grande uniu em um primeiro momento, todos os interessados. Intelectuais, empresários,

homens simples, pais de família, todos pretendiam, pelos mais diversos motivos, que o ensino superior prosperasse em Campina Grande. À medida que as faculdades eram criadas e que iniciativas para sua consolidação eram tomadas foram-se desenhando visões distintas da realidade social e educacional da cidade.

A FUNDACT trazia em seu bojo uma contradição insanável. Para Lynaldo Cavalcanti, por exemplo, esta fundação tinha o papel de suporte do ensino superior na cidade, especialmente da Escola Politécnica. Todavia, para Edvaldo do Ó o ensino superior era uma forma de atender às necessidades de formação profissional para suprir a demanda da cidade e da região. Essa visão plasma-se, ainda, quando estudante de economia em Recife:

Foi neste momento eu comecei a sentir que não eram todos os meus amigos que tinham condições de estudar no Recife: era a elite empresarial de Campina, eram os filhos dos João Rique, dos Severino Cabral, dos Portos e outros que não recorde; não éramos ao todo mais de vinte estudantes de Campina Grande em Recife, e passei a observar que a cidade contava com dois ou três colégios, cujos alunos, ao terminar o seu curso, teriam que passar a cursar a faculdade em Pernambuco.

.....

Com essa minha preocupação com o social, como aumentar o número da elite campinense, ao ter ciência de que Campina era uma das grandes cidades do comércio nordestino, liderando a comercialização do sisal, do algodão e de outros produtos? Campina precisava ter, igualmente, uma elite cultural (DO Ó, 1994, p. 18).

Ao tratar do papel que a União Universitária Campinense exerceu para a implantação do ensino superior na cidade, não deixa de salientar que seu objetivo era, exatamente, o de formar uma elite cultural, permitindo que a classe média formasse seus filhos sem os altos custos de enviá-los para a cidade do Recife.

Em seguida, começamos a fazer com que a cidade passasse a saber o que era o ensino superior e a ser não uma reivindicação daquela elite, porém uma exigência da classe média, que não podia levar os seus filhos aos centros fora de Campina Grande, porque o custo era alto (DO Ó, 1994, p. 21).

Do mesmo modo, em seu discurso de abertura da aula inaugural do ano letivo de 1967, na qualidade de Reitor da URNE, formula o conceito de universidade que se pretendia criar em Campina Grande.

Estamos empenhados, nesta cidade, sobretudo, na estruturação, de um novo tipo de UNIVERSITAS, que em na Produção — no trabalho produtivo do homem e, também, no máximo aproveitamento dos frutos do trabalho para a satisfação e engrandecimento do próprio homem — a meta principal a atingir.

Ainda aqui, a nossa maior preocupação é guardar fidelidade aos objetivos traçados pelo criador desta Casa, Prefeito WILLIAMS DE SOUZA ARRUDA, em cujo discurso oficial de instalação, já se salientava que a UNIVERSITAS que surge em campina grande, seria, antes de tudo, orientada para ajudar o homem do Nordeste a criar riquezas e a melhorar os seus próprios padrões de bem-estar social, a par naturalmente da finalidade universalista, implícita em todo instituto de Cultura em nível superior (DO Ó, 1968, p. 28).

Nenhuma palavra sobre pesquisa. Nada sobre ciência e tecnologia. A referência imediata é à formação do homem para a produção. Diferentemente de Lopes de Andrade, por exemplo, que pretendia transformar Campina Grande em um centro universitário, porém integrando ensino e pesquisa, daí sua preocupação com ciência e tecnologia revelada no artigo já citado (LOPES DE ANDRADE, 1957), Edvaldo do Ó via esse centro universitário como uma agência de qualificação de mão-de-obra com nível superior. Uma forma de ascensão social para os integrantes das classes menos favorecidas.

Esse projeto fica, absolutamente, claro com a criação da Fundação Universidade Regional do Nordeste – FURNe, em 1966. Explique-se.

Após a criação da Escola Politécnica, em 1952, Lopes de Andrade fez instâncias junto ao bispo diocesano, D. Otávio Aguiar, para criar uma Faculdade de Filosofia e, posteriormente, a Faculdade de serviço Social.

Lopes de Andrade, no entanto, não ficara parado, durante a gestão do Prefeito Elpídio de Almeida, em seu sonho de transformar Campina grande num centro de escolas superiores. Deu sua ajuda, sempre lúcida e esclarecedora, ao Bispo D. Otávio Aguiar, para a criação da Faculdade Católica de Filosofia de campina Grande, e da faculdade de Serviço Social de Campina Grande, esta última sob o patrocínio das Irmãs de Caridade há muito instaladas em Campina grande, com um Instituto de educação de menores no Bairro de Santo Antonio, e um Externato de primária e Asilo de Idosos numa das margens do Açude Velho (LOPES, 1989, p. 64).

Em 1965, essas escolas particulares viviam momentos angustiosos de crise. A sua manutenção tornara-se quase insustentável. Os alunos, em sua maioria, oriundos das classes pobre e média baixa, sentiam dificuldade em pagar as mensalidades. Por seu turno, a remuneração do professorado era baixíssima, impossibilitando uma melhor qualidade no ensino. Por outro lado, o Prefeito Municipal, Elpídio de Almeida, entendia que o compromisso da Prefeitura era com o ensino primário e com a alfabetização de adultos. Já havia, inclusive, recusado implantar a Faculdade de Economia criada no governo de seu antecessor, Plínio Lemos. A solução para o problema foi apresentado por Edvaldo do Ó, então Coordenador de Planejamento da Prefeitura.

Como Presidente da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica – FUNDACT – levei o problema de duas faculdades que viviam em crises permanentes para a manutenção. E que a fundação não tinha meios para fazer a sua manutenção. Eram as Faculdades de Filosofia de Campina Grande e a Faculdade de Serviço Social de Campina Grande. E as duas Faculdades Federais, também, tinham as suas crises motivadas pela rivalidade – Campina/João Pessoa. Precisava a Prefeitura liderar qualquer movimento no sentido de se consolidar o ensino superior.

.....

Procurei José Lopes de Andrade, comuniquei a decisão de Williams. Levei o nome do mesmo para a aprovação do Prefeito. Ele me disse que não tinha nada para contrariar. Afirmar que iria colocar Lopes com a equipe de Planejamento da prefeitura para encontrarmos uma solução.

No fim de 1965, entregamos a Williams tudo ligado ao ensino superior em Campina Grande. E uma Mensagem para enviar à Câmara Municipal, que ele só mandou no dia 15 de fevereiro de 1966. Encaminhada a Mensagem ao Poder Legislativo, o Governador João Agripino Filho veio à Campina convidou Williams para uma conversa, em seguida mandou me chamar na Prefeitura, e afirmou: — “Edvaldo, o governador quis me convencer que eu não devia fazer uma Universidade Municipal”. Depois da conversa, a minha resposta foi a seguinte: — “Já tomei a decisão. O Projeto está na Câmara. Vou pedir pressa”. Olhando para mim, disse: — “Tenham pressa na organização dessa Universidade. Chame Lopes de Andrade e conte o que aconteceu. Tenho confiança em vocês”. Aí voltando mandei que Lopes viajasse a Brasília, e visse, de perto, e conversasse com os organizadores da Universidade Nacional de Brasília – UNB (DO Ó, 1994, p. 34-35).

De fato, as medidas para aprovação da Mensagem encaminhada à Câmara Municipal foram imediatas. O Parecer da Comissão de Educação e Cultura, que teve a colaboração de Lopes de Andrade, foi emitido em 03 de março de 1966 e em 15 do mesmo mês e ano era sancionada a Lei nº 23. Em princípio, a Universidade Regional do Nordeste foi criada como uma autarquia municipal, conforme consta do art. 1º, da Lei nº 23. Através do disposto no art. 3º, da referida Lei, a nova universidade, enquanto não dispusesse de recursos para a sua manutenção, estava autorizada a firmar convênio com a FUNDACT para tal fim.

Posteriormente, uma série de leis altera, substancialmente, o desenho inicial da URNE. A Lei nº 201, de 20 de março de 1968, dois anos depois, “consolida os dispositivos das Leis nºs 23, 55, 91, 07 e 18”. O art. 2º do mencionado diploma legal declara extinta a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica – FUNDACT, passando o seu patrimônio para a FURNE.

Embora o modelo, explicitamente, adotado para a nova universidade fosse, inegavelmente, a Universidade Nacional de Brasília – UNB, a dificuldade de manutenção

ab initio vitae impossibilitou a efetiva implementação do modelo. Estruturalmente, semelhante à UNB, a URNE não pode conformar-se ao modelo expresso no discurso proferido pelo Prefeito Municipal na instalação da universidade, em 30 de abril de 1966, nitidamente, influenciado pelas idéias de Lopes de Andrade.

A existência de um saber de base científica e tecnológica é apanágio do mundo moderno e encontra-se estreitamente vinculada a um sistema de forças, em cujas principais pontas, de um lado está a universidade, e do outro, estão as atividades produtivas do homem.

A um impulso qualquer em uma das suas pontas todo o sistema logo se põe em funcionamento, gerando atividades produtivas recursos que permitem o aparecimento e o desenvolvimento da UNIVERSIDADE, e gerando a UNIVERSIDADE, por sua vez, novos quadros técnico-científicos, que se tornarão a seguir fator de incremento e maior rentabilidade das atividades produtivas (DO Ó, 1986, p. 28).

Todo o discurso está calcado na convicção de que a educação superior é elemento fundamental para a demaragem do desenvolvimento econômico. São perfeitamente reconhecíveis no discurso as ideias de Lopes de Andrade. Principalmente, quando expressa a convicção de que investir em educação superior provoca um retorno quase que imediato.

De todos os investimentos feitos em educação, os que primeiro se desenvolvem à economia e à sociedade investidoras são os da educação superior, calculando-se que já no quarto ano, uma semente bem plantada na Universidade começa a germinar e produzir frutos, colhidos por toda a comunidade, universitária e extra universitária. (DO Ó, 1986, p. 28).

Do discurso à realidade, a História mostrou que havia uma abissal diferença. O fim da FUNDACT retirou das duas escolas federais de Campina Grande, a POLI e a FACE, o apoio do Município. Ao mesmo tempo, a FURNe não foi capaz de carrear para a nova Universidade os recursos necessários ao seu desenvolvimento. Por outro lado, como

a pesquisa ficou somente no discurso e uma universidade sem professores em tempo integral somente pode, quando muito, formar bons profissionais, nunca produzir ciência, a Universidade Regional do Nordeste tornou-se responsável pela formação, sobretudo, de professores para atender à demanda regional.

A Escola Politécnica, sob a batuta de Lynaldo Cavalcanti, percebeu logo cedo que a profissionalização do corpo docente era *conditio sine qua non* para o desenvolvimento e consolidação da universidade como pólo de produção de ciência e tecnologia. Essas diferenças de projeto vão ficar bastante explícitas na luta pela criação de uma universidade federal em Campina Grande.

CAPÍTULO V

(Epílogo)

PARA ONDE VÃO OS TROPEIROS?

§ 1º A pós-graduação

A pós-graduação, pode-se dizer, foi preocupação presente desde o nascedouro da Escola Politécnica. Ainda no requerimento encaminhado ao Ministro da Educação, solicitando a autorização de funcionamento da nova instituição de ensino, está consignada essa preocupação com os cursos de “aperfeiçoamento e alta especialização” que viriam em época oportuna.⁴⁶

Por outro lado, foi de suma importância a visita realizada à Escola Politécnica pelo Prof. Ernesto Luiz de Oliveira Júnior, Presidente da COSUPI, no ano de 1961. Não é despidendo dizer que dessa visita resultaram medidas que levaram, em última instância, à transformação da Escola Politécnica no centro de excelência em que se constituiu.

Em data que não podemos definir com exatidão, mas que deve ter sido no ano de 1961, visitou a Escola Politécnica o Professor Ernesto Luiz de Oliveira Júnior. Ele era o Presidente da COSUPI e um apaixonado lutador em prol da melhoria do ensino universitário e técnico-científico do país.

Seu contato com a direção e corpo docente da Escola Politécnica foi decisivo para os novos rumos a serem sinalados para o estabelecimento. Ele encontrou uma jovem equipe com muito idealismo e um grupo de profissionais sérios e compenetrados de suas responsabilidades.

⁴⁶ Requerimento ao Ministro da Educação e Cultura solicitando autorização para o funcionamento da Escola Politécnica, referido na nota 28.

Observador arguto, o Professor Ernesto Luiz de Oliveira Júnior sentiu que podia deixar naquele ambiente a semente de suas preocupações. Mais uma simples Escola de Engenharia como tantas outras que existiam no país, fornecendo diplomas de engenheiros? Mais uma escola de engenharia com professores de tempo parcial, que davam bem maior importância às suas atividades privadas?

O Presidente da COSUPI lançou com franqueza o desafio: “os srs. Poderão fazer uma escola de engenharia comum, formando engenheiros até mesmo com razoável competência, porém o caminho para constituírem aqui um verdadeiro centro de ensino e pesquisa começará com a contratação de professores de tempo integral para as matérias básicas. A COSUPI — completou ele — está disposta a ajudá-los neste caminho” (LOPES, 1992, p. 42).

Conforme explicitado na Introdução desta tese (p. 35), as lacunas de informação seriam complementadas por deduções a partir de indícios. É o caso presente. Pode-se inferir do episódio que a visita do Prof. Ernesto Luiz de Oliveira Júnior não se limitou à cidade de Campina Grande, estendeu-se à Escola de Engenharia da Paraíba, em João Pessoa. Primeiro, porque ali estava situada a Reitoria da Universidade Federal da Paraíba, recentemente federalizada.⁴⁷ Segundo, porque a Escola de Engenharia fora fundada na mesma época da Escola Politécnica e havia iniciado suas atividades em primeiro lugar. Por conseguinte, a mesma oferta deve ter sido feita aos dirigentes daquela escola. Não se tem notícia de nenhum desdobramento, nem da existência de professores em tempo integral e dedicação exclusiva na Escola de Engenharia da Paraíba. Não foram, portanto, levadas em consideração as sugestões do Presidente da COSUPI.

No que respeita à Escola Politécnica da Paraíba, o resultado palpável da visita do Presidente da COSUPI foi a celebração de um Convênio, mediante o qual a Escola receberia uma verba de Cr\$ 5.600.000,00 (cinco milhões e seiscentos mil cruzeiros). Em

⁴⁷ “A Universidade da Paraíba foi federalizada em fins de 1960, pela Lei 3835 de 13 de dezembro, cinco anos após sua fundação. Na verdade este evento representou em sua quinta essência (sic) a catalisação, quanto à Paraíba, de um processo que vinha ocorrendo a algum tempo no país.” (RODRIGUES, 1986, p. 101).

janeiro de 1962, os Profs. Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque e Luiz José de Almeida⁴⁸ apresentam um substitutivo ao Anteprojeto do Plano de Aplicação da verba apresentado pela Diretoria e aprovado no parecer do Prof. Otacílio dos Santos Silveira. Os subscritores do substitutivo argumentam que a aplicação do seu plano aumentaria “o número de professores em regime de tempo integral, de 5 para 6 (...) enquanto que o plano proposto pela Diretoria diminui de 5 para 4.”

Esse aumento do número de professores em T.I. propiciará um aumento de verbas da COSUPI para o próximo ano letivo, enquanto a redução daquele número poderá acarretar, quando não a correspondente diminuição da verba, pelo menos o seu estacionamento.

O aumento dos professores em T.I. se impõe não só por força do que determina a respeito o convênio com a COSUPI, como também pela necessidade de se elevar o nível das cadeiras básicas, particularmente Física e Matemática, tendo em vista igualmente a ideia de iniciar na EPUP o curso de Engenheiro Mecânico e Eletricista. (LOPES, 1992, p. 44-45).

Os dois professores deixam claros e explícitos os objetivos da contratação de professores em tempo integral.

A vinda de pelo menos mais dois professores de fora em regime de T.I. é necessária para que se forme um grupo de trabalho capaz de iniciar um programa de pesquisas na EPUP. Convém a propósito dar prioridade à vinda de um professor de Matemática. (LOPES, 1992, p. 44-45).

De resto, os frutos passaram a ser colhidos quase que de imediato. No ano seguinte, 03 de abril de 1963, foi criado o Curso de Engenharia Elétrica e realizado o primeiro exame vestibular. As aulas iniciaram em 17 de junho.

⁴⁸ Essa parceria daria muitos frutos ao ensino superior da Paraíba. Os registros existentes, como atas e demais documentos, assim como a presença constante do Prof. Luiz José de Almeida ao lado de Lynaldo Cavalcanti, seja na FURNE seja na UFPB, indicam uma sintonia que se prolongou até à morte do Prof. Luiz José de Almeida.

Com a renúncia do Prof. Antonio da Silva Moraes à direção da Escola Politécnica, o Prof. Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, então vice-diretor, assume a diretoria, permanecendo na interinidade até o final do ano, quando assume, em definitivo o cargo de Diretor da Escola Politécnica da Paraíba.

Em 1964, por proposta do Diretor, o Conselho Departamental aprovou a criação do Instituto Tecnológico da Paraíba. O ITP, que deveria funcionar junto à Escola Politécnica, tinha por finalidade a reunião de engenheiros das mais diversas especialidades para prestar serviços técnicos a empresas públicas e privadas, mediante remuneração. Serviria, igualmente, como campo de estágio para os estudantes da escola. Obviamente, que os dividendos hauridos na prestação de serviços serviriam para fortalecer a própria EPUP. O primeiro diretor do ITP foi o Prof. Luiz José de Almeida.

O Instituto Tecnológico da Paraíba, cujo estatuto só foi aprovado pela reitoria em 1966, funcionou através da realização de inúmeros trabalhos práticos. Seus serviços e sua assistência técnica eram solicitados por empresas e pelo Governo do Estado, sempre mediante contratos assinados. As fundações do Hotel Tambaú, para citar um exemplo, o qual estava sendo construído pelo Governo do Estado na gestão de João Agripino Filho, tiveram controle técnico do Instituto Tecnológico da Paraíba (LOPES, 1992, p. 66).

Fruto da publicação em 1964 do livro “Barragens de Terra”, da autoria do Prof. Virgílio Penalva Esteves, um engenheiro português contratado pela Escola Politécnica, foi oferecido em 1966 o I e o II Curso de Barragens de Terras, em parceria com a SUDENE. Era, em germe, o que viria a ocorrer, sobretudo, quando Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque assumiu a Reitoria da Universidade Federal da Paraíba (LOPES, 1992, p. 69).

Posteriormente, em 1966, criei um curso de engenharia mecânica, além de um curso de pós-graduação *lato sensu* em barragem de terra, que era

um assunto importante para a região, com colaboração do professor Virgílio Penalva Esteves, oriundo do Laboratório Nacional de Engenharia Civil de Lisboa.

.....

A pós-graduação em barragem de terra surgiu de uma maneira engraçada, embora natural. Estava entre nós um professor português — especialista no tema — que publicou um texto. O curso de pós-graduação *lato sensu* organizou-se em torno desse texto (MOTOYAMA, 2002, p. 329-330).

Nesse mesmo ano de 1966, inicia-se a cooperação internacional da POLI. Lynaldo Cavalcanti era inquieto. Conhecia, por estar entre os pioneiros, seja como estudante vinculado à cidade de Campina Grande, seja como profissional e professor, as limitações da Escola Politécnica. Dedicou, pois, todos os seus esforços para superar tais óbices. A cooperação internacional foi uma forma de conseguí-lo.

Do mesmo modo, iniciei uma cooperação com o Conselho Britânico, com a Agência Dinamarquesa de Desenvolvimento (Danida) e com a França. Em consequência, a partir de 1966, sempre tivemos professores-visitantes estrangeiros: franceses — por intermédio do Laboratório de Automação e suas Aplicações Espaciais (LAAS) do Centre National de La Recherche Scientifique (CNRS), dirigido pelo professor Jean Lagasse —, ingleses e dinamarqueses. No caso da cooperação francesa, chegamos a ter quatro professores do lado da colaboração com o Laboratório de Automação de Toulouse. Com isso a escola chegou a ganhar um certo renome (MOTOYAMA, 2002, p. 329-330).

Essa era a ambição de Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque o líder que assimilou da forma mais radical, como nenhum outro membro do corpo docente da Escola Politécnica, o projeto dos pioneiros. A cooperação internacional serviu, concomitantemente, para superar as limitações do corpo docente, qualificando-o, e como instrumento que criou a massa crítica necessária para o surgimento da pós-graduação *strictu sensu*.

Um dos instrumentos mais válidos na consolidação do ensino na Escola Politécnica foi o intercâmbio de professores. Tanto vieram lecionar na Escola professores estrangeiros, como muitos professores da Escola foram estagiar ou aperfeiçoar-se em Universidades e instituições dos Estados Unidos, França e Canadá (LOPES, 1992, p. 76).⁴⁹

Conforme o próprio Lynaldo Cavalcanti afirma, a pós-graduação foi o caminho inevitável da Escola Politécnica. Desde o início, os estudos avançados, de alta especialização, conforme preferia o Prof. Antonio da Silva Moraes, foram a meta dos que criaram a Escola Politécnica.

A partir de 1970, com a implantação da pós-graduação em nível nacional, conseguimos captar recursos bastante grandes, graças ao respaldo do CNPq — considerando Campina Grande como centro de excelência — e ao apoio do Funtec/BNDE. Foi também fundamental a cooperação com a universidade de Waterloo, do Canadá. Dessa forma, conseguimos atrair até alunos vindos de Pernambuco, além daqueles da Paraíba (MOTOYAMA, 2002, p. 330).

A primeira pós-graduação *strictu sensu* da Escola Politécnica foi o Curso de Mestrado em Engenharia Elétrica, criado em 1970. Graças à boa qualificação de seu corpo docente e aos inúmeros contatos de cooperação internacional na área, o Mestrado em Engenharia Elétrica sempre obteve boa avaliação da CAPES, sendo considerado um dos mais importantes do Brasil.

O primeiro credenciamento do Curso de Mestrado em Engenharia Elétrica está consubstanciado no Parecer nº 66/74 do Conselho Federal de Educação. O Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica já titulou 325 mestres e conjuntamente com o Departamento de Engenharia Elétrica, já formou mais de 300 especialistas.

⁴⁹ Os professores José Ivan Carnaúba Accioly (Waterloo, Canadá), Telmo Silva de Araújo (Toulouse, França) e Mário Hattori (EUA) fizeram suas pós-graduação no bojo desses intercâmbios.

O Curso de Doutorado foi criado no ano de 1979 e, atualmente, tem a avaliação 6, pelos critérios da CAPES. É, sem sombra de dúvidas, um dos mais qualificados e importantes doutorados em elétrica do País. O primeiro credenciamento do curso de doutorado encontra-se formalizado através do Parecer no. 238/86 do Conselho Federal de Educação. O Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica tem duas áreas de concentração: Processamento da Energia e Processamento da Informação.⁵⁰

O curso de Pós-graduação em Engenharia Civil foi criado em 1971 e teve seu primeiro credenciamento pelo Conselho Federal de Educação (CEF) em 1974. A inserção das problemáticas regionais como objeto de trabalho incorporou um forte viés ambiental à maioria das linhas de pesquisas em todas as áreas de concentração. Em 2002, foi formalizado o caráter ambiental do curso com a mudança de nome do Programa, que passou a se denominar Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil e Ambiental. Atualmente o Programa está organizado em duas Áreas de Concentração, Geotécnica e Engenharia de Recursos Hídricos e Sanitária, distribuídas em cinco Linhas de Pesquisas.

É um dos cursos de mestrado em Engenharia Civil mais antigos da Região Nordeste e mesmo do país. O seu pioneirismo conduziu, naturalmente, à sua principal característica e vocação: o atendimento às demandas regionais de formação de pessoal, pesquisa, desenvolvimento tecnológico, transferência de tecnologia e serviços técnicos especializados. Por outro lado, responde aos objetivos de servir à Região Nordeste, conforme consta do requerimento de autorização de funcionamento da Escola Politécnica, encaminhado pelo Prof. Antonio da Silva Moraes ao Ministro da Educação em 29 de novembro de 1952.⁵¹

⁵⁰ Informações contidas no site http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/pro_reitorias/prpg/prpg.php, acessado em 04.09.09, às 12:55hs.

⁵¹ Informações contidas no site http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/pro_reitorias/prpg/prpg.php, acessado em 04.09.09, às 12:55hs.

§ 2º A APEL

Contratado como professor em tempo integral no ano de 1966, o Prof. José Ivan Carnaúba Accioly, além de outras funções, assumiu a chefia do Laboratório de Eletrônica, dirigindo pesquisas sobre Protótipos em Telecomunicações SSB, VHF e Telegrafia, conforme consta do OF. EPUFP/S/344/70, datado de 08 de abril de 1970, encaminhado pelo Diretor da EPUP, Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque ao Reitor da UFPB, Guilardo Martins Alves.⁵²

Em 1971, o Prof. José Ivan Carnaúba Accioly foi liberado para realizar estudos de Pós-Graduação (mestrado) na University of Waterloo, no Canadá, onde obteve o grau de mestre em eletrônica aplicada com a Dissertação “A background music system”, em 1974.⁵³ A Dissertação foi escrita com o intuito de desenvolver o SISTEMA MOUSIKE, que consiste em utilizar as linhas físicas dos telefones para a transmissão de música, com boa qualidade, em 8 canais que podem ser selecionados pelo usuário. O sistema MOUSIKE foi, de fato, o precursor do sistema VELOX, que realiza a mesma coisa com sinais digitais.⁵⁴

De volta ao Brasil, o Prof. José Ivan Accioly alia-se a seu cunhado José Clóvis Moroni Vidal, ainda menor e estudante, que foi emancipado para poder constituir a empresa, e cria, em 26 de abril de 1975, a APEL – Aplicações Eletrônicas Ltda., conforme consta do Contrato Social.⁵⁵

A Sociedade tem por objetivo principal, a industrialização e comercialização de produtos de eletrônica, importação e exportação, representações, conta própria, assistência técnica em geral, projetos, assessorias e serviços correlatos.

⁵² Mantido no Arquivo Geral da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

⁵³ Informações obtidas no site <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4788908A1>, acessado no dia 1 de setembro de 2009, às 20:30hs.

⁵⁴ Informações prestadas ao autor pelo Prof. José Ivan Carnaúba Accioly, através de e-mail recebido em 1 de setembro de 2009, às 20:00hs, mantido no arquivo pessoal do autor.

⁵⁵ Informações contidas no Contrato de Constituição da APEL arquivado da Junta Comercial do Estado da Paraíba, Delegacia de Campina Grande.

De certa forma, a APEL preenchendo a lacuna existente entre a comunidade universitária, principalmente pesquisadores, e o mercado consumidor, deu início ao campo tecnológico de Campina Grande. A APEL foi fundada em 1975 e teve como marco inicial a difusão de música ambiente por linhas telefônicas (sistema Mousike), projeto do qual detém até hoje a patente e foi largamente utilizado em todo o Brasil, ficando conhecido como o som das telefônicas.⁵⁶

Seu início, entretanto, não esteve livre de conflitos. O Departamento de Engenharia Elétrica exigiu do Prof. José Ivan Carnaúba Accioly que ele ficasse em regime de trabalho parcial (vinte horas semanais), enquanto desenvolvesse os produtos, que pretendia produzir através da APEL.

Em 2005, a APEL trocou sua razão social para APEL – Aplicações Eletrônicas Indústria e Comércio Ltda.. O Professor José Ivan Carnaúba Accioly afastou-se da empresa, ocupando seu lugar o empresário Alberto Vieira dos Anjos. Seu objetivo social também mudou, conforme o disposto na Cláusula Segunda do Instrumento de Alteração e Consolidação do Contrato Social firmado em 31 de março de 2005.

Por força deste instrumento o objetivo social passa a ser o seguinte: Fabricação, Comércio, Importação e Exportação de: Mesa de Som, Amplificador Híbrido 1 e 3 Linhas, Central de TR. Externas de Linha e VHF, Equalizadores Gráficos, Linkl's de Linha e VHF, Monitor de Modulação AM e FM Estéreo, Misturador/Equalizador de Linhas, Fontes, Pré-Amplificadores, Pré-Amplificadores p/TD c/entrada p/CD, Processadores de Áudio, Processadores de Estéreo, Antenas, Sistemas Digital de Rádio, Caixas de Som, Rack's, Auto Transformadores, Máster Sound, Amplificadores, Matrizes, Sensores de Ruídos, Cornetas, Flash Mount's, Gongos Eletrônicos, Sistema de Sonorização e Sistema de Circuito fechado de Televisão (CFTV), Sistemas de Painéis Eletrônicos e Sistemas de Cronometria, bem como a prestação de Serviços de Projetos, Montagens, Instalações, Treinamentos e Assistência Técnica nos Equipamentos fabricados ou Comercializados.⁵⁷

⁵⁶ Todas as informações sobre os produtos e atividades da APEL forma prestadas pela empresa, através de documentos que se encontram no arquivo pessoal do autor.

⁵⁷ Arquivado na Junta Comercial do Estado da Paraíba, Delegacia de Campina Grande.

Sempre utilizando tecnologia desenvolvida por ela própria, a APEL atua nos ramos de radiodifusão convencional, radiodifusão comunitária e equipamentos de sonorização de ambientes. Nas áreas de radiodifusão convencional e comunitária, a APEL tem, hoje, mais de 3000 clientes.

No setor de sonorização, a APEL se destaca principalmente com a sonorização de trens urbanos e estações metroferroviárias, tendo sonorizado todos os trens urbanos do Rio de Janeiro da Flumitrens. A APEL, desta sorte, procede à sonorização de mais de 100 estações metroferroviárias, em diversas cidades do Brasil, onde se destacam clientes como os METRÔS de São Paulo e Rio de Janeiro, Cia Paulista de Trens Metropolitanos, Cia. Fluminense de Trens Urbanos, e a Cia Brasileira de Trens Urbanos. Este desempenho lhe confere, hoje, o título de líder do mercado nacional neste setor.⁵⁸

Os sistemas de sonorização produzidos pela APEL são controlados por microcomputadores que permitem o controle em redes TCP/IP remotamente. Além do controle microprocessado, a APEL desenvolveu um sistema de mensagens pré-gravadas que permite que mensagens armazenadas no computador sejam difundidas pela simples seleção ou programadas a partir de um banco de dados com data e hora da difusão de cada mensagem.⁵⁹

A atuação da APEL hoje esta ampliada com o desenvolvimento de Sistemas de Informação ao Usuário (painéis eletrônicos integrados à sonorização e integrados em rede de informática) e, desta forma, atende clientes os mais diversos como Aeroportos, shopping centers, auditórios, clínicas, igrejas, hospitais e hotéis, entre outros.

Dentre os inúmeros clientes, destacam-se grandes empresas nacionais e multinacionais. A APEL é associada ao Parque Tecnológico de Campina Grande e utiliza mão de obra local (engenheiros, técnicos, auxiliares).

⁵⁸ Informações prestadas ao autor pelo engenheiro Luiz Geraldo Sena de Oliveira Régis, funcionário graduado da APEL

⁵⁹ Informações prestadas ao autor pelo engenheiro Luiz Geraldo Sena de Oliveira Régis, funcionário graduado da APEL

§ 3º A Light Infocon

A Infocon Tecnologia Ltda foi fundada em 19 de junho de 1983 por José Antônio Beltrão Moura, Jacques Philippe Saúve e Alexandre José Beltrão Moura, funcionando durante algum tempo em instalações cedidas pela APEL.⁶⁰ Os dois primeiros, professores do Departamento de Engenharia Elétrica da Universidade Federal da Paraíba – UFPB e o último estudante de Engenharia Elétrica da mesma universidade.

José Antônio Beltrão Moura era, então, Engenheiro Eletrônico formado pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, atual UFCG, em 1976, com mestrado e doutorado na University of Waterloo, Canadá, 1978 e 1982, respectivamente; e Jacques Philippe Saúve era, naquele momento, Engenheiro Eletrônico formado pela University of Waterloo, Canadá, em 1977, com mestrado e doutorado na mesma universidade, em 1978 e 1982, respectivamente.

Alexandre José Beltrão Moura, então estudante, é, hoje, Engenheiro Eletrônico formado pela Universidade Federal da Paraíba, atual UFCG, em 1986, com mestrado na mesma universidade, em 1992, e MBA em Marketing de Software para o Mercado Americano, na New Southeastern University, School of Business and Entrepreneurship/Fort Lauderdale – USA, em 1997, e MBA em E-Commerce – Analista de Negócios, pela UFCG/FIEP-IEL-PB, em 2002.⁶¹

Em 1995, a Infocon Tecnologia Ltda. foi incorporada à empresa Light Software Ltda de Brasília-DF, ficando a razão social como Light Infocon Tecnologia Ltda. Em 23 de

⁶⁰ Informação prestada ao autor pelo Prof. José Ivan Carnaúba Accioly, mediante e-mail mantido no arquivo pessoal do autor.

⁶¹ Informações prestadas pelo Sr. Alexandre José Beltrão Moura, Diretor da Light Infocon, através de e-mail recebido no dia 24 de agosto de 2009, às 14:40hs, mantido no arquivo pessoal do autor.

fevereiro de 1996, a empresa foi transformada em S/A de Capital Fechado, ficando a razão social como Light Infocon Tecnologia S/A que mantém até hoje.⁶²

A matriz da empresa encontra-se instalada em Campina Grande, na Paraíba, uma filial em Brasília-DF e um escritório na cidade de Porto – Portugal. Tem como parceiros técnicos, entre outros, a Universidade Federal de Campina Grande, a Microsoft e a Intel Corporation.

Inicialmente, a empresa especializou-se no desenvolvimento e marketing de softwares para a plataforma Unix. Produtos pioneiros foram desenvolvidos, incluindo um processador de textos (InfoWord), padronizado para plataformas Unix no Brasil e também vendido no exterior (Canadá, Itália e EUA) e o SpoolView, um sistema de gerenciamento de impressão para Unix e Redes TCP/IP, premiado com o “Top of The World” (Revista americana SCO World, 1997).

Nos últimos anos, a empresa estabeleceu foco no desenvolvimento de ferramentas de banco de dados com recuperação textual, multimídia, orientado a objetos e produtos correlacionados. O resultado desses esforços resultou na Tecnologia LightBase, que recebeu os prêmios ASSESPRO de Produtividade (dois), o Editor's Choice da revista espanhola PC-World España e dois Prêmios FINEP.⁶³

A Light Infocon Tecnologia S/A contribui de forma decisiva no tocante ao desenvolvimento de tecnologia de software brasileira, fato demonstrado pelos prêmios internacionais obtidos (Estados Unidos e Espanha) bem como destaques na imprensa nacional e internacional. Por exemplo, a revista americana Newsweek mencionou duas vezes a Light Infocon em matérias sobre software.

⁶² Ata de transformação em Sociedade Anônima de Capital Fechado arquivada na Junta Comercial do Estado da Paraíba, Delegacia de Campina Grande.

⁶³ Informações prestadas pelo Sr. Alexandre José Beltrão Moura, Diretor da Light Infocon, através de e-mail recebido em 24 de agosto de 2009, às 14:40hs, mantido no arquivo pessoal do autor.

Hoje, seus principais produtos são:⁶⁴

- **LightBase:** Banco de Dados Textual Multimídia Orientado a Objetos
- **GoldenTrack:** Software de Controle de Protocolo, Trâmite de Documentos e Processos (workflow).
- **GoldenDoc:** Software de GED (Gerência Eletrônica de Documentos) e Gerenciamento de Conteúdo.⁶⁵

A empresa tem hoje dezenas de clientes no Brasil e exterior (Austrália, Portugal, Estados Unidos, China, Angola e Espanha) dentre os quais se podem destacar:⁶⁶

- BRADESCO;
- Governo do Estado da Paraíba;
- Governo do Estado do Maranhão;
- INFRAERO;
- ANS – Agência Nacional de Saúde;
- GOL Linhas Aéreas Inteligentes;
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL;
- MINISTÉRIO DA DEFESA;
- NATURA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA;
- PETROBRÁS;
- SEBRAE;

⁶⁴ Informações prestadas pelo Sr. Alexandre José Beltrão Moura, Diretor da Light Infocon, através de e-mail recebido em 24 de agosto de 2009, às 14:40hs, mantido no arquivo pessoal do autor.

⁶⁵ Informações prestadas pelo Sr. Alexandre José Beltrão Moura, Diretor da Light Infocon, através de e-mail recebido em 24 de agosto de 2009, às 14:40hs, mantido no arquivo pessoal do autor.

⁶⁶ Informações prestadas pelo Sr. Alexandre José Beltrão Moura, Diretor da Light Infocon, através de e-mail recebido em 24 de agosto de 2009, às 14:40hs, mantido no arquivo pessoal do autor.

- SENADO FEDERAL;
- Câmara dos Deputados;
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA;
- O BOTICÁRIO;
- MINISTÉRIO DA SAÚDE;
- POLÍCIA FEDERAL;
- Oxitenio;
- INTERPOL;
- CASA DA MOEDA DO BRASIL;
- AGU – Advocacia Geral da União;
- INCRA;
- RECEITA FEDERAL;
- Hospital Albert Einstein (São Paulo);
- PRODASEN - CENTRO DE INFORM. E PROCESS. DADOS SENADO FEDERAL;
- JOHNSON & JOHNSON IND. COMÉRCIO LTDA;
- POLÍCIA NACIONAL DA ESPANHA;
- MINISTÉRIO DA DEFESA DA ESPANHA;
- Barclays Bank.

Recentemente, a Light Infocon foi transformada em Sociedade Anônima de capital fechado, contando, atualmente, em seu quadro social com os acionistas Jairo Fonseca da Silva, Reginaldo Pereira Lima, Alexandre José Beltrão Moura, Helio da Silva Resende Junior e com os acionistas investidores BNDESpar e FINEP.

Os professores José Antônio Beltrão Moura e Jacques Philippe Saúve retiraram-se da sociedade e são, atualmente, professores titulares do Departamento de Sistemas e Computação da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

§ 4º A Fundação Parque Tecnológico

O núcleo acadêmico surgido em 1952, com a criação da Escola Politécnica da Paraíba, que foi ampliado com a criação de escolas privadas e municipais, ao longo do primeiro lustro dos anos 1950, obteve impulso adicional com a federalização da Universidade da Paraíba, em dezembro de 1960, e, posteriormente, foi aprofundado pela criação da Universidade Regional do Nordeste, em 1966.

A posterior transformação da FUNDACT em Fundação Universidade Regional do Nordeste – FURNE, com o objetivo de manter a Universidade Regional do Nordeste, ao lado de manifestar de forma explícita a existência de dois projetos de universidade, retirou o apoio institucional ao desenvolvimento do ensino superior na cidade de Campina Grande, voltando esse apoio, exclusivamente, à manutenção e desenvolvimento da Universidade Regional do Nordeste.

Todavia, os esforços dos dirigentes da Escola Politécnica da Paraíba no sentido de qualificar e profissionalizar seu corpo docente e desenvolver a pesquisa assume maior amplitude durante a gestão de Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque. A formação de um núcleo de professores com Tempo Integral e Dedicção Exclusiva permite que os problemas do crescimento da pesquisa sejam enfrentados de forma criativa.

Há que salientar, porém, que professores em tempo integral somente foi possível através da federalização, em primeiro lugar, e, depois, em virtude do convênio firmado com a COSUPI, mediante a parceria estabelecida com aquele órgão graças à atuação do Prof.

Ernesto Luiz de Oliveira Júnior. Por outro lado, a criação da ATECEL, em 1967, ensejou que a Escola Politécnica estabelecesse um diálogo permanente com a sociedade, fazendo retornar na forma de serviços os resultados da atuação acadêmica. Tratava-se, pois, de criar uma universidade cujo retorno social fosse além da formação de bons profissionais.

Por isso, quando se indaga sobre o porquê de Campina Grande, cidade que se inicia como entroncamento comercial, cuja vocação primeira foi, portanto, o comércio, constituir um campo científico-tecnológico. A resposta está, precisamente, em indicar que o marco inicial desse movimento foi fincado em 1952, quando foi criada pelo Governador José Américo de Almeida a Escola Politécnica, mediante a Lei nº 792, de 06 de outubro de 1952.

Desde o princípio, o ensino superior contou com o apoio da comunidade campinense. Foi, entretanto, com a federalização da Universidade da Paraíba, no final de 1960, através da lei nº 3.835, de 13 de dezembro de 1960, que, gradativamente, uma maior interação com a comunidade foi gerada. Neste período, surgem várias experiências bem sucedidas, particularmente no setor eletroeletrônico e de informática.

Em 1967, por exemplo, o Prof. Lynaldo Cavalcanti dá a conhecer ao Conselho Departamental da Escola Politécnica um ofício em que a Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado da Paraíba solicita que a rede de comunicações do Estado da Paraíba fosse construída, instalada e mantida pela Escola.

A novidade era o êxito obtido pelo engenheiro Evandro Emilio Mariano da Rocha e seu auxiliar técnico Mirandolino Pontes na confecção de dois protótipos SSB-120 para telecomunicações.

O processo da aprovação dos protótipos, no entanto, leva a sua colocação em funcionamento, conforme desejava a Secretaria de Viação e Obras Públicas, demorou algum tempo.

Somente em junho de 1969, o SSB-Poli-100, como passou a ser denominado o equipamento, foi aprovado nos testes realizados no ITA. E no mês de agosto do mesmo ano, uma Portaria do DENTEL (nº 1.242/69) aprovava em caráter precário as especificações técnicas e diagramas referentes à fabricação pela Escola, do SSB-Poli-100 (LOPES, 1991, p. 84).

A criação, em 05 de agosto de 1967, da ATECEL permitiu à Escola Politécnica estabelecer um diálogo permanente com a sociedade, por um lado, e disponibilizar os laboratórios da Escola Politécnica, primeiro, e da UFPB, depois, à sociedade, fazendo retornar na forma de produtos o investimento levado a cabo na formação profissional e na pesquisa, por outro lado. Inúmeros são os exemplos desse criativo diálogo.

A cidade, ao longo dos anos, consolidou sua posição como pólo de desenvolvimento regional. Ao lado dessa vocação de capital regional (CARDOSO, 1964), Campina Grande conheceu momentos de extremo progresso — onde o cultivo e a comercialização do algodão, a atividade de comercialização de minérios, a produção de couros e peles, o cultivo e a comercialização do sisal se tornariam importantes marcos, consolidando uma fase áurea do pólo econômico emergente.

Entretanto, foi a universidade que possibilitou à cidade de Campina Grande dar um salto qualitativo em suas atividades econômicas. O surgimento, em 1975, de um dos cinco primeiros cursos de Tecnólogos em Processamento de Dados deu início, na cidade, à formação de profissionais na área de informática, ao lado da existência de um nascente núcleo de pesquisas, representado pela pós-graduação, surgida no início da década. Lynaldo Cavalcanti descreve com forte colorido esse processo.

Bom, quando nós trouxemos as primeiras levas dos professores do ITA, alguns deles, como Regis Ribeiro Guimarães — hoje diretor da Gradiente, se não me engano —, colocaram imediatamente a importância da informática. Desse modo, nós fomos a primeira instituição em ensino superior a ter um computador no Nordeste, em 1967. Em 1970, nós criamos o mestrado em Engenharia de Sistemas. Por que esse nome?: Primeiro, devia ser Engenharia para poder ser apoiado pelo programa Funtec/BNDE e, segundo, de certa forma, o termo computação não havia se difundido, sendo mais conhecido como sistemas. Porém, tratava-se, sem dúvida, de um curso de pós-graduação em Computação, tanto que hoje adquiriu esse nome. Depois, no MEC, em 1974, nós começamos a pensar no assunto com uma pessoa da Universidade Católica do Rio (Carlos Lucena) e algumas pessoas da Comissão de Atividades de Processamento Eletrônico (Capre) — uma

instituição pioneira na área de computação. Esta se constituía em uma coordenação situada na Secretaria de Planejamento. Como resultado, criamos os primeiros cursos de tecnólogos em Processamento de Dados, em 1975. Foram cinco cursos, um por cada região: em Campina Grande; na Católica do Rio; em Brasília, na UnB; em Minas Gerais, na UFMG; e no Rio Grande do Sul, na UFRGS. Iniciava-se, dessa maneira, o ensino da Computação no país. Quando reitor, além do tecnólogo em Processamento de Dados e da pós-graduação, nós criamos o curso de graduação em Ciência da Computação (MOTOYAMA, 2002, p. 336-337).

Campina Grande já surgia na vanguarda desse processo. Nesse mesmo ano de 1975, surge a APEL, fruto da qualificação de um professor na área de eletrônica aplicada. Alguns anos depois, surge a LIGHT INFOCON. Na esteira dessas empresas vêm outras, utilizando tecnologias desenvolvidas na universidade. Silva *et alii* (2006, p. 171), explica o fenômeno utilizando o conceito de *cluster*, termo tomado do vocabulário de informática.

Apesar de largamente empregado, o termo *cluster* ainda desperta alguma reflexão. De forma simples, podemos comparar um cluster a uma colméia, espaço onde se desenvolvem diversas formas de cooperação, colaboração, especialização, e divisão do trabalho, recomendando formas de gestão inovadoras e integradas. Neste espaço geográfico, as instituições e empresas acabam criando mercados de trabalho especializados, atraindo fornecedores diversos e gerando um ambiente de disseminação de tecnologia e inovação.

Por outro lado, descreve o *cluster* criado em Campina Grande como fruto da atuação da Escola Politécnica, em primeiro lugar, e da UFPB, depois, que sediou um amplo programa de qualificação de professores, estabeleceu laboratórios de pesquisa, instalou um Programa de Pós-Graduação e uma rede de cooperação nacional e internacional, que lhe garantiu o reconhecimento como centro de excelência.

Paralelamente, um amplo programa de formação de quadros, constituição de laboratórios de pesquisa, consolidação de um Programa de Pós-Graduação e um articulado programa de cooperação nacional e internacional, tem garantido a permanência de segmentos que, com realce, merecem o aceite e respeito da comunidade. O mesmo período também foi palco de uma rica experiência, a nível nacional, em busca de mecanismos institucionais que

permitissem informar à Universidade das necessidades ditadas pelo setor público e privado e, por outro lado, colocar “extra muros” os produtos e processos desenvolvidos no seio dos Centros de Pesquisa. (SILVA *et alii*, 2006, p. 172).

Por outro lado, no início dos anos 1970, começam os investimentos do Governo Federal na área da pós-graduação. A posição alcançada pela Escola Politécnica permitiu-lhe inserir-se desde o primeiro momento nessa vaga e colher os melhores resultados. Estava preparada para tal.

É claro que o conceito de *cluster* não corresponde ao conceito de campo, conforme aqui operacionalizado. Todavia, permite de forma bastante clara divisar o diagnóstico feito da cidade, quando foi implantada a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba. O surgimento dessa instituição somente foi possível porque existia em Campina Grande e na Paraíba um campo científico-tecnológico suficientemente forte para ampará-la e fazê-la desenvolver-se.

A criação da ATECEL foi fundamental para que o intercâmbio universidade-comunidade fosse estabelecido e os frutos da pesquisa acadêmica pudessem voltar à sociedade na forma de serviços, em um primeiro momento, e de produtos, em seguida. A ATECEL disponibiliza um conjunto expressivo de laboratórios da UFCG para instituições e empresas da região. Toda a rede viária, barragens e aeroportos do Estado da Paraíba tiveram sua implantação supervisionada pela ATECEL. O Laboratório de Alta Tensão do Departamento de Engenharia Elétrica atua através da ATECEL, com serviços técnicos especializados para empresas de todo o Nordeste. Durante muitos anos, a ATECEL coordenou a coleta e gestão da Rede Meteorológica do Nordeste.

Em 1984, Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, filho da terra, presidia o CNPq quando se iniciava o Programa de Parques Tecnológicos no Brasil. Cinco cidades foram selecionadas, dentre elas Campina Grande — sede da Fundação PaqTcPB, uma das mais antigas do país, com mais de duas décadas de atividades.

A Fundação PaqTcPB foi criada no ano de 1984, iniciando suas atividades, de fato, em 21 de dezembro daquele ano, muito embora sua Escritura Pública de Instituição tenha sido assinada, somente, em 13 de março de 1985, data em que, de direito, foi instituída.

A Fundação Parque Tecnológico foi criada em 1984, entre os quatro primeiros parques tecnológicos do país, como uma instituição sem fins lucrativos voltada para o avanço científico, tecnológico e a promoção do empreendedorismo inovador na Paraíba. É promovendo a articulação entre parceiros, entre as várias cadeias do conhecimento e as atividades produtivas que a instituição tem buscado novas formas de atrair e fixar competências no Estado.

A iniciativa se deu a nível nacional, liderada pelo Prof. Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque. Este processo se deu a nível mundial, suscitando das autoridades brasileiras um posicionamento. Tinham já em pleno progresso no Brasil a operação dos NIT's – Núcleo de Inovação Tecnológica, visando sobretudo a transferência de tecnologia das Universidades e Institutos de Tecnologia para o setor produtivo. Em Campina Grande o NIT em operação obteve bons resultados. Como imagem, pode-se dizer que eram conhecimentos que fluíam de fontes geradoras para centros consumidores de tecnologia.

A noção de Parques aborda um salto qualitativo, quando o gerador do conhecimento não “entrega” o fruto de seu trabalho. Ele vai junto, participa desta empreitada na condição de empreendedor. Tratava-se de um novo *locus*!

A experiência reinante preconizava a existência de um bom Centro gerador de conhecimento nas proximidades do Parque a ser instalado. Campina Grande tinha todas as condições para dar certo, ainda mais quando na própria Universidade já tivera uma fábrica de equipamentos elétricos de rádio frequência.

O professor Lynaldo, com a visão que tinha, liderou os contatos junto as autoridades do Estado da Paraíba e de Campina Grande. Ronaldo Cunha Lima cedeu o terreno de 5 ha, o Industrial Jose Carlos da Silva Jr, então vice governador, articulou o Estado e o Paraiban com recursos, o presidente Agostinho Veloso engajou a FIEP com a cessão, não onerosa, de um prédio do Sesi para sediar a nova Fundação. A UFPB, sob a tutela do Prof. Jacson, concedeu algum recurso e, o mais importante, disponibilizou docentes para a gestão da Fundação PaqTcPB.

Coube então, aos professores José Marques de Almeida e Luiz Almeida emprestarem suas experiências de extensão universitária para organizar os primeiros passos da nova instituição e registrar seu estatuto.

A etapa de implementação ficou a meu cargo e do professor José Geraldo Baracuhy.⁶⁷

A Fundação PaqTcPB criou e mantém a Incubadora Tecnológica de Campina Grande – ITCG, uma das primeiras Incubadoras de Empresas do país. Conforme consta do Estatuto da Fundação, seus objetivos, entre outros, são os de promover e apoiar as inovações tecnológicas.

Art. 8º Constituem finalidades básicas da fundação PAQTCPB, promover e apoiar, a inovação tecnológica; projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico, tecnológico, social e cultural; a capacitação e transferência tecnológica; a incubação de empresas; a prestação de serviços técnico-administrativo, científico, tecnológico, social e cultural.

A Fundação PaqTcPB centraliza hoje uma rede de incubadoras em todo o Estado da Paraíba, responsável pelo surgimento, desenvolvimento e consolidação de empresas de bases tecnológicas. Consolida, assim, sua vocação de instrumento privilegiado para o desenvolvimento econômico regional (SILVA *et alii*, 2006).

⁶⁷ Entrevista do Prof. Telmo Silva de Araújo publicada no Suplemento Comemorativo dos 20 anos de instituição da Fundação Parque Tecnológico da PB, Jornal da Paraíba, edição de 02 de dezembro de 2004.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando o Governador José Américo de Almeida, em seu discurso pronunciado no dia 06 de outubro de 1952, ao sancionar a lei nº 792, que criou a Escola Politécnica da Paraíba, referiu-se à importância daquele ato, utilizou a expressão “luz que não se apaga”. Buscou expressar, quero crer, a relevância da educação superior para uma comunidade como a campinense. A educação constituía a herança imorredoura que legava à cidade de Campina Grande. Não imaginou ele que suas palavras significaram muito mais. A luz permanentemente acesa era a própria Escola Politécnica da Paraíba.

A presente pesquisa intendeu demonstrar que a criação da Escola Politécnica da Paraíba propiciou a formação de um campo científico-tecnológico com repercussão na economia de Campina Grande e da Paraíba. Buscou mais. Procurou demonstrar, ainda, que a criação da POLI foi condicionada pelas especificidades do desenvolvimento social, político, econômico e cultural de Campina Grande que, sofrendo a influência da cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, reproduzia as discussões ali havidas. Razão da extrema influência da Escola de Engenharia de Pernambuco na estruturação pedagógica da POLI, muito embora os pioneiros tenham buscado o modelo politécnico.

A pesquisa foi levada a cabo em busca de resposta para a pergunta que a fundamentou: qual a magnitude da criação da Escola Politécnica da Paraíba? Para alcançar esse objetivo, algumas questões nortearam os passos dados durante a pesquisa. Por que em uma cidade do interior do Nordeste — por mais importante que fosse — a idéia de estruturação de um campo científico-tecnológico, viceja e encontra respaldo nas elites econômicas de então? Por que a criação de um campo científico em Campina Grande é

articulada no momento mesmo em que a principal agência de fomento da pesquisa científica nacional (o CNPq) é criada e busca consolidação? Quais os mecanismos que articulam os movimentos da elite econômica campinense aos que são empreendidos em outros centros mais desenvolvidos do país?

Embora essas perguntas não constituíssem os objetivos da Tese, elas balizaram o caminho percorrido. Em alguns casos, respostas foram alcançadas. No que respeita, por exemplo, à forma pela qual as elites econômicas e políticas de Campina Grande assumiram compromisso com a formação do campo científico-tecnológico apoiando, inicialmente, a EPUP em sua consolidação, a resposta parece estar no fato de que a crise, cujos sinais, podiam ser vislumbrados no início dos anos de 1950 e que se instala em meados dos anos de 1960, precisava ser enfrentada e contornada. A educação superior foi a estratégia encontrada para a superação da crise. Não é à toa que na sede da FIEP um grupo de empresários, técnicos e intelectuais encontrava-se regularmente para pensar o futuro da cidade.

Por outro lado, a pesquisa revelou que não foi somente a EPUP que recebeu o apoio das elites campinenses. Como estratégia para superação da crise, a elite apoiou, igualmente, o projeto de Edvaldo do Ó de constituir uma universidade voltada, principalmente, para o ensino, com o objetivo de formar uma mão-de-obra especializada para suprir as necessidades do mercado campinense e regional. Tal universidade serviria a toda região, como prestadora de serviços educacionais, carreando para Campina Grande recursos que, de forma distinta, seriam aplicados em outras cidades. Assim, a URNE foi apoiada e preservada até transformar-se na UEPB.

Em tempo, ressalte-se a importância da própria evolução histórica da cidade, que conheceu momentos de crise e de pujança, definindo-se, afinal, como uma cidade que, embora surgida no passo das boiadas e sob o signo do comércio, soube enfrentar os novos tempos e

migrar da agricultura para o comércio, deste para a indústria e desta para a ciência e a tecnologia sem que isso representasse traumas e rupturas.

O período coberto pela pesquisa (1952-1966) revelou-se insuficiente para dar conta do objeto estudado: a constituição de um campo científico-tecnológico, gestado a partir da criação da Escola Politécnica da Paraíba. Foi necessário acrescentar um epílogo em que, pelo menos, os exemplos mais significativos da constituição do campo fossem tratados: a pós-graduação, a APEL, a LIGHT INFOCON e a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba.

Por outro lado, a pesquisa expressa que algumas linhas de estudo carecem de aprofundamentos, por exemplo, da forma como a pós-graduação surge na POLI e articula-se com a política nacional de pós-graduação. Requer mais estudo e aprofundamento a rede de relações internacionais estabelecidas pela EPUP em busca de consolidar-se como centro de excelência. No mesmo sentido, a figura de Lynaldo Cavalcanti requer uma abordagem mais vertical e de maior profundidade, que enfoque a dimensão exata de sua importância, não só para a Escola Politécnica, mas para o ensino superior no Estado da Paraíba.

Creio que, apesar das limitações acima apontadas, os objetivos estabelecidos no Projeto de Pesquisa e elencados na Introdução foram alcançados de forma satisfatória. É certo que, em alguns casos, faltou um maior aprofundamento, seja em virtude da ausência de documentos, seja pela impossibilidade de utilizar informações de que disponho mas que não podem ser comprovadas documentalmente. Eu convivi, desde 1976, com inúmeros personagens que tiveram papel preponderante nos acontecimentos narrados. Deles ouvi confidências e versões dos acontecimentos que, infelizmente, não encontram espaço em um trabalho de cunho científico, por que requerem maior aprofundamento e pesquisa a fim de comprová-las.

Todavia, o trabalho encontra-se em condições de ser avaliado e utilizado. A avaliação começa pela Banca de Doutorado e prossegue pelas mãos dos leitores que o

utilizarão. A avaliação e a utilização constituem instrumentos preciosos para indicar as suas falhas, insuficiências e limitações. O leitor aquilatará o quanto foi alcançado e o valor da contribuição que ele trouxe para o estudo do objeto abordado.

Por outro lado, chamo a atenção para as especificidades de Campina Grande, espaço social em que se instalou a POLI. A rigor e em outras circunstâncias, um capítulo sobre a história da cidade talvez fosse dispensável. Entretanto, sem que se compreenda a evolução histórica de Campina Grande fica difícil perceber o percurso que leva à constituição do campo científico-tecnológico estudado.

Ademais, senti necessidade de expor de forma progressiva os fatos para que o leitor pudesse com maior segurança aquilatar, por um lado, o desenvolvimento da POLI e a constituição do campo, e, ainda, seguir o meu raciocínio para poder avaliar o grau de fidelidade de minha leitura dos fatos e esses mesmos fatos, como fluem dos documentos pesquisados.

Chamo atenção, ainda, para o pioneirismo da pesquisa. Pago, portanto, o preço de ser um dos primeiros a tentar uma explicação de conjunto para o surgimento do campo científico-tecnológico oriundo da Escola Politécnica da Paraíba. Ademais, a bibliografia sobre a história de Campina Grande, desde as suas origens, é pobre e está limitada às obras de Epaminondas Câmara e Elpídio de Almeida.

De resto, saliento o fato de que o campo é riquíssimo e estimulante espaço para pesquisas. Inúmeros são os caminhos que podem ser trilhados. Muito há a ser pesquisado e dito sobre ciência e tecnologia em Campina Grande e na Paraíba. Espero que a luz continue acesa e outros pesquisadores se aventurem a explicar os mecanismos que permitem que ela continue assim e não somente contemplá-la.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

Obras de consulta

1) História Geral

HOBBSBAWM, Eric J.. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**; tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOBBSBAWM, Eric J.. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**; tradução de Marcos Santarrita. 2. ed. 36. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

2) História do Brasil

BRASIL. SUDENE. DRH.; UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO; UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Dinâmica das microrregiões de intensa atividade migratória**. Recife: SUDENE, 1980, 4 v. II.

BRASIL. **Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951**.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala: a formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 18. ed.. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste – aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil**. 5 ed. – Rio de Janeiro: José Olympio; Recife: Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARP, 1985. (Coleção Documentos Brasileiros; v. 4).

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, Coleção Documentos Brasileiros, vol. nº 1, 1976.

HOLANDA, Sérgio Buarque e CAMPOS, Pedro Moacyr. **História geral da civilização brasileira**. 8. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1º vol, 1989.

HOLANDA, Sérgio Buarque e CAMPOS, Pedro Moacyr. **História geral da civilização brasileira**. 6. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 3º vol, 1985.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re (li) gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classe**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 14ª. ed, 2006.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História geral do Brasil**. 8 ed. São Paulo: Melhoramentos, tomo II, 1975.

3) História da Paraíba

ALMEIDA, Horácio. **História da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 1º volume, 1975.

ALMEIDA, Horácio. **História da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2º volume, 1975.

ALMEIDA, Horácio. **Brejo de Areia: memórias de um município**. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 1980.

ALMEIDA, Antonio Pereira de. **Os Oliveira Ledo e a Genealogia de Santa Rosa**. João Pessoa: Edição do Autor, 1º volume, 1978.

ALMEIDA, Antonio Pereira de. **Os Oliveira Ledo e a Genealogia de Santa Rosa**. João Pessoa: Edição do Autor, 2º volume, 1978.

COSTA FILHO, José Paulino. **O Governo do Estado da Paraíba e os setores básicos da economia paraibana: o porto de Cabedelo**. Campina Grande: **Boletim da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba**, ano II, nº 27, 1956.

JOFFILY, Irineu. **Notas sobre a Parahyba**. Brasília: Thesaurus, 1977.

MARIZ, Celso. **Evolução econômica da Paraíba**. João Pessoa: A União Companhia Editora, 1978.

MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba**. 11. ed. João Pessoa: A UNIÃO, 2008.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e notas para a história da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, vol. 1, 1977.

4) História do Ensino na Paraíba

ESPÍNOLA, Robson Duarte. **O ensino superior na Paraíba: um depoimento**. João Pessoa: Editora Gráfica Igramol Ltda., 1980.

LIMEIRA, Maria das Dores e FORMIGA, Zeluíza da Silva. **UFPB: Implicações Políticas e Sociais de sua História**, Textos UFPB-NDIHR, nº 11, João Pessoa, abril de 1986. Referida no site oficial da UFPB <http://www.ufpb.br/>, acessado em 15 de fevereiro de 2008.

MELLO, José Baptista. **Evolução do ensino na Paraíba**. 3 ed. João Pessoa: Conselho Estadual de Educação/SEC, 1996.

RODRIGUES, Cláudio José Lopes. **Universidade e sociedade: um estudo de caso**. João Pessoa: SEC/PB, 1986.

5) História de Campina Grande

ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**. Campina grande: Livraria Pedrosa, 1964.

AMORIM, Léa. Recortes da modernidade: a sedução do progresso recria a memória na demolição de patrimônio histórico. GURJÃO, Eliete de Queiroz (org.). **Imagens multifacetadas da história de Campina Grande**. Campina Grande: Prefeitura Municipal de Campina Grande/Secretaria da Educação, 2000, p. 140-167.

Anuário de Campina Grande. Campina Grande: Anuários da Paraíba Ltda., 1982.

BORGES, José Elias Barbosa. **Campina Grande e os índios Cariris**, in Anuário de Campina Grande. Campina Grande: Anuários da Paraíba Ltda., 1982.

CÂMARA, Epaminondas. **Os alicerces de Campina Grande** (Esboço Histórico-Social do Povoado e da Vila - 1697 a 1864). Campina Grande: Of. Gráficas da Livraria Moderna, 1943.

CÂMARA, Epaminondas. **Datas campinenses**. João Pessoa: Departamento de Publicidade, 1947.

CARDOSO, Maria Francisca Thereza C.. **Campina Grande e sua função como capital regional**. Separata de: **Revista Brasileira de Geografia**, ano XXV, nº IV, 1964.

DINOÁ, Ronaldo. **Memórias de Campina Grande**. Campina Grande: Gráfica e Editora Marcone, 1993, 2 v.

FILHO, Lino Gomes da Silva. **Síntese histórica de campina grande**. GRAFSET - Gráfica e Editora Ltda, João Pessoa, 2005.

GURJÃO, Eliete de Queiroz (org.). **Imagens multifacetadas da história de Campina Grande**. Campina Grande: Prefeitura Municipal de Campina Grande/Secretaria da Educação, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de janeiro: IBGE, 1960.

LIMA, Rômulo de Araújo. **Liberdade e radicalidade democrática em Félix Araújo**. Campina Grande: Gráfica e Editora Marcone, 1992.

LIMA, Rômulo de Araújo. **Além de Bodopitá**. João Pessoa: A UNIÃO, 1992.

LIRA, Gitana Maria Figueiredo. **O Homem ou o Boi - O Roçado ou o Capim**. Campina Grande: Mestrado em Sociologia (Disseertação de Mestrado), 1983.

LOPES, José Stênio de Lucena. **Campina, luzes e sombras**. Campina Grande: Edições Grafset, 1989.

MELLO, Humberto. **Algumas datas da história campinense**. Campina Grande: Gazeta do Sertão, edição especial, 11 de outubro de 1984.

SÁ, Maria Braga de. **Algumas considerações sobre o papel de Campina Grande na rede urbana paraibana**. Ibaraki, Japan: *Latin American Studies*, 8, 1986.

SYLVESTRE, Josué. **Lutas de vida e de morte (Fatos e personagens da História de Campina Grande — 1945-1953)**. Brasília: Senado Federal, 1982.

6) História da Ciência

ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de. **Físicos, mésons e política: a dinâmica da ciência na sociedade**. São Paulo-Rio de Janeiro: HUCITEC-Museu de Astronomia e Ciências Afins, 1999.

BOYER, Carl B.. **História da matemática**. Revista por Uta C. Merzbach; tradução Elza F. Gomide. – 2. ed. – São Paulo: Edhar Blücher, 2003.

DANTES, Maria Amélia M.. **Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930**. Organizado por Maria Amélia M. Dantes. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

DINIZ, Marli. **Os donos do saber: profissões e monopólios**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

LENOIR, Timothy. **Instituindo a ciência: a produção cultural das disciplinas científicas**. São Leopoldo/RS: Editora Unisinos, 2004.

MOTOYAMA, Shozo (org.). **50 anos do CNPq**. São Paulo: FAPESP, 2002.

SANTOS, Alex Vieira dos. **A Bahia na periferia da produção científica durante a segunda metade do século XX: percepção de pesquisadores nas ciências naturais**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, das Universidade Federal da Bahia – UFBA e Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, 2009.

SCWARTZMAN, Simon. **Understanding Transplanted Institutions: an exercise in contemporary history and cultural fragmentation**. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br>>. Acesso em fevereiro de 2008.

SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil**. Tradução de Sérgio Bath e Oswaldo Biatov. Brasília: Ministério de Ciência e Tecnologia, 2001. Disponível no site <http://www.schwartzman.org.br/simon/spacept/pdf/capit3.pdf>, acessado em 15 de outubro de 2009, às 09h48minhs.

7) História da Engenharia

CARVALHO, José Murilo de. **A escola de minas de Ouro Preto: o peso da glória**. 2. ed. rev. – Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

DIAS, André Luís Mattedi. **Engenheiros, mulheres, matemáticos: interesses e disputas na profissionalização da matemática na Bahia (1896-1968)**. Tese. (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. **História da Engenharia no Brasil**. Rio de Janeiro: Clavero, 1994, 2v.

8) História da Engenharia em Pernambuco

ALCÂNTARA NETO, Pedro de. **Engenheiros graduados pela Escola Polythécnica de Pernambuco**. Recife: Edupe, 2006.

FREIRE, Luiz. **Discurso**. Disponível no site <http://www.dmat.ufpe.br/ig/ig.html>, acessado em 04 de agosto de 2009, às 15:30hs.

MAIA, Newton. **Apontamentos para a história da escola de Engenharia de Pernambuco**. SIQUEIRA, Antonio Jorge; AGUIAR, Antonio Carlos M. de; MONTENEGRO, Antonio Torres (Org.). **Outras histórias (memórias da escola de Engenharia de Pernambuco)**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1995.

MONTENEGRO, Antonio Torres, SIQUEIRA, Antonio Jorge e AGUIAR, Antonio Carlos M. de (Org.). **Engenheiros do tempo: memórias da Escola de Engenharia de Pernambuco**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1995.

9) História da Escola Politécnica da Paraíba

DO Ó, Edvaldo de Souza. **Politécnica: primeira escola superior de Campina Grande**. Campina Grande: Editora Campina Grande, [1991].

LOPES, José Stênio de Lucena. **Escola Politécnica de Campina Grande**. Uma experiência de desenvolvimento tecnológico no Nordeste. João Pessoa: Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo, Ciência e Tecnologia do Estado da Paraíba, 1992.

NUNES, Jadilma e MONTENEGRO, Rosilene Dias. **Memórias e arquivos na constituição da história: Escola Politécnica da Paraíba**. Campina Grande: comunicação apresentada no III Encontro de Extensão da UFCG

SILVA, Fábio Ronaldo da e MONTENEGRO, Rosilene Dias. **A Escola Politécnica de Campina Grande pelo Diário da Borborema: uma análise de discurso**. **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**, disponível : www.bocc.ubi.pt. Acessado em 24.06.2009, às 13:30hs.

TORRES, José Valmi Oliveira e MONTENEGRO, Rosilene Dias. **Escola Politécnica: construindo o imaginário de modernidade em Campina Grande**. Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2007.

10) História da Universidade Regional do Nordeste

BARBOSA, José Lamartine da Costa. **Da Universidade Regional do Nordeste à Universidade Estadual da Paraíba: ADURNE, práxis e utopia**. João Pessoa: UFPB, 1996.

CAVALCANTI, Patrícia Barreto. **O desenvolvimento da consciência social: o caso da ADUEPB**. João Pessoa: UFPB, 1990.

DO Ó, Edvaldo de Souza. **História da Universidade Regional do Nordeste**. Campina Grande: Editora Campina Grande, vol. I, 1986.

DO Ó, Edvaldo de Souza. **História da Universidade Regional do Nordeste**. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba/Secretaria da Educação e Cultura, vol II, 1994.

DO Ó, Edvaldo de Souza. **Discurso pronunciado na aula inaugural do ano letivo de 1967**. Campina Grande: Revista Roteiro, Ano I, nº 1, 1968.

PROFÍRIO, Waldir. **Anos de luta: da intervenção no DCE da URNe à estadualização da universidade (1981/1987)**. Campina Grande: EdUEPB, 2008).

SILVA, Itan Pereira da. **Uma universidade emergente**: retalhos de uma história de 30 anos. Departamento de Produção Gráfica da SEC-PB, João Pessoa, 1996.

Obras Teóricas

BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

BLOCH, Marc. **Introdução à história**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1987.

BOHR, Niels. **Física atômica e conhecimento humano (ensaio 1932-1957)**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BOURDIEU, Pierre . **Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. (Trad. Jeni Vaitsman). Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. Renato Ortiz (Org.) São Paulo: Ática, 1983. Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 39.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 10 e. São Paulo : Bertrand Brasil, 1989. Col. Memória e Sociedade.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. (Trad. Cássia R. da Silveira e Denise M. Pegorim) São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **Razões da prática** - sobre a teoria da ação. (Trad.Mariza Correa) Campinas: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BURGUIÈRE, André (org.). **Dicionário das ciências históricas**. Trad. de Henrique de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

BURKE, Peter. **Sociologia e História**. Porto: Afrontamento, 1991.

ELIAS, Norbert. **O Processo civilizador**: uma história dos costumes. 2 vol. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. UNESP, São Paulo, 1991.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. Martins Fontes São Paulo, 2003.

GINZBURG, Carlo. **Emblemas, mitos e sinais – morfologia e história**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HEISENBERG, Werner. **A parte e o todo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

LENIN, V. I.. **Cultura e Revolução Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1986.

MARX, Karl. **O capital (crítica da economia política)**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, Livro Primeiro, vol I, 1968.

MARX, Karl. **O Método da Economia Política**. In MARX, Os Pensadores, vol. XXXV. São Paulo: Abril Cultural. 1. ed. 1974.

MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845/1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MENDES, Durneval Trigueiro. **Desenvolvimento, tecnocracia e universidade**. Petrópolis: Revista de Cultura Vozes, Ano 69, 1975, n. 6.

RUSSEL, Bertrand. **ABC da relatividade**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

WEBER, Max. **A ÉTICA PROTESTANTE E O ESPÍRITO DO CAPITALISMO**. Editora Pioneira, São Paulo, 1988.

WEBER, Max. **ECONOMIA E SOCIEDADE**. Editora da UNB, 1999

BENEVIDES, Artur Eduardo. **Evolução da Poesia e do Romance Cearense**. Fortaleza: Imprensa Universitária/UFC, 1976.

Fontes primárias

Arquivo Geral da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa.

Arquivo Geral da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Campina Grande.

Arquivo da Associação Técnico-Científica Ernesto Luiz de Oliveira Júnior – ATECEL, Campina Grande.

Arquivo do Núcleo de Informação e Documentação Histórica Regional – NIDHR, Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa.

Arquivo do Projeto Memória: ciência e tecnologia em Campina Grande., Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

Arquivo pessoal do autor.

ALBUQUERQUE, Lynaldo Cavalcanti, depoimento prestado à equipe do Projeto memória do CNPq, no dia 08.12.2004.

ALBUQUERQUE, Lynaldo Cavalcanti, depoimento prestado à equipe do Projeto memória do CNPq, no dia 06.01.2005.

ALBUQUERQUE, Lynaldo Cavalcanti, depoimento prestado à equipe do Projeto memória do CNPq, no dia 11.01.2005.

ALBUQUERQUE, Lynaldo Cavalcanti. Depoimento sobre Telmo Silva de Araújo, publicado Disponível no site <http://www.anprotec.org.br/publicacaoimp.php?idpublicacao=541> acessado no dia 02 de agosto de 2009 às 9:40.

ARAÚJO, Telmo Silva *et alii*. **O Parque Tecnológico da Paraíba - Cluster de Conhecimento**. In LAGES, Vinícius e TONHOLO, Josealdo (org.). **Desafios de competitividade em Arranjos Produtivos Locais - Dinâmicas de inovação e papel das incubadoras de empresas e parques tecnológicos**. Brasília: ANPROTEC/SEBRAE, 2006.

BRASIL. Senado Federal. Subsecretaria de Informações. **Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951**.

DUARTE, Vinícius José Queiroga. **A saga da fundação da Escola Politécnica de Campina Grande**. Recife: (vídeo), 2006.

LAGES, Vinícius e TONHOLO, Josealdo (org.). **Desafios de competitividade em Arranjos Produtivos Locais - Dinâmicas de inovação e papel das incubadoras de empresas e parques tecnológicos**. Brasília: ANPROTEC/SEBRAE, 2006.

LOPES DE ANDRADE, José. **A tecnologia e o desenvolvimento do Nordeste**. In Boletim de Campina Grande. Campina Grande: Diretoria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal. Número 1, 1957.

LOPES DE ANDRADE, José. **Auxílio à Politécnica**. In Diário da Borborema, edição de 24 de junho de 1960.

LOPES DE ANDRADE, José. **Intercâmbio Cultural**. In Diário da Borborema, edição de 30 de janeiro de 1960b.

LOPES, José Stênio de Lucena. Depoimento prestado à equipe do Projeto Memória: ciência e tecnologia em Campina Grande, 2004

MORAIS, Antonio da Silva, entrevista concedida à equipe do Núcleo de Informação, Documentação e História Regional – NIDHR, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, 1980.

MORAIS, Antonio da Silva, depoimento concedido a Vinícius José Queiroga Duarte, 2006, contido em DUARTE, Vinícius José Queiroga. **A saga da fundação da Escola Politécnica de Campina Grande**. Recife: (vídeo), 2006.

SILVA, Edson Roberto Cabral. Depoimento prestado à equipe do Projeto Memória: ciência e tecnologia em Campina Grande, 2004

Jornais

Diário da Borborema, Campina Grande, várias edições.

O Norte, João Pessoa, várias edições.

A União, João Pessoa, várias edições.

Correio da Paraíba, João Pessoa, várias edições.

Jornal da Paraíba, Campina Grande, várias edições.

Formação, Campina Grande, Ano 20, nº 1, março de 1967.